

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RORAIMA**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
2014-2018**



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Henrique Paim Fernandes

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Aléssio Trindade de Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA

CONSELHO SUPERIOR

Ademar de Araújo Filho
Presidente

Conselheiros Titulares

Emanuel Alves de Moura
Representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC

Edvaldo Pereira da Silva
Membro Nato do Conselho Superior

Hermes Barbosa de Melo Filho
Representante do Corpo docente do Câmpus Boa Vista (suplente)

Arnou Pereira de Sá
Representante dos Técnicos-Administrativos do Câmpus Boa Vista

Neemias Ferreira Hitotuzi
Representante dos Egressos do Câmpus Boa Vista

Admilson Rodrigues Carvalho
Representante dos Docentes do Câmpus Novo Paraíso

Andreia Santos Cezário
Representante dos Docentes do Câmpus Novo Paraíso - Suplente

Gelda Marcia Lacerda Macedo
Representante dos Técnicos-Administrativos do Câmpus Novo Paraíso

Maricélia Carvalho Moreira Leite
Representante dos Técnicos-Administrativos do Câmpus Novo Paraíso – Suplente

Lídia Maria das Dores Coêlho Tavares
Representante da Federação das Indústrias do Estado de Roraima

Marcos Luciano Camoegas Gracindo Marques
Conselheiro Representante do CREA Roraima – Titular

Sandra Grutzmacher
Representante dos Docentes do Câmpus Amajari

Hudson do Vale de Oliveira
Representante dos Docentes do Câmpus Amajari – Suplente

André Xavier Dinelly
Representante dos Técnicos-Administrativos do Câmpus Amajari – Titular

Roselis Bastos da Silva
Representante dos Técnicos-Administrativos do Câmpus Amajari – Suplente

Lídia Maria das Dores Coêlho Tavares
Representante da Federação das Indústrias do Estado de Roraima - Titular

Arnaldo Mendes de Souza Cruz
Representante da Federação das Indústrias do Estado de Roraima – Suplente

Elenice Lima da Silva
Representante dos Discentes do Câmpus Novo Paraíso- Titular

Erenildo Silva Carvalho
Representante dos Discentes do Câmpus Novo Paraíso- Suplente

Creuza Evangelista
Representante da Secretaria Estadual de Educação e Desporto - Titular

Tácio José Natal Raposo
Representante da Secretaria Estadual de Educação e Desporto – Suplente

Nalim Lourenço Rodrigues
Representante dos Discentes do Câmpus Amajari – Titular

Igor Ferreira Lima
Representante dos Discentes do Câmpus Amajari – Suplente

Eurípdes Santos de Souza
Representante da Eletrobrás Distribuição Roraima – Titular

José Gleidson Gondim
Representante da Eletrobrás Distribuição Roraima – Suplente

Milton José Piovesan
Diretor-Geral do Câmpus Boa Vista

Eliezer Nunes da Silva
Diretor-Geral do Câmpus Novo Paraíso

George Sterfson Barros
Diretor-Geral do Câmpus Amajari

Maria Aparecida Alves de Medeiros
Diretora-Geral do Câmpus Zona Oeste

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

Ademar de Araújo Filho
Reitor

Maria do Perpétuo Socorro Pereira Silva
Pró-Reitora de Administração

Carlos Roberto Cabral de Lima
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Ivone Mary Medeiros de Souza
Pró-Reitora de Ensino

Jaci Lima da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação Tecnológica

Débora Soares Alexandre Melo Silva
Pró-Reitora de Extensão

Milton José Piovesan
Diretor-Geral do Câmpus Boa Vista

Eliezer Nunes da Silva
Diretor-Geral do Câmpus Novo Paraíso

George Sterfson Barros
Diretor-Geral do Câmpus Amajari

Maria Aparecida Alves de Medeiros
Diretora-Geral do Câmpus Zona Oeste

Arnóbio Gustavo de Magalhães
Diretor-Geral do Câmpus Avançado do Bonfim

ELABORAÇÃO DO PDI 2014-2018

COMISSÃO CENTRAL

Carlos Roberto Cabral de Lima
Débora Soares Alexandre Melo Silva
Eliezer Nunes Silva
George Sterfson Barros
Ivone Mary Medeiros de Souza
Jaci Lima da Silva
Maria Aparecida Alves de Medeiros
Maria do Pérpetuo Socorro Pereira Silva
Milton José Piovesan

SUBCOMISSÕES

Planejamento

Luciano Monteiro do Amaral
Fredson Baraúna Bento
Hallyson Thiago Araújo de Souza
Michelle de Oliveira Barbosa
Ronald Ramiro Ramos
Terezinha Filgueiras de Pinho

Marketing e Propaganda

Virginia G. de Albuquerque
Elieser Rufino de Sousa
Erik Constantino Vieira
Fábio Rodrigues dos Santos
Lee Marcos Cruz de Souza
Mayara de Sousa G. Fonseca
Paulo Roberto Siberino Racosk
Raimundo Nonato Chacon

Projeto Pedagógico Institucional

Adeline Araújo Carneiro Farias
Antonia Luzivan Moreira Policarpo
Daniele Sayuri Fujita
Esmeraci Santos do Nascimento
Fernando Luiz Figueredo
Francimeire Sales de Souza
Genival da Silva Almeida
Gisela Hahn Rosseti
Jaci Lima da Silva
Jocelaine Oliveira dos Santos
Leovergildo Rodrigues Farias
Maria Aparecida Alves de Medeiros
Maria Eliana Lima dos Santos
Maria Celina de Assis
Rafael Fiusa de Moraes
Renata Orciolo da Silva
Romildo Nicolau Alves
Roselis Bastos da Silva
Sueli Souza Martins
Tarcizio Vilas Boas Santos Silva
Társis Araújo Magalhães Ramos

Implementação da Instituição e

Organização Acadêmica

Antonio Cesar B. Lima
Alice Silva Santana
Antônia Luzivan Moreira Policarpo
Crislaine Messias de Souza Santos
Débora Soares Alexandre Melo Silva
Eliselda Ferreira Côrrea
Evandro Alves Reginatto Capello
Fernando Luiz Figueiredo
Jonierison Alves Pontis
Josianny Limeira Figueira
Maria Aparecida Alves Medeiros
Rafael Fiusa de Morais
Renata Orcioli Ticianeli
Roberson de Oliveira Carvalho
Roselis Bastos da Silva
Tarcisio Gomes Rodrigues

Corpo Docente

Jorgehanny Barroso Tocantins
Edgar Bublitz Filho
Gelda Márcia Lacerda Macedo
Gisele Tajujá Martins

Corpo Técnico-administrativo

Jorgehanny Barroso Tocantins
Edgar Bublitz Filho
Gelda Márcia Lacerda Macedo
Gisele Tajujá Martins

Corpo Estudantil

Everaldo C. Limão Júnior
Rosemere Lopes dos Santos
Acenilza Ferreira da Silva Santana
Adnelson Fagundes Borchart
André Queiroz do Carmo
Crislaine Messias de Souza Santos
Fernando Luiz Figueiredo
Henrique Silva Fagundes
Igor Ferreira Lima
Jaqueline da Silva Rosa
Karolayne de Melo Barbosa
Lubia Cipriano dos Santos
Maricélia Carvalho Moreira Leite
Marnilde Silva de Farias
Nalim Lourenço Rodrigues
Raiane Rodrigues Bezerra
Rafael Fiusa de Morais
Roberson de Oliveira Carvalho
Tatiana Pereira Sodré

Organização Administrativa

Michelle Oliveira Barbosa
Edvaldo Pereira da Silva
Fredson Baraúna Bento
Hallyson Thiago Araújo de Souza
Luciano Monteiro do Amaral
Ronald Ramiro Ramos

Autoavaliação Institucional

Débora Soares Alexandre Melo Silva
André Luiz de Souza Hypólito
Andreia Pereira da Silva
Antônio Cesar Barreto Lima
Maria Aparecida Xavier Silva
Marina Keiko Welter
Maristela Bortolon de Matos
Nadson Castro dos Reis

Infraestrutura Física e Instalações

Acadêmicas

Sebastião Figueira Teixeira
Fredson Barauna Bento
Hallyson Thiago Araújo de Souza
Maria Alzira de Melo Neta
Ronald Ramiro Ramos

Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira

Tatiane Cristina de Jesus
Deybe José Viriato dos Santos
Fredson Baraúna Bento
Hallyson Thiado Araújo de Souza
Ronald Ramiro Ramos

Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida

Silvina Farias dos Santos
Lana Cristina
Marcelo Calixto
Simone Albuquerque de Moura
Sueli Souza Martins

Consolidação

Letícia de Oliveira Lima

Programação Visual

Simone Gomes Moreira

Revisão Textual

Antonio de Souza Matos

LISTA DE SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
APSCL	ARRANJOS PRODUTIVOS SOCIAIS, CULTURAIS E LOCAIS
ARINTER	ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
AVA	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
CA	CENTRO ACADÊMICO
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAS DE NÍVEL SUPERIOR
CEFET	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CIS	COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO
CISPCCTAE	COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
CGEE	COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
CNE	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CNEEI	COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
CNPQ	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CONAES	COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
CONIF	CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
CONSUP	CONSELHO SUPERIOR
CORES	COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
CPA	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
CPPD	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE
CTE	CONSELHO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO
DAP	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DCE	DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES
DE	DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA
DEINF	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA
DETEO	DEPARTAMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA E OBRAS
DGP	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DIPEAD	DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
DTI	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
EaD	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ENAP	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ENEM	EXAME NACIONAL DE ENSINO MÉDIO
EPT	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ETFRR	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RORAIMA
FIC	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
FNDE	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDH-M	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
IFRR	INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MCT	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MME	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
NEAD	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
PAC	PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO
PAINT	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
PARFOR	PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PAM	PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL
PBS	PEDIDO DE BENS E SERVIÇOS
PCCTAE	PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICOS- ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
PDI	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PIBAC	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA AUXÍLIO A CAPACITAÇÃO
PLANFOR	PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAS DE DOMÍCILOS
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PNEES	PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
PPI	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
PROAD	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROEN	PRÓ-REITORIA DE ENSINO
PROEX	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PRODIN	PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PROEJA	PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PRONATEC	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
PROPESQ	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
PUCRCE	PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS DAS UNIDADES FEDERAIS DE ENSINO
SEPLAN-RR	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
SETEC	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
SIAPE	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SIASG	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
SINAES	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
SISTEC	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
SUAP	SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SUFRAMA	SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

TA	TECNOLOGIA ASSISTIVA
TECA	TERMINAL DE LOGÍSTICA DE CARGA
UAB	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNED	UNIDADE DESCENTRALIZADA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	15
1. PERFIL INSTITUCIONAL	17
1.1 MISSÃO	17
1.2 VISÃO DE FUTURO	17
1.3 VALORES	17
1.4 MAPA ESTRATÉGICO DO IFRR	18
1.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO IFRR	19
1.6 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	37
1.7 ESTRUTURA JURÍDICA	40
1.8 FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS	42
1.9 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	43
1.10 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	44
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	46
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	46
2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO IFRR	65
2.3 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS	70
2.4 POLÍTICAS DE ENSINO	73
2.5 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	110
2.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	114
2.7 POLÍTICA DE GESTÃO	121
2.8 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	123
3. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	126
3.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI	126
4. CORPO DOCENTE	165
4.1 PLANO DE CARREIRA	165
4.2 REGIME DE TRABALHO	167
4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRAÇÃO	168
4.4 REQUISITO DE TITULAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA	168
4.5 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NO MAGISTÉRIO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA	169
4.6 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	169
4.7 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL	174
4.8 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE	174
5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	177
5.1 PLANO DE CARREIRA	177
5.2 DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA	178
5.3 REGIME DE TRABALHO	179
5.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRAÇÃO	180

5.5 REQUISITO DE TITULAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA	180
5.6 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	180
5.7 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	185
6. CORPO ESTUDANTIL	187
6.1 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	187
6.2 FORMAS DE ACESSO	188
6.3 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	188
6.4 ATENDIMENTO À SAÚDE DO ESTUDANTE	189
6.5 AUXÍLIO-TRANSPORTE	189
6.6 ESTÍMULO À PERMANÊNCIA	189
6.7 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	190
6.8 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	191
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	194
7.1 ORGANOGAMA INSTITUCIONAL	196
8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	213
8.1 ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO (CPAS)	213
8.2 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	214
8.3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	216
8.4 - FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	217
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA	218
9.1 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA ATUAL	218
9.2 PLANO DIRETOR DE OBRAS 2014-2018	220
10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	225
10.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ALTAS HABILIDADES E TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO	227
10.2 ÉTNICO-RACIAL	229
10.3 EDUCAÇÃO NO CAMPO	230
10.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PARA A PESCA	231
10.5 EDUCAÇÃO DE APENADOS	235
10.6 EDUCAÇÃO DE IDOSOS	235
11. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	236
11.1 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	236
ANEXO I – RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR	239

APRESENTAÇÃO

Com a evolução da sociedade, os instrumentos de planejamento e controle se tornaram cada vez mais elaborados, buscando a melhoria do desempenho da máquina pública, de forma a otimizar seu funcionamento. Além de buscarem essa sofisticação, as Instituições de Educação Profissional e Tecnológica possuem o importante papel de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, a partir das peculiaridades regionais e locais, o que torna um desafio a gestão de instituições com encargo relevante na sociedade.

Como instrumento de planejamento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) constitui-se em um componente de suma importância para a evolução dessas Instituições Federais. A partir dele, é possível identificar a estrutura física, humana, pedagógica bem como as projeções de ações para os próximos cinco anos, com foco na atividade fim, que é ofertar educação de qualidade.

Este Plano foi construído a partir de princípios e orientações já estabelecidos na lei de criação dos Institutos Federais, com foco na dimensão humana, administrativa e pedagógica, que formam o elo indissociável na construção deste documento. Desse modo, foi desenvolvido a partir da necessidade da elaboração de um norte, um instrumento que colaborasse com o cumprimento da missão institucional, bem como com o alcance da visão, isto é, aonde queremos chegar.

Essa visão está sempre arraigada nos princípios e fundamentos que formam sua razão de existir, e, para otimizar esse processo, este documento contou com a participação da comunidade interna e externa, a fim de identificar os principais anseios, expectativas, estratégias, formas de controle e, por fim, a avaliação.

Nesse sentido, é possível perceber que as formas de controlar e avaliar as instituições públicas estão cada vez mais aprimoradas, de modo que o planejamento assume importância ímpar no cumprimento do papel da instituição perante a sociedade. Assim, este documento foi elaborado com o objetivo de cumprir a missão institucional, a fim de construir um instrumento que utilize o máximo de potencial existente, com o emprego do mínimo de recursos para o alcance de objetivos e metas.

Ademar de Araújo Filho
Reitor

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um planejamento estratégico, que tem por objetivo estabelecer um caminho a ser seguido pela instituição que se propõe a elaborá-lo, auxiliando-a no cumprimento de sua missão e alcance de seus objetivos.

Nesse sentido, e em atendimento à legislação vigente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) sintetiza e ratifica neste documento os seus objetivos estratégicos, políticas e diretrizes para o período de 2014 a 2018.

O presente PDI é composto pelos seguintes elementos: o perfil da instituição, que apresenta a sua missão, visão, valores, objetivos, metas, indicadores de desempenho, histórico, estrutura jurídica e áreas de atuação; as diretrizes pedagógicas, por meio do Projeto Pedagógico Institucional (PPI); a organização didático-pedagógica, contendo a programação para a oferta de cursos; o perfil atual do corpo docente, estudantil e técnico-administrativo; a organização administrativa, baseada no Regimento Geral Interno; a metodologia de autoavaliação utilizada pela instituição; a atual infraestrutura física e instalações acadêmicas dos câmpus; projeção de ampliação, por intermédio do plano diretor de obras; as políticas de atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida; e, por fim, um demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira para o horizonte de cinco anos.

Ressalta-se que este documento decorre de um processo contínuo de análise do histórico e da atual conjuntura do IFRR e foi construído de forma coletiva, com a contribuição das subcomissões de trabalho e participação da comunidade acadêmica, técnico-administrativa e externa, obtida por intermédio de caixas de sugestões distribuídas nos câmpus e disponibilização de um *link* no site da IFRR para o envio de proposições.

É importante também destacar que este plano não pode ser considerado como

um documento completo e estático, portanto é possível que seu conteúdo seja aperfeiçoado e enriquecido ao longo de sua vigência, por meio de revisões anuais.

Diante do exposto, pode-se afirmar que este PDI é um importante passo para o fortalecimento institucional, em âmbito administrativo e organizacional, e, principalmente, para o aprimoramento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, de forma a consolidar o IFRR como referência de instituição fomentadora do avanço científico e tecnológico no País.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Missão

Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.2 Visão de Futuro

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão.

1.3 Valores

- Ética
- Compromisso social
- Gestão Democrática
- Excelência
- Sustentabilidade
- Respeito à Diversidade
- Justiça

1.4 Mapa estratégico do IFRR



Figura 1 - Mapa Estratégico IFRR (2014-2018)

Fonte: Relatório de Gestão, Relatório da CPA, sítio do IFRR, caixa de sugestões, Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Institucional e Administração.

1.5 Objetivos estratégicos do IFRR

➤ Fortalecer continuamente a qualidade do ensino.

Descrição: Melhorar os resultados da aprendizagem, reduzindo as desigualdades educacionais no interior da instituição e o índice de retenção e de evasão escolar.

Dimensão: Ensino

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Relação Candidato/Vaga	Total de Candidatos/Total de Vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.	Anual	SISTEC	0,61	6,0
Relação Ingresso/Estudante	Total de Ingressantes/Total de Matriculados	Analisa a capacidade da oferta de vagas da instituição.	Anual	SISTEC	23,87%	50%
Relação Concluintes/Estudantes	Total de Concluídos e Integralizados na Fase Escolar/Total de Matriculados	Analisa a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas.	Anual	SISTEC	6,14%	20%
Índice de Eficiência Acadêmica	Total de Concluídos e Integralizados na Fase Escolar/Total de Matriculados Finalizados	Verifica se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressantes.	Anual	SISTEC	73,04%	80%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Total de Retidos/Total de Matriculados	Avalia a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos).	Anual	SISTEC	46,61%	20%

➤ **Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.**

Descrição: Garantir a oferta de cursos na modalidade a distância.

Dimensão: Ensino

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Relação de candidato/vaga	Total de candidatos/Total de vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.	Anual	DIPEAD	1,04	2,29
Taxa de crescimento do número de matrículas em curso a distância.	$(N^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano atual} - N^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano anterior}) / N^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano anterior} * 100$	Indica a taxa de crescimento do número de matrículas a distância no IFRR.	Anual	DIPEAD	26%	50%

➤ **Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais.**

Descrição: Ampliar o relacionamento do IFRR com a comunidade.

Dimensão: Extensão

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Grau de envolvimento dos docentes com a extensão	Nº de docentes coordenadores de ações de extensão/Nº de docentes em exercício * 100	Informa o grau de envolvimento dos docentes com atividades de extensão.	Anual	Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão	37,80%	50%
Grau de envolvimento dos estudantes com a extensão	Nº de estudantes envolvidos em ações de extensão/Nº de estudantes matriculados * 100	Informa o grau de envolvimento dos estudantes com atividades de extensão.	Anual	Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão	3,12%	60%
Grau de crescimento das ações de extensão	Nº de ações ocorridas no exercício em avaliação/Nº de ações ocorridas no exercício anterior * 100	Informa o grau de crescimento das ações de extensão.	Anual	Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão	108,69%	90%
Taxa de crescimento das bolsas de Extensão para estudantes	Nº de estudantes do exercício em avaliação/Nº de estudantes do exercício anterior *100	Informa a taxa de crescimento e necessidade de recurso para o desenvolvimento da ações de extensão.	Anual	Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão	214,7%	60%

Taxa de crescimento do público beneficiado com ações de extensão	Nº de pessoas atendidas no IF Comunidade no exercício em avaliação/Nº de pessoas atendidas no exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento do público presente às ações do IF Comunidade.	Anual	Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão	57,3%	80%
Taxa de crescimento dos cursos FIC	Nº de cursos ofertados no exercício em avaliação/Nº de cursos ofertados no exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento da oferta de cursos FIC relacionada com a oferta do ano anterior.	Anual	Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão	0%	50%
Acompanhamento de egressos	Nº de egressos inseridos no mercado de trabalho/Nº de concluintes * 100	Informa a taxa de ocupação média dos egressos dos cursos técnicos e superiores.	Anual	Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão	-	25%

➤ **Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica.**

Descrição: Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Dimensão: Pesquisa

Indicador	Cálculo													
	NPGLS	NPGSS	NBICTI-OF					NPP	P	I	VBICTG-Inst (R\$)	VBQ-Inst (R\$)	VPP (R\$)	VEX(R\$)
			PIBIC	PIBITI	PIBIC EM	PIBIC AF	FAP							
Indicador recente 2013	4	2	-	-	-	-	-	138	1	-	277.101,00	323.475,50	100.000,00	33.000,00
Indicador ao final do PDI 2018	6	3	3	3	3			200	2	4	340.000,00	800.000,00	300.000,00	200.000,00
Esforço Institucional	NPGLS – Número de Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> . NPGSS – Número de Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> . NBICT-OF – Número de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas dos órgãos de fomento FAP – Fundações de Amparo à Pesquisa NPP – Número de projetos de pesquisa cadastrados na instituição P – Possui periódicos institucionais? I – Possui iniciativa empreendedora? VBICTG-Inst – Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pós-Graduação custeadas com recursos da instituição VBQ-Inst – Valor total de recursos da instituição destinados a Bolsas de Qualificação para servidores VPP – Valor total de recursos da instituição destinados a Grupos de Pesquisa e/ou a Projetos de Pesquisa VEX – Valor total de recursos externos captados para pesquisa													

	Câmpus	NA		NTC		NR		NL		NC		NRPI		
		Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	
Projetos e Produção	Amajari	7	35	-	4	7	12	-	1		1	-	4	
	Boa Vista	13	40	16	30	12	24	3	5	3	5	-	4	
	Novo Paraíso	9	45	10	20	13	19	-	1	-	1	-	4	
	Reitoria	1	5	7	11	2	8	-	1	1	1	-	2	
	Zona Oeste	-	1	-	1	-	3	-	-	-	1	-	1	
	Bonfim	-	1	-	1	-	3	-	-	-	1	-	-	
	Total IFRR	30	127	33	67	34	69	3	8	4	10	-	15	
	NA – Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema <i>Qualis</i> da Capes NTC – Número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN NR – Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN NL – Número de livros com ISBN publicados por servidores da instituição NC – Número de capítulos de livro com ISBN publicados por servidores da instituição NRPI – Número de Registros de Propriedade Intelectual													
Quantidade de Projetos de pesquisa Cadastrados na Instituição	Indicador recente 2013							Indicador ao final do PDI 2018						
	138							200						

➤ **Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito.**

Descrição: Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação profissional e superior pública federal de modo a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso.

Dimensão: Políticas de Assistência Estudantil

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Assistência Estudantil	Estudantes que Recebem Auxílio / Estudantes que Recebem Auxílio com Matrícula ativa	Estudantes que Recebem Auxílio: são estudantes que foram selecionados via Edital para receber auxílio estudantil. Estudantes que Recebem Auxílio com matrícula Ativa: são estudantes que continuam matriculados na instituição	Anual	Registro Escolar: SISTEC CORES/DERA/CAES	75 %	95 %

➤ **Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável.**

Descrição: Adotar práticas socioambientais responsáveis e disseminar a cultura da sustentabilidade para a comunidade acadêmica e a sociedade.

Dimensão: Extensão e Administração

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Nº de ações de disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	Número de ações implementadas	Ações: capacitação, consultoria, etc.	Anual	Proen/Proad	01	03

➤ **Criar condições para atender às demandas das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais/Específicas (PNEEs).**

Descrição: Criar condições físicas e pedagógicas para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas.

Dimensão: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Eficiência e Transparência na Administração Pública

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente	Indicador ao final do PDI
Proporção de matrículas de PNEEs	9 Matrículas no Câmpus Boa Vista ; 2 Matrículas trancadas no Câmpus Boa Vista.	PNEEs: pessoas com deficiências, superdotadas/altas habilidades ou com transtornos globais do desenvolvimento.	Anual	CORES Câmpus Boa Vista	11	22
Proporção de PNEEs que concluem o curso	4 Concluintes; 3 Formados.	Concluintes: 2 Pessoas com deficiência auditiva; 1 Pessoa com deficiência física; 1 Pessoa com deficiência visual. Formados: 1 Pessoa com deficiência mental; 1 Pessoa com deficiência física; 1 Pessoa com deficiência auditiva.	Anual	CORES Câmpus Boa Vista	7	14

➤ **Consolidar a estrutura de governança.**

Descrição: Ampliar a participação da comunidade acadêmica e da sociedade na gestão do instituto.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Eficiência e Transparência na Administração Pública

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Grau de atendimento das recomendações da Auditoria Interna	$\frac{\text{Recomendações atendidas}}{\text{Recomendações emitidas}} \times 100$	Recomendações atendidas pelas unidades auditadas; Recomendações emitidas e exaradas nos Relatórios de Auditoria Interna.	Semestral	Relatórios de Monitoramento e Planos de Providências Interno	-	100%
Percentual de realização de auditorias com relação ao previsto no PAINTE	$\frac{\text{Quantidade de ações realizadas}}{\text{Total de ações previstas}} \times 100$	Ações de controle realizadas pela equipe da Auditoria Interna; Ações previstas no PAINTE, porém não realizadas.	Semestral	PAINTE e Relatórios de Auditoria Interna	-	100%
Taxa de aprovação dos processos apreciados pelo Conselho Superior.	$\frac{\text{Quantidade de resoluções do CONSUP}}{\text{Quantidade de processos enviados para a apreciação do CONSUP}} \times 100$	Resoluções emitidas pelo presidente do CONSUP de acordo com a deliberação da plenária; Processos enviados ao CONSUP para a relatoria de um conselheiro.	Anual	Resoluções do CONSUP e Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias	-	100%

➤ **Implementar sistema integrado de gestão institucional.**

Descrição: Garantir a integração, o funcionamento e a confiabilidade do sistema de apoio acadêmico e de gestão, bem como a disponibilidade de dados.

Dimensão: Planejamento e desenvolvimento institucional

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Implantação do Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP	Percentual de implantação e uso do sistema	Indica o percentual de implantação e uso do SUAP.	Anual	PRODIN	-	100%

- **Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação.**

Descrição: Implementar as ações decorrentes do mapa estratégico por meio de planos de ação táticos e operacionais nos Câmpus. Difundir as escolhas estratégicas e aperfeiçoar os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação, assegurando continuação e efetividade às ações do PDI 2014-2018.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Proporção de objetivos estratégicos alcançados	Número de objetivos estratégicos alcançados/ Total de objetivos estratégicos	Objetivos estratégicos alcançados: número de objetivos estratégicos que foram completamente alcançados no período de verificação.	Quadrimestral	Relatórios de avaliação estratégica	-	100%

➤ **Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação profissional.**

Descrição: Garantir as condições necessárias para o desenvolvimento de ambientes propícios ao bem-estar, à motivação e à satisfação de todos os servidores, bem como ações que desenvolvam e utilizem o pleno potencial dos servidores de modo coerente e convergente com os objetivos estratégicos da instituição.

Dimensão: Gestão de Pessoas

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Índice de afastamentos para qualificação	Total de afastamentos para qualificação/Total de servidores *100	Mensura o percentual de servidores que se encontram afastados de suas atividades laborais para dedicação exclusiva aos estudos (pós-graduação <i>stricto sensu</i>).	Anual	DGP	2,30%	5,0%
Índice de qualificação	Total de servidores em qualificação/ Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que se encontram realizando alguma qualificação (graduação ou pós-graduação).	Anual	DGP	14,94%	30%
Índice de capacitação	Total de capacitações realizadas/ Total de servidores * 100	Mensura o quanto o IFRR tem realizado de capacitações em relação ao total de servidores.	Anual	DGP	62,75%	100%
Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	Total de acidentes de trabalho + Total de doenças ocupacionais/ Total de servidores * 100	Monitora o percentual de ocorrências de acidente de trabalho e doenças ocupacionais.	Anual	DGP	0%	0%

Índice de avaliação de desempenho	Total de avaliações realizadas/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que passaram por avaliação de desempenho.	Anual	DGP	46,89%	50%
Índice de disciplina	Total de PADs e Sindicâncias instaurados no ano/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que se encontram respondendo a ações disciplinares.	Anual	DGP	9,65%	0%
Índice de rotatividade	Total de desligamentos por vacâncias, exonerações e demissões/ Total de servidores do ano anterior * 100	Mensura o percentual de redução no quadro de servidores.	Anual	DGP	2,87%	0%

➤ **Consolidar a expansão e reestruturação do IFRR para promover qualidade dos seus serviços prestados.**

Descrição: Adequar as instalações físicas dos Câmpus – salas, laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas, áreas de convivência, entre outros – para garantir a adequada execução das ações pedagógicas e as condições de acessibilidade dos estudantes e servidores.

Dimensão: Administração

Indicador		Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
PLANEJAMENTO DAS OBRAS	Percentual de Processos Abertos referentes ao Plano Diretor.	(Nº de processos abertos/Nº de processos previstos) x 100.	Monitorar o avanço das etapas de execução do plano de expansão física da instituição.	Semestral	DAPS / DETEO	-	100%
	Percentual de Planos Concluídos (Quantidade de Projetos Básicos Elaborados)	(Nº de pacotes de trabalho concluídos/Nº de pacotes de trabalho planejados) x 100.	Permite avaliar a eficácia do processo de planejamento e controle da obra, particularmente quanto à qualidade dos planos de curto prazo, bem como identificar problemas na execução de tarefas e orientar a implementação de ações corretivas.	Semestral	DETEO	-	100%

EXECUÇÃO DA OBRA	Percentual de Ordens de Serviço emitidas.	$(\text{N}^\circ \text{ de ordens de serviço emitidas} / \text{N}^\circ \text{ de pacotes de trabalho concluídos}) \times 100.$	Monitorar o avanço das etapas de execução do plano de expansão física da instituição, estabelecendo prazos para a conclusão de obras com a precisão adequada à implementação de metas educacionais.	Anual	DETEO	-	100%
	Quantidades de Termos de Recebimentos Provisórios emitidos.	$(\text{N}^\circ \text{ de Recebimentos Provisórios emitidos} / \text{N}^\circ \text{ de ordens de serviço emitidas}) \times 100.$	Permite o monitoramento da execução das obras diante do planejado.	Anual	DETEO	-	100%
	Desvio de custo da obra.	$(\text{Custo real} - \text{custo orçado} / \text{custo orçado}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra finalizada, por meio da relação entre o custo orçado e o custo efetivo.	Prazo da Obra	DETEO	-	100%
	Desvio de prazo da obra.	$(\text{Prazo real} - \text{prazo previsto} / \text{prazo previsto}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra finalizada, por meio da relação entre o prazo previsto e o prazo efetivo.	Prazo da Obra	DETEO	-	100%
	Desvio dos prazos das etapas da obra.	$(\text{Prazo real da etapa} - \text{prazo previsto da etapa} / \text{prazo previsto da etapa}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra em cada etapa, por meio da relação entre o prazo previsto e o prazo efetivo do serviço. Esse indicador nos permitirá ainda tomar medidas para minimizar o atraso no prazo final do empreendimento.	Prazo da Etapa	DETEO	-	100%

➤ **Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações.**

Descrição: Melhorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação no IFRR.

Dimensão: Tecnologia da Informação

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Nº de PCs por quantidade de servidores.	NPC/NS	PCs: estação de trabalho para uso geral; Servidores: servidores efetivos lotados na Reitoria.	Mensal	DTI	-	1 PC / servidor (min.)
Serviços disponíveis na rede/Host	SD/Host	Serviços: página web, serviços de diretórios, sistemas on-line, acesso à internet, etc; Host: equipamento com arquitetura própria para serviços de rede.	Mensal	DTI	24 / 7	2 SD / H
Nº de atendimentos encerrados/Mês	NA/Mês (%)	Atendimentos: serviços de suporte efetivamente resolvidos.	Mensal	DTI/GLPI	-	85%
Nº Switchs/PC	Nsw/PC	Switchs: concentrador; PC: estação de trabalho para uso geral.	Mensal	DTI/GLPI	-	1 sw / 10 PCs (min)

➤ **Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição**

Descrição: Assegurar os serviços de apoio administrativo e a segurança do patrimônio institucional, aperfeiçoar as rotinas administrativas, por meio da aquisição de materiais, e promover o controle e o acompanhamento da execução orçamentária.

Dimensão: Administração

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Fonte	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Percentual de Gastos com Pessoal.	PGP = Gastos com Pessoal/Gastos Totais.	Indica o percentual de gastos da instituição com pessoal. Seu cálculo considera os gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios, divididos pelos gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa.	Anual	Departamento de Orçamento	61,01%	55,51%
Percentual de Gastos com Outros Custeios.	PGO = Gastos com Outros Custeios/Gastos Totais.	Indica, em percentual, o gasto do IFRR com outros custeios. Calcula-se com os gastos totais de outros custeios menos gastos com pessoal, benefícios, Pis/Pasep, investimentos e inversões financeiras, dividindo pelos gastos totais, considerando todas as fontes e grupos de despesa.	Anual	Departamento de Orçamento	21,72%	23,70%
Percentual de Gastos com Investimento.	PGI = Gastos com Investimento/Gastos Totais.	Indica, em percentual, o nível de gastos com investimentos em relação aos gastos totais. Calcula-se com o total de gastos com investimento, dividindo pelos gastos totais.	Anual	Departamento de Orçamento	12,25%	20,79%

1.6 Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é um centro de referência educacional que vem contribuindo há 20 anos para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima, ao promover a inclusão social de jovens e adultos, por intermédio das ações de formação profissional, estando perfeitamente inserido no contexto local e regional.

A instituição vivenciou, durante toda sua existência, várias mudanças, assim como outras instituições de ensino do nosso país. Atualmente o IFRR possui estrutura multi-Câmpus, composta pelas unidades: Reitoria, Amajari, Boa Vista, Novo Paraíso, Zona Oeste e Bonfim, os dois últimos em fase de implantação. Em 2013, o IFRR contou com um quadro de 481 servidores efetivos, entre técnicos-administrativos e docentes. As modalidades dos cursos do IFRR estão distribuídas da seguinte forma:

- Câmpus Amajari: Cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes e concomitante, em regime de alternância e na modalidade EJA;
- Câmpus Boa Vista: Cursos técnicos subsequentes, cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação;
- Câmpus Novo Paraíso: Cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, cursos técnicos subsequentes e cursos técnicos subsequentes em regime de alternância;
- Ensino a Distância: Curso superior, curso de pós-graduação, curso técnico e cursos de extensão;
- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR): Cursos superiores – primeira e segunda licenciatura.

A nossa história se divide em cinco etapas. São elas:

1. Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima

Implantada como Escola Técnica, em 1986, a instituição começa suas atividades em 1987 somente com dois cursos técnicos: Eletrotécnica, atendendo 105 estudantes; e Edificações, 70 estudantes. Suas instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

2. Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até o ano de 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O seu quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos-administrativos.

3. Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território. Seu quadro de pessoal era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, por intermédio do Programa de Expansão de Cursos, são implantados os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª séries –, atendendo 213 estudantes distribuídos em seis turmas. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

4. Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação da instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de

novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior. O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETFRR em CEFET-RR.

Em 2005, o governo federal, por meio do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (UNEDs) em diversas unidades da federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do Estado.

Em agosto de 2007, iniciaram-se as atividades pedagógicas dessa unidade com 210 estudantes matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma de PROEJA. Já na segunda fase do Plano de Expansão, o CEFET-RR foi contemplado com outra UNED, sendo agora no Município do Amajari, no norte do Estado.

5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação. Então, a partir dessa data, o CEFET-RR foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) com três Câmpus: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. No ano de 2011, por intermédio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição foi contemplada com mais um câmpus: o Zona Oeste, com sede na cidade de Boa Vista.

1.7 Estrutura Jurídica

O IFRR é uma entidade de natureza autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC). É supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e possui personalidade jurídica própria com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, nos termos da Lei nº 3.552, de 16.02.59, alterada pelo Decreto-Lei nº 796, de 27.08.69. Possui também quadro de pessoal próprio composto por servidores técnico-administrativos e docentes, sujeitos ao Regime Jurídico Único, Lei nº 8.112/90, e à Lei nº 7596, de 10.04.87, que estabelece o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Unidades Federais de Ensino (PUCRCE).

O IFRR é constituído pelas seguintes unidades:

➤ Reitoria

CNPJ nº 10.839.508/0001-31

Endereço: Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá, CEP: 69303-220

Boa Vista – Roraima

Telefone: (95) 3624-1224

E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

➤ Câmpus Boa Vista

CNPJ nº 10.839.508/0002-12

Endereço: Avenida Glaycon de Paiva, nº 2496 – Pricumã, CEP: 69304-340

Boa Vista – Roraima

Telefone: (95) 3621 8000

E-mail: gabinete.boavista@ifrr.edu.br

➤ **Câmpus Avançado de Bonfim – Sede Provisória**

Endereço: Rua do Comércio, s/nº – Nova Cidade, CEP: 69380-000

Bonfim – Roraima

Telefone: (95) 3224-1224

Email: gabinete.bonfim@ifrr.edu.br

➤ **Câmpus Novo Paraíso**

CNPJ nº 10.839.508/0003-01

Endereço: BR 174 – km 512

Vila Novo Paraíso, Caracaraí – Roraima

E-mail: gabinete.novoparaiso@ifrr.edu.br

➤ **Câmpus Amajari**

CNPJ nº 10.839.508/0004-84

Endereço: Vicinal de acesso à Vila Brasil, km 03, CEP: 69343-000

Amajari – Roraima

Telefone: (95) 3593-1143

E-mail: gabinete.amajari@ifrr.edu.br

➤ **Câmpus Zona Oeste – Sede Provisória**

CNPJ Nº 10.839.508/0005-65

Endereço: Rua CC15, nº 204, Escola Elza Breves – Senador Hélio Campos, CEP:
69318-060

Boa Vista – Roraima

Telefone: (95) 3623-2373

E-mail: zonoeste@ifrr.edu.br

1.8 Finalidades e Características

I – Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

III – Promover a integração e a verticalização da educação básica na educação profissional e na superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

IV – Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

V – Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica.

VI – Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

VII – Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

VIII– Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

IX – Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais,

notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.9 Áreas de Atuação Acadêmica

O IFRR pauta sua atuação com ações acadêmicas de formação, qualificação, extensão e prestação de serviços nos seguintes eixos tecnológicos:

Formação Técnica de Nível Médio:

- Ambiente, Saúde e Segurança;
- Gestão e Negócios;
- Hospitalidade e Lazer;
- Informação e Comunicação;
- Infraestrutura;
- Recursos Naturais;
- Controle e Processos Industriais.

Cursos Superiores:

- Hospitalidade e Lazer;
- Informação e Comunicação;
- Ambiente, Saúde e Segurança.

Formação de Professores:

- Licenciatura em educação física;
- Licenciatura em espanhol e sua literatura;
- Licenciatura em Ciências Biológicas;
- Licenciatura em Matemática.

O fator determinante para a atuação do IFRR em uma área profissional é a perspectiva de bom atendimento que ele poderá garantir no desenvolvimento da ação pretendida. Assim, para a oferta de um curso, além dos procedimentos rotineiros de

levantamento da demanda, da perspectiva de mercado e das condições estruturais (ambientes específicos), um ponto a ser considerado, que, em algumas situações, tem imposto limitações à expansão das ações acadêmicas, refere-se ao quadro de pessoal docente e técnico-administrativo limitado quantitativamente.

1.10 Objetivos da Instituição

Os objetivos da instituição são elencados no Artigo 7º da Lei 11.892/2008:

I – Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos.

II – Ministrar cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

III – Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

IV – Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI – Ministrar em nível de educação superior:

- a) Cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.

- b) Cursos de licenciatura, assim como programas especiais de formação pedagógica, tendo em vista a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

- c) Cursos de bacharelado em engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

- d) Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, objetivando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

- e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, tendo em vista o processo de geração e inovação tecnológica.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 Contextualização Socioeconômica

O Estado de Roraima está localizado no extremo Norte do Brasil. Limita-se, ao norte, com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana; ao sul, com o Estado do Amazonas; a leste, com a República Cooperativista da Guiana e com o Estado do Pará; e a oeste, com o Estado do Amazonas e a Venezuela. São 1.922km de fronteiras internacionais, sendo 958km com a Venezuela, e 964km com a República Cooperativista da Guiana. Com relação às fronteiras estaduais, são 1.535km, sendo 1.375km com o Estado do Amazonas, e 160km com o Estado do Pará.

Sua localização potencializa o acesso aos principais mercados internacionais (América Central, Caribe, Estados Unidos e Europa) e nacional, este pelo Porto de Itacoatiara no Estado do Amazonas, conforme a figura abaixo:



Figura 2 – Localização e relações fronteiriças do Estado de Roraima

Fonte: Comitê de Geotecnologia, Cartografia e Ordenamento Territorial – SEPLAN-RR.

2.1.1 Dinâmica Demográfica

Segundo as informações do Censo Demográfico do IBGE, Roraima, com 450.479 habitantes no ano de 2010, é o Estado menos populoso da Região Norte e do Brasil, abrigando 2,8% da população da Região Norte e 0,2% da população brasileira.

Com relação ao dinamismo demográfico, os dois últimos censos demonstraram a tendência de diminuição no ritmo de crescimento populacional no Estado, que passou de 4,96% ao ano, na década de 2000, para 3,34% ao ano no período de 2000-2010, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores demográficos selecionados – Roraima 1991-2010

Especificação	População			Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Total	209.857	324.397	450.479	5,0	3,3
Urbana	146.769	247.016	344.859	6,0	3,4
Rural	63.088	77.381	105.620	2,3	3,2
Grau de urbanização (%)	69,94	76,15	76,41	-	-
Taxa de fecundidade total	3,7	3,2	2,2	-	-
Esperança de vida ao nascer	65,1	67,6	70,6	-	-
Taxa de mortalidade infantil	40,9	18,7	18,1	-	-

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Essa expressiva queda do ritmo da taxa de crescimento demográfico está diretamente atrelada ao declínio da taxa de fecundidade do Estado, que, de acordo com os dados dos censos demográficos, se reduziu paulatinamente em 19 anos, passando de 3,7 filhos-mulher, em 1991, para 2,2 filhos-mulher em 2010.

Destaca-se que a taxa de fecundidade roraimense está situada acima da taxa brasileira, que é de 1,94 filhos-mulher, mas abaixo da taxa da Região Norte, que é de 2,51 filhos-mulher. Esse comportamento de redução da taxa de fecundidade total e do ritmo de crescimento da população pode ser atribuído a um conjunto de fatores relacionados com as transformações socioeconômicas, a exemplo da urbanização, expansão do trabalho assalariado e do mercado consumidor, vivenciados pela economia roraimense e no âmbito das políticas públicas de saúde, educação, previdência e de

transferência de renda.

Os idosos com 60 anos ou mais representam aproximadamente 5,5% da população, bem abaixo da média brasileira, que é de 10,79%, conforme a Figura 03.

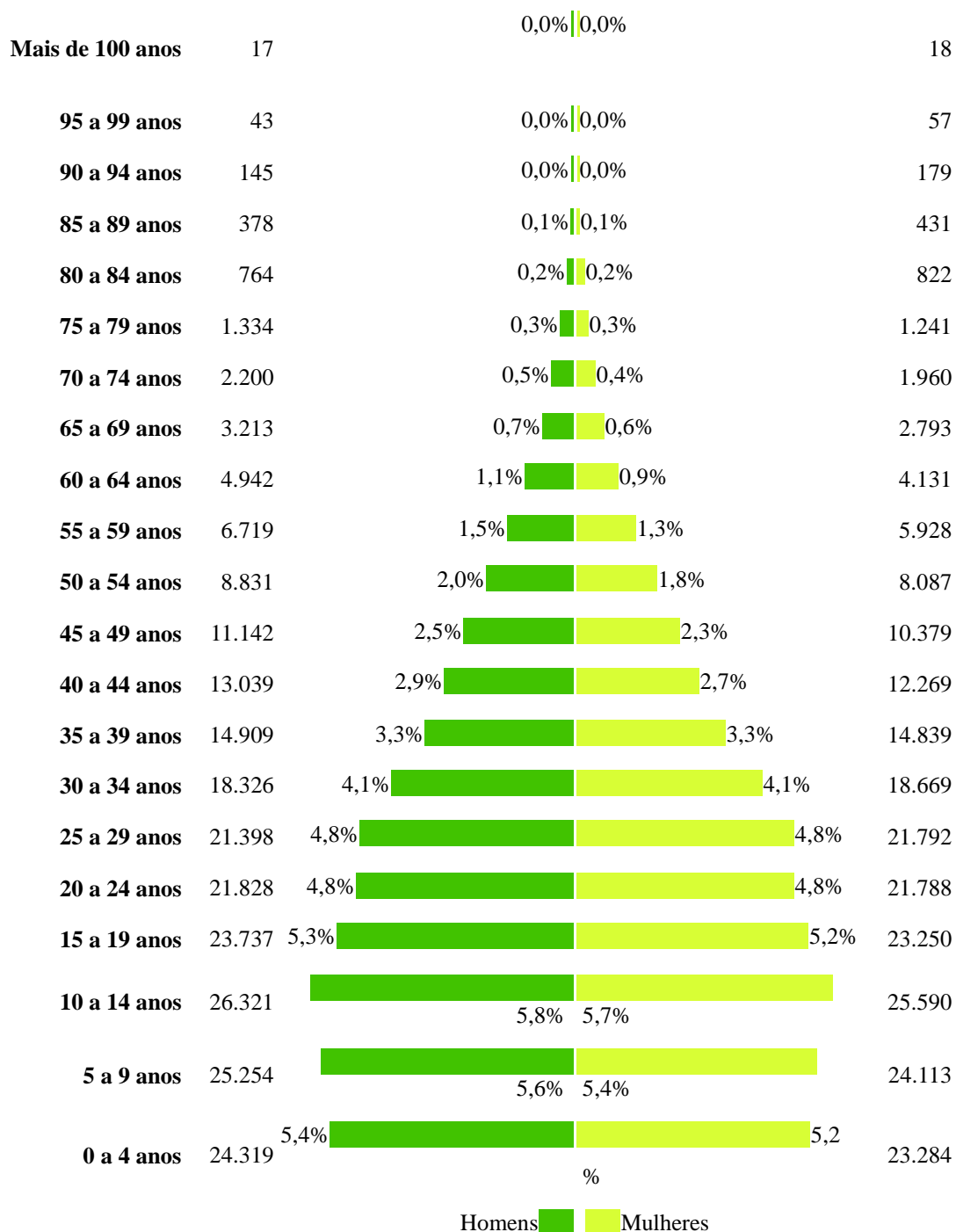


Figura 3 - Pirâmide Etária do Estado de Roraima

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010

Quanto ao efeito migratório no processo de crescimento populacional, cabe salientar que, com base no Censo de 2000, o Estado de Roraima ainda mantinha sua tendência histórica de receptor de população. No período 1991-2000, houve um crescimento de 16,47% no saldo migratório. O volume das entradas aumentou 35,1%, mas o de saídas cresceu muito mais (114,8%). Essas tendências apontavam para o resultado combinado do arrefecimento do fluxo de entradas e da intensificação no ingresso de pessoas no Estado. No período de 2004 a 2009, o volume de entradas caiu 60%; já o volume de saídas cresceu 10,1%.

O Estado de Roraima, que em 2000 era o único que apresentava um indicador de forte absorção migratória, passou à média absorção, em 2004, e à rotatividade migratória em 2009. Isso sinaliza uma tendência de redução no volume de pessoas e, possivelmente, dos fluxos migratórios que se destinam a esta unidade da federação.

A população de Roraima, em sua grande maioria, é jovem, na faixa de 0 a 29 anos, o que representa 62,75% do total, ficando acima da média do Brasil, que é de 50,99%. Sua concentração está na capital, Boa Vista, que detém 63,1% da população por ser cidade polo da Amazônia Ocidental. Além dessa concentração na capital, verifica-se um adensamento na zona urbana do Estado, o qual, em 2010, chegou a 76,1% , pressionando a demanda por serviços públicos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura.

Entre as características da dinâmica demográfica já elencadas, pode-se abordar a concentração econômica evidenciada pelo Produto Interno Bruto e pelas condições gerais de emprego e renda. Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (Seplan-RR), Boa Vista possui o maior número de empresas (5.685), o maior número de pessoal ocupado (83.351), e a maior média salarial entre os municípios (3,6 salários mínimos). As atividades empresariais que mais se destacam na capital são: comércio, reparação de serviços automotores e motocicletas, alojamento e alimentação e indústria de transformação.

Quadro 2 – Quantitativo de empresas, pessoal ocupado e remuneração média por atividade econômica em 2010.

Atividade	Nº de unidades produtivas local	Pessoal ocupado	Salário médio mensal (salários mínimos)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	92	364	2,7
Indústrias extrativas	12	91	1,7
Indústrias de transformação	398	2.855	1,6
Eletricidade e gás	8	988	7,1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	16	829	3,6
Construção	334	4.602	1,8
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	3.695	17.259	2,0
Transporte, armazenagem e correio	189	1.470	2,5
Alojamento e alimentação	479	2.284	1,3
Informação e comunicação	74	721	2,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	79	631	6,4
Atividades imobiliárias	43	73	1,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas	195	1.082	5,1
Atividades administrativas e serviços complementares	259	7.268	1,4
Administração pública, defesa e seguridade social	75	46.574	4,1
Educação	144	3.526	4,7
Saúde humana e serviços sociais	126	1.041	2,6
Artes, cultura, esporte e recreação	85	257	1,4
Outras atividades de serviços	597	1.210	1,9
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2	-	-

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas.

2.1.2 Características do Produto Interno Bruto

De acordo com a Seplan-RR, o Produto Interno Bruto ficou em R\$ 6,3 bilhões em 2010. Desse total, o setor terciário responde por 82%; o setor secundário, por 13%; e o setor primário, por 5%. Isso representa um crescimento real, em volume, de 9,6%

nesse ano.

Entre as atividades econômicas que compõem a economia local, a Administração Pública é responsável por 49,7% do PIB total; o Comércio, por 12,0%; e a Construção Civil, por 9,5%.

Dos municípios de Roraima, Boa Vista é o que tem a menor participação de recursos da administração pública na constituição do PIB (45%), e o Uiramutã é o que tem a maior participação (82%). O PIB de Roraima representa 0,17% do PIB nacional.

Quadro 3 – Composição do Produto Interno Bruto em 2010

Classificação	Valores (R\$ em milhões)		Participação percentil (%)	
	2010		2010	
Setor Primário	276		5	
Setor Secundário	758		13	
Setor Terciário	4.784		82	
Valor adicionado	5.818		100	
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	522		-	
PIB a preço de mercado corrente	6.340		-	

Fonte: SEPLAN/CGEES/DE e MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

2.1.3 Inserção Regional

A constituição dos cinco câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima foi realizada a partir da base territorial e socioeconômica. Na base territorial, evidencia-se a presença em três municípios que compõem duas mesorregiões, norte e sul, e três microrregiões, Boa Vista, Caracará e nordeste.

A mesorregião norte compreende a microrregião Boa Vista e nordeste. O IFRR está presente na microrregião Boa Vista com os câmpus Amajari, Boa Vista e Zona Oeste, e, na microrregião nordeste, com o Câmpus Avançado no Município de Bonfim.

A mesorregião sul é composta pela microrregião Caracará e sudeste. O IFRR está presente na microrregião Caracará com o Câmpus Novo Paraíso.

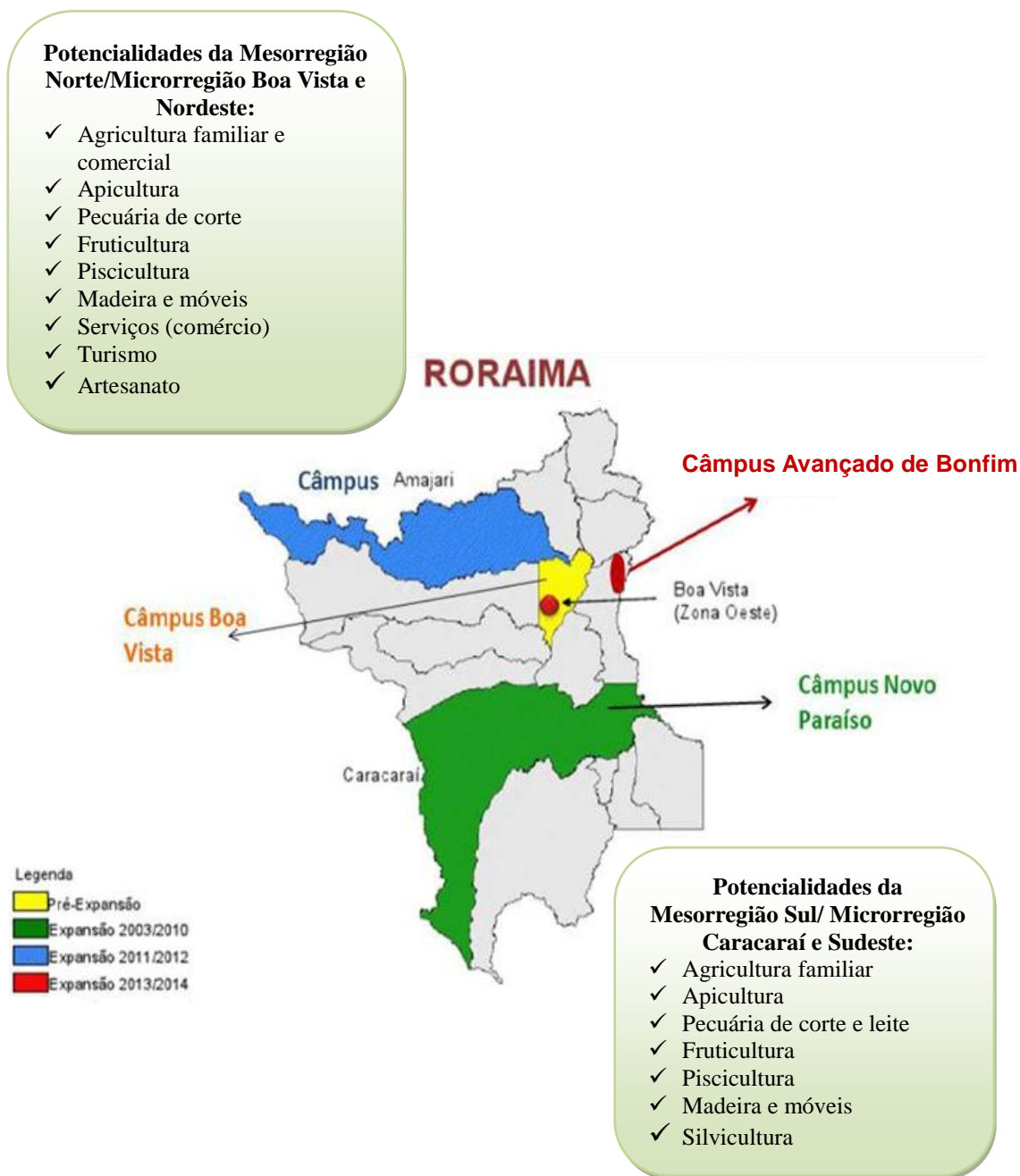


Figura 4 - Unidades do IFRR no Estado de Roraima

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – (PRODIN)

2.1.3.1 Mesorregião Norte

Território da Cidadania Norte

Microrregião Boa Vista e Nordeste

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

- Câmpus *Boa Vista*;
- Câmpus *Avançado de Bonfim*;
- Câmpus *Amajari*;
- Câmpus *Zona Oeste*.

A microrregião Boa Vista é parte da mesorregião norte, que compreende uma área de 67.754,56km² (30,1% do território roraimense) e é formada pelos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Amajari e Pacaraima. Sua população, que era de 346.296 habitantes em 2010, representa 76,9% da população de Roraima.

O dinamismo verificado na microrregião Boa Vista deriva-se da presença da capital, Boa Vista, que concentra 63,1% da população e possui a maior densidade demográfica: 48,9 hab./km². Economicamente, concentra 73,2% do Produto Interno Bruto do Estado de Roraima, cuja produção agrícola de cereais, como arroz, milho e soja, tem grande representação na participação total do Estado. Ela possui o maior número de empresas (5.685), o maior número de pessoal ocupado (83.351) e a maior média salarial entre os municípios (3,6 salários mínimos).

Sua economia diversificada apresenta arranjos produtivos locais, segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), destacando-se madeiras e móveis; agroindústria, apicultura e fruticultura. No setor terciário, destacam-se as subatividades – comércio varejista, serviços de informação, serviços prestados às famílias e às empresas – e o setor público, que tem ampla participação na economia da região.

ASPECTOS DA ZONA OESTE DE BOA VISTA

A Zona Oeste de Boa Vista, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, é composta por 39 bairros, onde vivem 229.454 pessoas, o que representa 80,3% da população de Boa Vista. No período entre 2000 e 2010, verifica-se o crescimento relativo de 14,4%.

Quadro 4 – População dos Bairros da Zona Oeste de Boa Vista 2000-2010

Bairros da Zona Oeste	2000	2007	2010
AIRTON ROCHA	-	20	69
ALVORADA	5.423	6.813	7.914
ARACELLI	777	7.069	4.102
ASA BRANCA	10.017	5.099	5.256
BELA VISTA	2.650	2.899	3.084
BURITIS	8.693	9.004	9.305
CAIMBÉ	6.593	6.947	7.447
CAMBARÁ	4.110	9.140	9.488
CARANÃ	8.706	8.665	9.931
CAUAMÉ	4.805	7.068	7.480
CENTENÁRIO	3.677	4.167	5.497
CIDADE SATÉLITE	-	3.304	5.942
CINTURÃO VERDE	1.683	5.225	5.907
EQUATORIAL	3.454	4.862	5.594
SENADOR HÉLIO CAMPOS	7.292	6.671	10.010
JARDIM CARANÃ	2.235	3.341	3.495
JARDIM PRIMAVERA	3.306	5.082	6.186
JARDIM FLORESTA	2.802	3.679	4.546
JARDIM TROPICAL	38	-	2.073
JÓQUEI CLUBE	4.493	5.326	6.515
LAURA MOREIRA	-	4.303	4.992
LIBERDADE	6.275	5.303	6.199
MECEJANA	6.108	6.271	6.134
MURILO T. ROCHA	-	95	112
NOVA CANAÃ	3.770	5.655	6.007
NOVA CIDADE	1.545	5.362	5.708
OLÍMPICO	-	748	915
OPERÁRIO	1.020	2.000	2.521
PINTOLÂNDIA	6.214	10.708	10.990

PISCICULTURA	911	1.977	1.471
PRICUMÃ	6.797	6.387	7.051
RAIAR DO SOL	2.755	5.224	5.863
SANTA LUZIA	4.482	10.735	8.777
SANTA TERESA	10.087	6.945	8.118
SÃO BENTO			6.368
SILVIO BOTELHO	7.011	13.267	7.188
SILVIO LEITE	6.448	1.374	8.849
TANCREDO NEVES	6.735	7.035	7.007
UNIÃO	1.150	2.767	3.801
Total	152.062	200.537	229.454

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000, contagem 2007 e Censo 2010.

➤ **Serviços**

Boa Vista conta com 15 estabelecimentos de serviços de intermediação financeira, sendo cinco unidades do Banco do Brasil, uma do Banco da Amazônia S/A, uma do HSBC, três do Banco Brasileiro de Descontos S/A, duas do Banco Itaú, duas do Santander e duas da Caixa Econômica Federal. Desse total, a zona oeste conta com quatro agências de porte médio e com três lotéricas, que vislumbraram o potencial econômico da região, visto que, até 2005, toda a rede bancária estava restrita ao centro da capital roraimense.

Esses dados indicam que há um enorme potencial para a atuação do IFRR, que poderá prestar grandes contribuições ao processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado, por meio da oferta de oportunidades de formação profissional e de inserção do trabalhador devidamente qualificado no mercado de trabalho.

➤ **Comércio**

O crescimento urbano acelerado, nestes últimos anos, migrou grande parte das atividades econômicas para a zona oeste com novos empreendimentos comerciais, imobiliários e serviços de intermediação financeira e de alimentação. As atividades econômicas predominantes na região oeste são:

- Comércio varejista em geral: de combustível e lubrificantes; hipermercados e supermercados; produtos alimentícios e fumo; tecidos, vestuários e calçados; móveis e eletrodomésticos; artigos farmacêuticos; equipamentos e material para escritório; informática e comunicação.
- Intermediação financeira, seguros e previdência complementar.
- Serviços de alimentação.
- Comércio e serviços para motocicletas, partes e peças.
- Comércio de material de construção.
- Comércio de jornais, revistas e papelaria.

Além dos existentes, novos núcleos comerciais foram formados, como o da Avenida Ataíde Teive, o da Rua Sólon Rodrigues Pessoa e o da Avenida Centenário, que têm atraído grandes empreendimentos comerciais e de serviços, haja vista o custo mais baixo do aluguel, em relação ao cobrado no Centro, possibilitando a oferta de produtos e de serviços por preços mais atraentes aos consumidores. (Figura 5).



Figura 5 – Vista parcial da Avenida Ataíde Teive – Boa Vista
Fonte: Observatório IFRR.

➤ Distrito industrial

O Distrito Industrial de Roraima localiza-se no Município de Boa Vista. Atualmente é chamado de “Governador Aquilino da Mota Duarte” e está situado no km 06 da BR 174, nas proximidades da zona oeste de Boa Vista, distante cerca de 8km do Câmpus Zona Oeste. Está implantado numa área de 1.161,47ha. A área destinada à instalação é formada, originalmente, por 24 quadras, que totalizam 325 lotes de 50mx100m.

Atualmente, segundo o Departamento de Indústria e Comércio da Seplan, existem 100 empresas no Distrito Industrial, sendo 58 instaladas e em funcionamento, 24 em fase de implantação, 9 com projetos de implantação e outras 9 paralisadas, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Quantitativo de empresas instaladas no Distrito Industrial

Ramo de atividade	Quantidade	%
Madeireiras	13	22,4
Beneficiamento de arroz	9	15,5
Cerâmicas e artefatos de concreto	7	12,1
Serviços de transporte	6	10,3
Movelarias	2	3,4
Máquinas e insumos agrícolas	5	8,6
Outras empresas pulverizadas	16	27,6
Total	58	100,0

Fonte: Departamento de Indústria e Comércio – Seplan-RR.

A economia dos Municípios de Alto Alegre, Pacaraima e Amajari tem predominância na atividade agrícola e pecuária de corte, alternando-se entre a produção comercial e a familiar. Na agricultura comercial, destaca-se o cultivo de cereais para grãos: soja, milho e arroz. Conforme o Quadro 6, esses municípios possuem grande peso, principalmente na produção de soja para o mercado internacional e de arroz para os mercados da Região Norte. Na pecuária, conforme o IBGE (Produção da Pecuária Municipal – PPM/2011), destaca-se o Município do Amajari com o segundo maior rebanho de bovinos, 75.308 cabeças, em 2011; e com o maior rebanho de equinos do Estado, 3.900 cabeças.

Quadro 6 – Produção de cereais para grãos na microrregião de Boa Vista – 2011

Municípios da Microrregião de Boa Vista	Arroz (t)	Milho (t)	Soja (t)
Amajari	12.835	870	-
Alto Alegre	382	1.671	4.760
Boa Vista	7.102	1.138	1.820
Pacaraima	5.009	244	-
Total	25.328	3.923	6.580
Participação na produção total do Estado	23,65%	33,25%	65,28%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE.

Com relação aos produtos de origem animal, destacam-se os Municípios de Alto Alegre, Amajari e Boa Vista na produção de leite, com 928, 704 e 690 mil litros, respectivamente. Na produção de ovos, destacam-se os Municípios de Boa Vista e Alto Alegre, com 3.778 e 136.000 dúzias, respectivamente.

Na Agricultura familiar, destaca-se a produção de mandioca, feijão, tomate e produtos de origem animal, como mel, leite e ovos, conforme os Quadros 7 e 8.

Quadro 7 – Produção de produtos de origem animal na microrregião de Boa Vista – 2011

Municípios da Microrregião de Boa Vista	Leite (1000l)	Ovos (1000dz)	Mel (kg)
Amajari	704	28	700
Alto Alegre	928	136	1.150
Boa Vista	690	3.778	40.000
Pacaraima	108	39	-
Total	2.430	3.981	41.850
Participação na produção total do Estado	34,65%	86,98%	31,67%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE.

Quadro 8 - Produção de mandioca, feijão e tomate na microrregião de Boa Vista – 2011

Municípios da Microrregião de Boa Vista	Mandioca (t)	Feijão (t)	Tomate (t)
Amajari	1.385	99	82
Alto Alegre	11.107	276	1.000
Boa Vista	1.489	450	2.075
Pacaraima	1.839	86	280
Total	15.820	911	3.437
Participação na produção total do Estado	20,49%	45,73%	65,24%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE.

Com relação aos indicadores sociais, o Município de Boa Vista destaca-se, na microrregião e no Estado de Roraima, com o melhor índice de desenvolvimento humano, 0,752, considerado como indicador médio. O Município do Amajari destaca-se com o menor índice da microrregião, 0,484, considerado como baixo nível de desenvolvimento humano, de acordo com o Quadro 9.

Quadro 9 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da microrregião de Boa Vista

Municípios	IDH-M 2010
Boa Vista	0,752
Pacaraima	0,650
Alto Alegre	0,542
Amajari	0,484

Fonte: IBGE.

A microrregião nordeste, com área de 30.792,413km², é uma das microrregiões pertencentes à mesorregião norte de Roraima. Sua população era de 42.160 habitantes em 2010, conforme recenseamento do IBGE, e está dividida em 4 municípios: Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã.

A cultura da soja é tida como grande potencial de desenvolvimento para o Estado devido à alta produtividade da região e suas condições naturais de clima e solo. O Município de Bonfim é o segundo maior produtor da cultura no Estado, com 2.240 toneladas. Com a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a rizicultura no Estado sofreu deslocamento da produção dos Municípios de Pacaraima e Normandia para o Município de Bonfim, que atualmente é o maior produtor do Estado, com 40.468 toneladas. Destaca-se também a produção de melancia, no município, com 1.718 toneladas em 2011.

Esses municípios têm sua composição econômica predominantemente advinda do setor público. Segundo divulgação do PIB dos municípios em 2010, o Uiramutã tem aproximadamente 89% do seu Produto Interno Bruto gerado pelo setor público.

Com relação aos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que indica a média dos índices de renda, educação e

expectativa de vida ao nascer, o Município de Bonfim destaca-se na microrregião nordeste com o melhor IDH-M, sendo considerado de índice médio. Observa-se, no entanto, que o Município do Uiramutã é o que possui o pior IDH-M da região, considerado baixo pela referência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, conforme o Quadro 10.

Quadro 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da microrregião nordeste.

Municípios	IDH-M 2010
Bonfim	0,626
Cantá	0,619
Normandia	0,594
Uiramutã	0,453

Fonte: IBGE.

As melhores taxas de alfabetização da população residente são dos Municípios de Bonfim e Cantá, com 73,08% e 71,70%, respectivamente. Já as piores estão nos Municípios de Normandia e Uiramutã, conforme o Quadro 11.

Quadro 11 – Taxa de Alfabetização dos municípios da microrregião nordeste

Municípios	Taxa de alfabetização da população residente – 2010
Bonfim	73,08%
Cantá	71,70%
Normandia	71,87%
Uiramutã	55,51%

Fonte: IBGE

2.1.3.1 Mesorregião Sul

Território da Cidadania Sul

Microrregião de Caracará e Sudeste

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

– Câmpus Novo Paraíso

A microrregião de Caracará, com área de 74.281,558km², faz parte da

mesorregião sul, a qual perfaz 33,12% do território roraimense e é formada pelos Municípios de Mucajaí, Iracema e Caracaraí. Sua população, que era de 41.886 habitantes em 2010, representa 9,3% da população de Roraima e 53,02% da mesorregião sul do Estado. Os maiores municípios, em termos populacionais, da mesorregião de Caracaraí são: Caracaraí e Mucajaí, com 18.398 e 14.792 habitantes, respectivamente.

O arranjo produtivo local desses municípios engloba: artesanato, fruticultura e piscicultura. O PIB do Município de Mucajaí ocupa o 5º lugar no *ranking* do PIB do Estado de Roraima. A participação da administração pública no PIB do município foi de 52,83% no ano de 2008. Mucajaí destaca-se na produção de tomate, com 1.455 toneladas produzidas em 2011, e de milho, com 1.371 toneladas. Destaca-se também na produção de milho e mandioca, com 10.097 e 8.165 toneladas, respectivamente.

Os principais produtos produzidos pelo município são: arroz, mandioca, tomate, banana e milho. Na pecuária, destaca-se a produção de bovinos, aves, suínos e equinos. As principais localidades do município são: Apiaú, Tamandaré, Japão, Vila Nova, Vila da Penha, Travessão, Antonio Ribeiro Campos, Vila Samaúma e Pirilândia.

O Município de Caracaraí detém a terceira maior economia do Estado de Roraima, sendo a participação da administração pública no PIB do município de 67,5%, no ano de 2010. A agricultura destaca-se com a produção de mandioca, soja, arroz e milho. A pecuária destaca-se com bovinos, aves, suínos e piscicultura. Os produtos de origem animal destacam-se com mel, leite e ovos. O município também possui relevância nos produtos de extrativismo vegetal, tais como: madeira em tora, lenha e carvão vegetal. As localidades do município são: Caracaraí (sede), São José do Anauá, Vista Alegre, Petrolina do Norte, São José, Itã, Núcleo Rural 55, Serra Dourada, Cachoeirinha, Caicubi, Lago Grande – Terra Preta, Sacaí, Rio Dias, PA Itã, PA Caxias e Novo Paraíso.

A microrregião sudeste é composta pelos Municípios de Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe. Juntos, eles representam 10,19% da população do Estado e 47,7% da mesorregião sul. O dinamismo verificado nessa região advém da presença do Município de Rorainópolis, que detém a segunda maior economia do

Estado de Roraima, conforme o PIB dos municípios, chegando ao valor de R\$189.319.000,00. Os principais produtos da agricultura do município são: mandioca, banana e milho. Com relação à pecuária, Rorainópolis investe na criação de bovinos, aves e suínos. Além disso, produz leite, mel e ovos. As principais localidades do município são: Rorainópolis (sede), Santa Maria do Boiaçu, Equador, Jundiá, Martins Pereira, Nova Colina, Vicinal 30, Vila Xixuau, Trairi, PA Ladeirão e Itaquera. A pauta de exportação do município é constituída de subprodutos da madeira.

Quadro 12 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da microrregião de Caracaráí

Municípios	IDH-M 2010
Mucajaí	0,665
Caracaráí	0,624
Iracema	0,582

Fonte: IBGE.

Quadro 13 – Taxa de Alfabetização da microrregião de Caracaráí

Municípios	Taxa de alfabetização da população residente - 2010
Caracaráí	75,71%
Iracema	59,61%
Mucajaí	73,17%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quadro 14 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da microrregião sudeste

Municípios	IDH-M 2010
Caroebe	0,639
Rorainópolis	0,619
São João da Baliza	0,655
São Luís	0,649

Fonte: IBGE

Quadro 15 – Taxa de Alfabetização da microrregião sudeste

Municípios	Taxa de alfabetização da população residente - 2010
Caroebe	76,72%
Rorainópolis	75,39%
São João da Baliza	77,49%
São Luís	79,79%

Fonte: IBGE

2.1.4 Perspectivas para o Desenvolvimento Econômico do Estado de Roraima

➤ Transferência de Terras da União

O último censo agropecuário de 2006 apontou que a área destinada para a produção de lavouras permanentes e temporárias no Estado de Roraima declinou 14,09% em relação ao censo realizado em 1996, principalmente nos estabelecimentos destinados à produção de lavouras permanentes, como banana, laranja, limão e mamão.

No entanto, esse cenário poderá mudar nos próximos anos, visto que, no dia 28 de janeiro de 2009, por meio do Decreto nº 6.754, o governo federal transferiu mais de dois milhões de hectares para o Estado de Roraima, compreendendo as glebas do Cauamé e Caracaraí, do total de 28 glebas que compreendem os Municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema e Caracaraí, totalizando 1.534 imóveis rurais. Essa transferência confere ao Estado a segurança jurídica dos empreendimentos já existentes e possíveis interesses em consolidar a produção agrícola familiar e comercial.

A regularização fundiária, além dessas glebas, estende-se para a região do Baixo Rio Branco, que abrange os Municípios de Rorainópolis e Caracaraí. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Iteraima), serão contempladas 800 famílias ribeirinhas e de agricultores familiares que ocupam uma área de 21.000ha para o desenvolvimento do extrativismo e da pesca.

➤ Interligação de linha de transmissão Boa Vista-Manaus

Atualmente o Estado de Roraima é atendido de modo precário pelo sistema de transmissão da interligação Brasil-Venezuela e por algumas unidades térmicas a óleo diesel que foram instaladas em caráter emergencial no sistema isolado do Brasil. No entanto, o Plano Decenal de Energia Elétrica, aprovado pelo Ministério das Minas e Energia (MME), prevê investimentos na ordem de R\$1,1 bilhão para a interligação Boa Vista-Manaus ao Sistema Interligado Nacional até 2016.

➤ Construção da Hidrelétrica do Cotingo

Recentemente, segundo o jornal Folha de Boa Vista, a Comissão de Minas e Energia do Senado Federal aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.540/06 do Senado que autoriza a construção de uma hidrelétrica no Rio Cotingo, que aproveitará o potencial hidrelétrico na Cachoeira do Tamanduá, localizada no Município de Uiramutã, com o potencial de produção de 400 megawatts de potência instalada.

➤ **Instalação da Fibra Ótica em Roraima**

Em 2008, foi firmado um acordo entre o Brasil e a Venezuela, por meio das empresas Eletrobrás e Cantv, para a instalação de uma rede de fibra ótica que atravessa um trecho de 784km, ligando Manaus a Santa Elena de Uiarém, a qual disponibiliza para região 1.000 mbps. Com esse investimento, a operadora privada de telecomunicações espera atender aos Municípios de Mucajaí, Iracema, Caracarái, Rorainópolis e às vilas Equador e Nova Colina.

➤ **Terminal de Cargas Alfandegado**

Pela inviabilidade da construção do porto seco pela iniciativa privada, a Infraero investirá, nos próximos anos, cerca de dois milhões de reais na construção do terminal de logística de carga (TECA) com área útil de 500m² para armazenagens, movimentação de cargas importadas, exportadas, nacionais e expressas. A Receita Federal criará uma área aduaneira responsável pelo sistema de fiscalização. Esse novo terminal poderá dar um dinamismo à Área de Livre Comércio no que tange à importação de bens intermediários e finais para atender à demanda do mercado interno roraimense.

➤ **Programa Nacional da Palma de Óleo**

Trata-se de um programa do governo federal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com outros ministérios e a Embrapa, e articulado pela Casa Civil da Presidência da República, que tem como objetivo produzir dendê para a extração do óleo da palmeira destinado à produção de biocombustível. O público-alvo desse programa são pequenos agricultores de projetos de assentamento localizados na região sul do Estado de Roraima. O estudo apontou potencialidade nos

Municípios de Rorainópolis e São Luiz.

O programa pode dar um dinamismo ao setor agropecuário do Estado, sobretudo na região sul.

2.2 Princípios Filosóficos e Teóricos Metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas do IFRR

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, traz em seu bojo uma reflexão que aponta a necessidade de um repensar pedagógico, dadas as especificidades dessa nova conjuntura institucional. Nesse sentido, indica que os projetos pedagógicos devem privilegiar, a fim de atingir seus objetivos, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como vetores do desenvolvimento institucional.

Para tanto, nos IFs, a pesquisa deve pautar-se nos princípios científicos e educativos que ampliem a autonomia intelectual e a prática interativa com a realidade. Já a extensão deve privilegiar um diálogo ampliado e constante com a sociedade, nas diferentes dimensões da vida humana. Por isso, as propostas pedagógicas dos institutos devem considerar o conhecimento em sua completude, articulando e integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. É preciso também haver um reconhecimento da importância da formação humana e cidadã como requisitos necessários ao exercício profissional, tendo em vista garantir transformações significativas na realidade.

Os Institutos Federais de Educação, em seus projetos pedagógicos, devem privilegiar o planejamento e a organização curricular por meio de itinerários formativos que garantam a sintonia entre as necessidades sociais, econômicas e culturais locais, e o diálogo entre os diferentes cursos ofertados com vistas à verticalização.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando-lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará,

nas linhas que seguem, as concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período 2014-2018.

2.2.1 Concepção de Currículo

O IFRR concebe a educação como um processo que liberta o homem, tornando-o sujeito de sua aprendizagem e produtor de conhecimento, a partir de suas experiências e valores humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos, com sólida base científica e tecnológica, visando ao mundo do trabalho.

O IFRR entende, assim, o currículo como um articulador dos princípios do trabalho, da ciência, da cultura, da tecnologia, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica. Nesse sentido, deve estar pautado na flexibilidade e no respeito à formação integral do sujeito, garantindo o incentivo e o aprofundamento do conhecimento e a visão de trabalho como princípios educativos de intervenção na realidade social.

O currículo é um programa de estudos ou um programa de formação que deve ser considerado em sua globalidade, coerência didática e continuação temporal, isto é, possibilitando a organização sequencial das situações e das atividades de aprendizagem.

O currículo possui duas dimensões: a formal, na qual se encontra o acordo estabelecido entre a comunidade acadêmica durante o processo de elaboração curricular, e a do currículo vivido, que recebe grande influência cotidiana. Ambas constituem um ambiente simbólico, material e humano que se modifica constantemente e envolve questões de ordem técnica, política, ética e estética. Essas dimensões, que perpassam a formulação curricular, constituem o que se denomina currículo oculto e é por seu intermédio que diferentes mecanismos de poder penetram a escola.

O currículo é um projeto, um artefato social, cultural e político, cuja construção está inserida numa dinâmica e complexa conversação que diz respeito não somente a professores e a estudantes, e, sim, a toda a sociedade, como atores curriculares, comprometidos histórica, social e culturalmente com um projeto de formação que se encontra em permanente reconstrução.

Por ser um documento de trabalho em permanente elaboração, o currículo só se torna possível com o rompimento de processos uniformes e estandardizados de decisão curricular, devendo ser formulado e desenvolvido de maneira flexível, dando resposta ao pluralismo social e cultural, sem renunciar à universalidade de muitos traços culturais e de certos objetivos básicos. E, nessa perspectiva política, é importante saber quem é o público-alvo a quem o conhecimento se destina, qual o objetivo desse conhecimento e o que deve ser ensinado e aprendido, pois é, por meio do currículo, que se promove o delineamento da ação educativa de forma integrada e abrangente.

Essa noção de currículo inscreve-se nas teorias contextuais, ligadas à teoria de ação do sujeito, aos modelos abertos e a uma abordagem dinâmica e processual que resulta da inter-relação das expectativas coletivas, intenções curriculares e realidade curricular, objetivando responder a situações concretas. Nessa perspectiva, o currículo deve ser compreendido como uma prática de significados, que revela o poder, a diversidade e a identidade existente em cada projeto curricular.

Vale ressaltar que uma proposta curricular é também uma política cultural, pois currículo é sempre resultado da seleção e construção de saberes. Como a produção da cultura é um campo de conflito e embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo, a proposta curricular institucional não pode se resumir apenas a documentos escritos. Ela deve incluir o processo de planejamento, vivenciado e reconstruído em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da instituição.

A construção do Projeto Pedagógico Institucional e dos planos de cursos, além dessa noção de currículo, segue as orientações norteadoras das Diretrizes e dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, que definem a existência de uma matriz curricular com funções sociais, políticas e educativas. Esses documentos indicam a necessidade de uma construção coletiva, participativa e democrática do currículo, buscando aprofundar o “caráter humanista do ato de educar, desconstruindo o parâmetro colonialista e dual (...)” (DOCUMENTO BASE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO; 2007, p.54).

É importante salientar ainda que o IFRR insere nos projetos pedagógicos de seus cursos um paradigma científico, por meio do qual o estudante pode acessar, sistematizar e produzir conhecimentos científicos para o entendimento da realidade. O foco da educação se desloca, assim, de uma pedagogia tradicional e dogmática para uma pedagogia que explica a dinâmica da sociedade capitalista como um todo, partindo do princípio de que o trabalho, como elemento fundador da sociedade, é o meio necessário para a conquista da cidadania.

Em suma, o IFRR propõe uma educação profissional e um ensino superior ampliado, além da construção de um currículo respaldado em valores e práticas democráticas que leve em conta a dinâmica e as contradições do mundo do trabalho; os contextos econômicos, políticos, sociais e ambientais; as transformações técnicas e organizacionais; os saberes gerados nas atividades de trabalho; os laços coletivos e de solidariedade e os valores, histórias e saberes da experiência adquiridos ao longo da vida.

2.2.2 Concepção de Ensino

Parte-se do pressuposto que o conhecimento é determinado por interesses e produzido socialmente, o que aponta para uma pedagogia crítica que possibilita um ensino participativo, centrado nas relações, pautado em questionamentos, solução de problemas, problematização do conhecimento e diálogo contínuo entre professores, formadores e estudantes.

Essa concepção de ensino possibilitará aos estudantes e professores expressarem suas percepções e experiências da vida cotidiana, de forma crítica e reflexiva, aliadas ao conhecimento da tradição cultural. A mediação didática a ser feita no processo ensino-aprendizagem deverá ter caráter orientador, exigindo um ensinar e um aprender que não se centralizam na figura do professor, e, sim, nas situações de interação professor-estudante.

Nesse contexto, o profissional da educação deve ser capaz não só de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo, mas também de promover um fazer pedagógico que assegure ao educando a construção de sua autonomia e uma formação profissional e

tecnológica contextualizada, permeada de conhecimentos, princípios e valores que fortaleçam o estudante na procura de vida mais digna.

Conforme as Concepções e Diretrizes da Educação Profissional (2010), a educação para o trabalho é entendida como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente (p. 34 e 35).

Por isso, é preciso considerar o aspecto processual da prática pedagógica, respeitando-se o itinerário formativo do estudante e, ao mesmo tempo, vinculando-o à apropriação dos significados culturais, exigindo-se o desenvolvimento de capacidades e habilidades específicas.

2.2.3 Concepção de Ensino-Aprendizagem

Coerente com a concepção de Formação Prática Reflexiva, o processo ensino-aprendizagem está orientado na perspectiva de quatro pilares: o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a ser e o conviver.

Partindo do pressuposto que o conhecimento é determinado por interesses e produzido socialmente, adotamos uma pedagogia crítica que possibilita um ensino participativo, centrado nas relações, pautado em questionamentos, solução de problemas, problematização do conhecimento e diálogo contínuo entre professores, equipe técnica e estudantes. É um ensino que possibilitará aos estudantes e professores expressar suas percepções e experiências da vida cotidiana, de forma crítica e reflexiva, aliadas ao conhecimento da tradição cultural. A mediação didática a ser feita no processo ensino-aprendizagem deverá ter caráter orientador, exigindo um ensinar e um aprender que não se centralizam na figura do professor, mas nas situações de interação professor-estudante.

Portanto, a aprendizagem que está pautada no currículo é de natureza sociointeracionista e de dimensão contextualizada. Ela ocorre vinculada à apropriação

dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento de competências e habilidades específicas.

Tais competências e habilidades estão consideradas no presente documento, transcendendo a qualquer perspectiva positivista, no sentido de elencar conhecimentos e práticas desvinculadas dos conhecimentos prévios, saberes e práticas sociais da comunidade acadêmica. O entendimento construído coletivamente na produção deste Projeto Pedagógico Institucional pauta-se na necessidade de que a prática pedagógica se baseie nos conhecimentos necessários a serem construídos pelo estudante, conforme o perfil profissional de conclusão dos cursos, a partir dos saberes e práticas sociais, haja vista o contexto socioeconômico e político.

2.3 Diretrizes Pedagógicas

No sentido de garantir os processos de integração dessas concepções curriculares e do ensino-aprendizagem no IFRR, é importante retomar algumas propostas do DOCUMENTO BASE DA EPT (2007) que trazem uma importante reflexão para este projeto pedagógico institucional e que auxiliarão na composição das diretrizes pedagógicas institucionais:

I – Não reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência, é importante considerar os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais, e as tendências da dinâmica socioprodutiva local, regional, nacional e global.

II – Construir as estratégias acadêmico-científicas de integração, contando com a adesão de gestores e educadores responsáveis pela formação geral e específica, bem como da comunidade em geral. É preciso, pois, pensar e elaborar essas estratégias coletivamente. Tanto os processos de ensino-aprendizagem quanto os de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento por meio das disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento de

aprendizagens que os ambientes de trabalho podem proporcionar e que podem ser adquiridos por meio de visitas, estágios, entre outros.

III – Promover a articulação da instituição com familiares dos estudantes e com a sociedade em geral. As experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional. A escola deve levar em conta a visão que os estudantes têm de si mesmos; as possibilidades de inserção social e profissional que o mundo externo lhes oferece e as modalidades formativas oferecidas pela escola. Isso exige um processo de diálogo e de conscientização dos estudantes e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível realização.

IV – Considerar, em primeiro lugar, as necessidades materiais dos estudantes, bem como proporcionar condições didático-pedagógicas às escolas e aos professores. Os sistemas e as instituições não podem estar alheios às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional dessa natureza. Por exemplo, as necessidades dos estudantes para cumprir a jornada de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima, para se manter e manter-se na escola; e a existência de instalações que ofereçam laboratórios, biblioteca, ateliês, espaços de lazer e oficinas, por meio dos quais possam aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso.

V – Transformar o projeto de formação integrada em uma experiência de democracia participativa e de recriação permanente. Trata-se de uma ação coletiva, já que o movimento de integração é necessariamente interdisciplinar. Isso requer que os professores se abram à inovação; a temas e experiências mais adequados à integração pedagógica. Há que se dar ao estudante horizontes de captação do mundo, além das rotinas escolares, dos limites estabelecidos e normatizados da disciplina escolar, para que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora; fundamental ao ser humano.

VI – Promover o resgate da escola como lugar de memória. Sucessivas reformas educacionais e carências materiais diversas se traduzem em uma dificuldade intrínseca, para as escolas e seus professores, de pensar de modo orgânico e criativo projetos autônomos de educação. É necessário haver o desenvolvimento consensual de um projeto de resgate da escola como um lugar de memória, das lembranças de seus

personagens e dos momentos mais expressivos. Documentos diversos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia, podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais completa para os mais jovens, com reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres.

Partindo dessas orientações, considera-se que as diretrizes pedagógicas do IFRR devem:

I – Primar pela formação de um profissional crítico e reflexivo;

II – Garantir a interdisciplinaridade e contextualização nos currículos do IFRR, desde a elaboração e reelaboração de planos de curso até o acompanhamento e avaliação de sua execução;

III – Respeitar os princípios da diversidade, equidade e multiculturalidade;

IV – Reconhecer e fortalecer as identidades étnico-raciais e de gênero (povos indígenas e do campo);

V – Promover a implantação de cursos, observando os arranjos produtivos culturais, sociais, regionais e locais;

VI – Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares;

VII – Garantir o acesso, a permanência e o sucesso do estudante nos diferentes cursos de formação;

VIII – Estabelecer sistema de acompanhamento, avaliação e acompanhamento do egresso, relativo à trajetória socioprofissional e educacional;

IX – Adotar a categoria trabalho como princípio educativo;

X – Ofertar educação profissional segundo perfis profissionais identificados nos diferentes eixos tecnológicos, previstos nos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos;

XI – Fomentar o princípio da verticalização do ensino conforme eixos tecnológicos;

XII – Adotar a pesquisa como princípio pedagógico;

XIII – Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação tecnológica e extensão na organização e execução do currículo nos diferentes níveis de ensino;

XIV – Criar e implementar programas de extensão e ação comunitária para o fortalecimento do compromisso social.

2.4 Políticas de Ensino

Em razão de seus objetivos e finalidades, o IFRR procura cumprir sua missão institucional, consolidando uma política de ensino, pesquisa e extensão que se caracteriza pela atenção aos princípios educacionais e pedagógicos definidos na Lei nº 9394/96 (LDBEN) e nos demais documentos complementares emanados do MEC e do CNE; pela atenção à realidade local e pelo respeito aos princípios e direitos constitucionais. Sua missão, portanto, se concretiza por meio de ações que levam a efeito:

- Na área da educação básica – curso de ensino médio integrado à formação profissional;
- Na área da educação profissional – cursos de formação, atualização e qualificação nos três níveis (formação inicial e continuada, formação técnica de nível médio e superior), além da prestação de serviços, assessorias e consultorias;
- Na educação superior – cursos na área de formação de professores e cursos superiores de tecnologia e bacharelados;

- Na área da extensão – atividades e campanhas de educação preventiva, realização de exames e outras ações na área da saúde, por meio do envolvimento direto dos estudantes em processo de formação. Exerce outras formas de atendimento à comunidade na área esportiva, social e cultural;
- Na área da pesquisa e inovação tecnológica – organização e implantação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica, com a finalidade de fomentar, buscar o apoio financeiro, orientar e coordenar as ações de pesquisas a serem desenvolvidas tanto por estudantes quanto por docentes, seja em função do desenvolvimento do ensino, seja no contexto de alguma ação específica;
- Na área da pós-graduação – organização e implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu e strictu sensu*.

2.4.1 Ensino Técnico

O IFRR, em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, define que a Educação Profissional deve articular, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os seguintes conceitos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

O trabalho é o elemento desencadeador da produção de cultura, bens materiais e conhecimentos que movimentam a sociedade humana. Ele deve ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes.

A cultura constitui-se como uma categoria que representa as relações dos seres humanos histórica e geograficamente, suas cargas identitárias, suas tradições e seus costumes. Ela se torna fundamental, à medida que, analisada, possibilita a compreensão da conjuntura social que permitiu determinadas transformações na história da humanidade.

A ciência é a parte do conhecimento melhor sistematizado e expresso na forma de conceitos – representações importantes que auxiliam na reflexão dos seres humanos

sobre a realidade concreta. A tecnologia pode ser compreendida como a ciência apropriada a fins produtivos, sendo, por essa via, a educação profissional um canal confluyente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia.

Já a arte (cênica, musical, plástica) é o elemento capaz de criar e recriar identidades culturais, individuais e comunitárias; permite momentos de reflexão, de *insights*, de criatividade, de expressão, e é capaz de desenvolver a inteligência. Assim, a atividade artística é também atividade técnico-profissional, seja de trabalhadores em educação, seja de estudantes, configurando-se em elemento extremamente importante para a compreensão de atividades de performance, de produção e de contato com a comunidade.

Desse modo, a educação profissional técnica de nível médio no IFRR fundamenta-se nos conceitos de politécnica e de omilateralidade, que, imbricadas, consolidam o compromisso com a formação humana integral, não se configurando apenas como mera preparação para responder às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Consiste em um projeto educacional que toma as categorias, ciência, trabalho, cultura e tecnologia na centralidade das ações pedagógicas.

O ensino técnico busca, portanto, a superação da dicotomia histórica entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e operacional, como forma de conduzir a uma formação integral, capaz de permitir ao homem não somente a inserção digna no mundo do trabalho, mas igualmente uma atuação cidadã, integrada à sociedade política.

Nessa perspectiva, a educação técnica deve organizar-se por áreas profissionais, em razão da estrutura sociocupacional e tecnológica, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos, e promover a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

De acordo com a Lei 11.741/2008, a educação profissional técnica de nível médio deverá ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio e subsequente. Esta última, com cursos destinados a quem já haja concluído o ensino médio. O dispositivo dessa lei, Art.36-C, estabelece que a articulada será desenvolvida nas seguintes formas:

I – Integrada – ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional e técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada estudante;

II – Concomitante – ofertada a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

- a) Na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) Em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) Em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2008, p.2).

Entre as modalidades previstas na legislação, esta instituição optou pela formação técnica nas formas integrada e subsequente, para a maioria dos cursos. Contudo, também tem previsão de ofertas na forma concomitante.

Dessa maneira, compromete-se a atuar regularmente na educação profissional técnica de nível médio, de acordo com as prerrogativas da lei dos institutos, que estabelece o atendimento de 50% das vagas à oferta de formação técnica. Para tanto, o principal caminho a se construir efetivamente reside na sistematização didática e nas definições de percursos metodológicos capazes de elucidar a integração da educação.

As diretrizes para o ensino técnico são as seguintes:

I – Ofertar cursos profissionais técnicos de nível médio na forma integrada, concomitante e subsequente.

II – Conjugar a teoria com a prática, mediante proposta pedagógica que tenha como base, entre outras categorias, a interdisciplinaridade, a contextualização e a omilateralidade.

III – Desenvolver ações de acompanhamento e avaliação da prática escolar do ensino (organização didática, planos de curso, entre outras) numa perspectiva de participação do conjunto da comunidade escolar.

IV – Estruturar ambientes didáticos com infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades educativas de qualidade (salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditórios, entre outros).

V – Ampliar e readequar as estruturas de alojamento já existentes nos Câmpus Amajari e Novo Paraíso, partindo de uma avaliação em conjunto com docentes e estudantes, de modo a melhor atendê-los.

VI – Elaborar fluxo de trabalho e rotinas relativos aos auxílios financeiros prestados aos estudantes, de forma que agilize tais procedimentos, bem como detectar e solucionar problemas e entraves que culminem na dificuldade de permanência e de êxito dos estudantes, especialmente daqueles atendidos nos câmpus do interior do Estado.

VII – Promover ações articuladas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que trabalhem as relações étnico-raciais, a partir de uma perspectiva emancipatória.

VIII – Promover as atividades de pesquisa e extensão, permeando o processo de ensino por meio de projetos, simpósios, seminários, debates, núcleos temáticos, em sintonia com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho e as demandas sociais.

XI – Estimular e valorizar a produção acadêmica nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando a pesquisa e a extensão como práticas permanentes e fontes de retroalimentação curricular e articulação pedagógica.

X – Promover oportunidades que visem ao contato externo dos estudantes com museus, laboratórios, exposições, centros de pesquisa, fábricas, entre outros, para o melhor aproveitamento dos conhecimentos construídos.

XI – Viabilizar a consciência ambiental e a prática da sustentabilidade de forma transversal no IFRR, subsidiando a capacitação dos docentes nesse aspecto.

XII – Desenvolver, de acordo com a legislação vigente, suas práticas de ensino com base nos princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, presentes na Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; no Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, constantes na Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.

XIII – Promover o intercâmbio de cooperação e visitação técnica com empresas, ONGs, instituições públicas e privadas, contando com a participação de docentes, estudantes e técnicos-administrativos que atuam diretamente no ensino técnico.

XIV – Estruturar nos câmpus uma coordenação para estágios de egressos para todos os cursos técnicos.

XV – Garantir a participação de profissionais da área pedagógica na elaboração dos planos de curso e no acompanhamento dos cursos técnicos, além de realizar reuniões e outras atividades de intervenção e orientação pedagógicas periódicas.

XVI – Realizar a ampliação dos espaços físicos do IFRR.

XVII – Reestruturar os planos de cursos técnicos integrados à educação profissional, para que tenham duração de 03 anos, a partir de um estudo das turmas piloto.

XVIII – Discutir coletivamente e se apropriar de discussões que favoreçam um olhar para o novo estudante do ensino técnico, em busca da nova identidade do IF, de modo que a resposta a questionamentos sobre nossa missão e visão de futuro seja de domínio coletivo.

XIX – Estabelecer metas com foco em resultados que tenham por norte a articulação com o mundo do trabalho.

XX – Estabelecer prazo para a reformulação dos planos de curso, de modo a garantir que passem por atualizações sistemáticas, voltadas para as inovações sociais e o mundo do trabalho.

XXI – Capacitar os gestores que atuam no ensino técnico para o domínio das políticas específicas, bem como para favorecer uma postura de gestão adequada e condizente com os princípios e diretrizes estabelecidos nos documentos institucionais.

2.4.2 Ensino de Graduação

O ensino de graduação no IFRR é desenvolvido por meio da oferta de cursos superiores de licenciatura e de tecnologia, em atendimento às Diretrizes Gerais emanadas do MEC no que se refere a:

I – Organização dos câmpus/unidades de ensino por foco tecnológico estratégico, respeitando os arranjos locais, com verticalização e em busca da consolidação de polos especializados.

II – Prioridade à verticalização dos estudantes egressos das licenciaturas com foco no respeito aos itinerários formativos.

III – Sintonia de ações de ensino, pesquisa aplicada e extensão com o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico local e regional, conforme arranjos produtivos, culturais e sociais.

IV – Realização de parcerias com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada para ações de ensino, pesquisa aplicada, extensão tecnológica e estágio.

V – Articulação com os sistemas públicos de educação básica e superior na definição de ofertas educacionais.

VI – Desenvolvimento de política e programas de acompanhamento do estudante por equipe multiprofissional/multidisciplinar, vinculada aos coordenadores de curso, para combate à evasão e à retenção, e incentivo à conclusão/diplomação, respeitando-se o itinerário acesso-permanência-êxito.

VII – Inserção de temáticas relativas ao mundo do trabalho, incentivando-se o empreendedorismo, desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia, e inovação tecnológica nos cursos de licenciatura.

VIII – Acompanhamento e avaliação sistemáticos da prática profissional e de estágios, a partir de programas e ações orientados por setores específicos.

IX – Desenvolvimento de avaliação e acompanhamento do egresso, relativo à trajetória socioprofissional e educacional.

X – Vinculação das ações afirmativas aos programas e aos projetos de permanência do estudante na instituição.

XI – Articulação dos programas de assistência estudantil com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

XI – Manutenção dos processos seletivos diferenciados que destinam vagas para estudantes da rede pública, egressos e outras ações afirmativas, respeitando-se o levantamento de demandas e arranjos produtivos locais.

Para cada forma de oferta dos cursos superiores de licenciatura e de tecnologia, o IFRR adota diretrizes específicas de acordo com a legislação em vigor.

Conforme a legislação que respalda a atuação dos Institutos Federais de Educação, poderemos ofertar ainda cursos de graduação no formato de bacharelados em qualquer dos câmpus do IFRR.

2.4.2.1 Cursos de Licenciatura

Os cursos superiores de licenciatura ofertados pelo IFRR obedecem às Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, visando ao preparo para:

- I – o ensino, objetivando a aprendizagem do estudante;
- II – o acolhimento e o trato da diversidade;
- III – o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV – o aprimoramento em práticas investigativas;
- V – a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI – o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII – o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Além dos dispostos legais atinentes às licenciaturas, o IFRR preconiza, em seus cursos de formação de professores, incentivo às práticas de intervenção na escola.

A formação de professores, desenvolvida pelo IFRR, para a atuação nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, observa os seguintes princípios norteadores para o preparo da atividade docente:

- I – A competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II – A coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:

- a) a simetria invertida, que ocorre em lugar similar àquele em que o estudante vai atuar, exigindo preparo do futuro professor e consistência entre o que faz na prática pedagógica e o que dele se espera;
- b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, em que são colocadas em uso capacidades pessoais;
- c) os conteúdos como meios e suporte, para a constituição das competências e habilidades;
- d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a análise dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessária.

III – A pesquisa com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação quanto compreender o processo de construção do conhecimento.

Os projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores ofertados pelo IFRR, de acordo com sua concepção, desenvolvimento e abrangência, buscam considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional. Além disso, visam adotar essas competências como norteadoras tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação, levando em conta que:

I – a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;

II – o desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;

III – a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da

escolaridade;

IV – os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas (conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais e as das comunidades inclusas nas ações afirmativas);

V – a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

A concepção de aprendizagem é orientada pelo princípio metodológico da ação-reflexão-ação. Considera-se a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas possíveis e privilegiadas a fim de construir essa concepção de aprendizagem.

Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, são consideradas:

I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III – as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e à sua articulação interdisciplinar e transdisciplinar;

IV – as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V – as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI – as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento

profissional.

As referidas competências serão contextualizadas e complementadas pelas competências próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências, além da formação específica relacionada com as diferentes etapas da educação básica, propicia a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I – cultura geral e profissional;

II – conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais e as das comunidades contempladas nas ações afirmativas;

III – conhecimento sobre dimensão cultural e intercultural, social, política e econômica da educação;

IV – conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V – conhecimento pedagógico;

VI – conhecimento advindo da experiência.

O IFRR, em sua organização institucional a serviço do desenvolvimento de competências para a formação de professores, considera que:

I – a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura, numa estrutura com identidade própria aliada à identidade institucional;

II – será mantida, quando couber, estreita articulação e parcerias com institutos,

departamentos e cursos de áreas específicas;

III – a instituição constitui diretorias e coordenações, núcleos docentes estruturantes e colegiados próprios, que formulam seus próprios projetos pedagógicos, articulam as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomam as decisões sobre organização institucional e questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV – a instituição deve manter interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;

V – a formação continuada dos formadores será incluída na jornada de trabalho com tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;

VI – a garantia com qualidade e quantidade de recursos pedagógicos, como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação;

VII – serão adotadas iniciativas que garantam parcerias para a promoção de atividades acadêmicas, científicas e culturais aos formadores e futuros professores.

A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que compõem a matriz curricular para a formação de professores são, desde o seu planejamento, o primeiro passo para a transposição didática, que visa à transformação dos conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, são expressos nos seguintes eixos em torno dos quais se articulam as dimensões a serem contempladas:

I – Eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

II – Eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;

III –Eixo articulador entre disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;

IV – Eixo articulador da formação comum com a formação específica;

V – Eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;

VI – Eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

O IFRR adota a prática docente, em seus cursos de licenciatura, desde a matriz curricular até a etapa final, permeando toda a formação do professor. Em outras palavras, ela ocorre no interior das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas. Portanto, todas têm a sua dimensão prática, numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

Logo, a prática é desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro, por exemplo, das observações realizadas e da resolução de situações-problema.

De acordo com a legislação vigente, o estágio curricular supervisionado a ser realizado em escola de educação básica é desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e avaliado conjuntamente pela escola formadora e pela escola campo de estágio, respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, bem como as possibilidades de contemplar as demais atividades amparadas pela Lei nº 11.788/2008 (Lei do do Estágio) e pelo Regimento de Estágio do IFRR.

Cabe a cada Câmpus do IFRR estimular e valorizar a produção acadêmica nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando a pesquisa e a extensão como práticas permanentes e fontes de retroalimentação curricular e de articulação pedagógica, incentivando a aplicação dos saberes construídos nos cursos de formação de professores na própria instituição formadora, em atividades integradas entre os diversos câmpus, e privilegiando estágios e práticas de ensino correntes na formação do professor.

Compete ainda a cada Câmpus, em razão das suas especificidades locais, desenhar estratégias de formas de acesso que contemplem os egressos, enquanto política de verticalização do ensino.

2.4.2.2 Cursos Superiores de Tecnologia

O ensino de graduação no IFRR é desenvolvido por meio da oferta de cursos superiores de licenciatura e de tecnologia, os quais atendem às Diretrizes Gerais emanadas do MEC no que se refere a:

I – Organização dos câmpus/unidades de ensino por foco tecnológico estratégico, com verticalização e consolidação como polos especializados;

II – Sintonia de ações de ensino, pesquisa aplicada e extensão tecnológica com o desenvolvimento socioeconômico local e regional: arranjos produtivos, culturais e sociais;

III – Realização de parcerias com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada, para ações de ensino, pesquisa aplicada e extensão tecnológica;

IV – Articulação com os sistemas públicos de educação básica e superior na definição de ofertas educacionais;

V – Desenvolvimento de programa de acompanhamento do estudante por equipe multiprofissional, vinculada aos coordenadores de curso (combate à evasão e a retenção; e incentivo à conclusão/diplomação);

VI – Inserção de temáticas relativas ao empreendedorismo, desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia e inovação tecnológica nos cursos de graduação;

VII – Acompanhamento e avaliação sistemáticos da prática profissional e de estágios;

VIII – Desenvolvimento de avaliação e acompanhamento do egresso, relativo à

trajetória socioprofissional e educacional;

XIX – Vinculação das ações afirmativas aos programas e aos projetos de permanência do estudante na instituição;

X – Articulação dos programas de assistência estudantil com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XI – Manutenção dos processos seletivos diferenciados que destinam vagas para estudantes da rede pública, além de outras ações afirmativas.

Para cada forma de oferta dos cursos superiores de licenciatura e de tecnologia, o IFRR adota diretrizes específicas de acordo com a legislação em vigor.

Os cursos superiores de tecnologia ofertados pelo IFRR, integrados às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetivam garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Para tanto, esses cursos são planejados e desenvolvidos visando:

- ao atendimento das demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade;
- à conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino, quais sejam sua vocação tecnológica e suas reais condições de viabilização;
- à identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País.

Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação, com características especiais, e obedecem às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES nº 436/2001,

conduzindo o estudante à obtenção de diploma de tecnólogo.

A organização curricular dos cursos superiores de tecnologia contempla o desenvolvimento de competências profissionais, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia, e são formuladas em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os respectivos estudantes e a sociedade.

Compreende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

Sua organização curricular atende aos referenciais curriculares nacionais por áreas profissionais, publicados pelo Ministério da Educação (MEC), e, quando requerida pela natureza da atividade profissional, sua carga horária mínima será acrescida do tempo destinado a estágio profissional supervisionado, bem como de eventual tempo reservado para trabalho de conclusão de curso, estando especificados nos respectivos projetos pedagógicos.

Os cursos superiores de tecnologia poderão ser organizados por módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho, sendo concedido ao concluinte Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico.

São diretrizes para os cursos superiores de tecnologia:

- I – Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- II – Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas aplicações no mundo do trabalho;
- III – Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a

gestão de processos e a produção de bens e serviços;

IV – Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

V – Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI – Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e respectivos currículos;

VII – Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

2.4.3 Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) apresenta características de flexibilidade de espaço e tempo que podem se adaptar às diversas demandas. É considerada uma metodologia voltada para atender adultos com compromissos familiares e profissionais, uma vez que permite a continuação dos estudos sem o abandono de outras atividades, pois o grande diferencial da EaD está em proporcionar ao estudante a opção de escolher o próprio local e horário de estudo, possibilitando, assim, ganhos em tempo e adequação no atendimento a demandas específicas, que não estejam contempladas a contento em estruturas educacionais tradicionais.

Dependendo do tipo de curso e mídia a ser utilizada nos cursos de EaD, os custos serão consideravelmente elevados em virtude da aquisição de equipamentos e do desenvolvimento de metodologias e materiais que irão auxiliar na aprendizagem. Entretanto, tais custos poderão ser diluídos à medida que a quantidade de estudantes e a extensão da abrangência da população atendida aumentarem, tanto na formação educacional quanto na técnica, e o IFRR oferecer outros tipos de cursos, considerando a verticalização do ensino e as demandas regionais.

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 1º, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O citado decreto prevê ainda a aceitação de transferência e aproveitamento de estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância, que poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Os cursos a serem ofertados na modalidade a distância no IFRR abrangerão desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação.

Os cursos de extensão (FIC, técnico, graduação, aperfeiçoamento e pós-graduação) deverão contemplar uma fase inicial estimada inicialmente em 30-60 horas, uma espécie de “módulo-acolhimento” ou “nivelamento”, objetivando o entendimento do que seja essa modalidade de ensino, assim como dar conta do processo de alfabetização digital, uso da plataforma de ensino virtual, fortalecimento dos processos de leitura e escrita e principalmente da responsabilidade e responsabilização do estudante, inclusive prevendo a construção de plano de estudos, com a finalidade de evitar ou pelo menos minimizar a evasão e o abandono escolar. Esse módulo introdutório de EaD e AVA deverá estar na grade curricular dos referidos cursos na modalidade a distância.

A estrutura da EaD no Instituto Federal de Roraima será composta pela Diretoria de Políticas de Educação a Distância (DIPEAD); programas descentralizados – Rede e-Tec Brasil e Universidade Aberta do Brasil (UAB) – ligados à Reitoria, responsáveis pelo desenvolvimento das políticas de educação a distância e acompanhamento da execução dos cursos; e pelos setores de EaD de cada câmpus, responsáveis pela execução pedagógica dos cursos.

2.4.3.1 Estrutura Organizacional da Diretoria de Políticas de Educação a Distância (DIPEAD)

- Núcleo de Desenvolvimento e Suporte – responsável por projetar, implementar e dar manutenção ao ambiente virtual de aprendizagem do IFRR, rede de dados, videoconferências, web conferências, bem como pesquisar novas tecnologias e mídias que venham agregar novas ferramentas a essa modalidade de ensino, além distribuir material didático.
- Núcleo de Tecnologia Educacional – responsável pela organização didático-pedagógica da EaD, tendo como objetivos: pesquisa e orientação, visando à elaboração de material didático; pesquisa de metodologias de educação a distância; pesquisa de novas tecnologias e mídias que venham agregar novas ferramentas a essa modalidade de ensino; domínio da legislação educacional referente à educação a distância; acompanhamento e avaliação institucional do curso e de suas etapas de execução; avaliação de aprendizagem (elaboração, aplicação e correção de provas presenciais e tarefas a distância) e interação com parceiros e responsáveis pelos laboratórios de informática e demais laboratórios pedagógicos.
- Núcleo de Sistema Tutorial – responsável pela captação, seleção e formação contínua e continuada do corpo de tutores; captação de tutores, organização e coordenação da tutoria; capacitação interna do corpo docente do IFRR; elaboração de material didático e equipe de tutorial presencial e a distância.
- Núcleo Administrativo e Financeiro – responsável pelo acompanhamento financeiro dos recursos da DIPEAD; elaboração do PBS do recurso da Lei Orçamentária Anual (LOA) destinada à EAD e executada pela DIPEAD; acompanhamento dos processos empenhados da DIPEAD e controle financeiro das notas de empenho.
- Estúdio Videográfico – responsável pela produção de audioaulas, videoaulas, transmissão de aulas via rádio, TV e satélite.

O IFRR tem como uma de suas diretrizes o processo de avaliação e de acompanhamento para essa modalidade de ensino. A garantia da qualidade dos cursos a serem oferecidos na EaD considerará os diferentes níveis de avaliação: avaliação institucional, avaliação dos cursos, avaliação da aprendizagem e avaliação curricular, tanto dos docentes quanto dos estudantes. No que se refere à avaliação institucional, a comissão própria de avaliação será envolvida para que realize essa avaliação dos cursos a distância em suas diferentes dimensões, conforme preconiza o SINAES.

Além disso, serão construídos e definidos parâmetros e indicadores específicos para a avaliação dos cursos, considerando-se as orientações do INEP e de outras instituições, em especial as do MEC.

São diretrizes básicas para a EaD no IFRR:

- I – Ampliar o acesso dos habitantes de Boa Vista e demais localidades à educação profissional em seus diferentes níveis e modalidades;
- II – Possibilitar estudos para a apropriação local de novas tecnologias na educação;
- III – Desenvolver programas em sintonia com as novas necessidades do mundo do trabalho, por meio de parcerias com instituições locais, regionais e nacionais;
- IV – Desenvolver estratégias de apoio ao ensino, utilizando recursos tecnológicos na modalidade a distância ou semipresencial;
- V – Criar ambientes de aprendizagem em EaD, visando ao desenvolvimento de projetos aprovados nos demais departamentos, gerências e coordenações;
- VI – Apoiar a elaboração de projetos em EaD, o desenvolvimento e a adaptação de material didático para *Web*, e o uso de multimídia na elaboração de material didático.

2.4.3.2 Estrutura dos Setores de EaD de Cada Câmpus

Os câmpus do Instituto Federal também serão constituídos por uma estrutura

administrativa de acordo com cada realidade local, com o objetivo de executar os cursos oferecidos.

➤ CÂMPUS BOA VISTA:

- Coordenação-Geral do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) – coordena a execução de todos os cursos em EaD;
- Coordenação Pedagógica – coordena as ações pedagógicas dos cursos em EaD;
- Administrador Ava – administra a inclusão de estudantes e de turmas no sistema; a replicação de salas virtuais; a criação e a restauração de senhas de estudantes.

➤ CÂMPUS AVANÇADO DO BONFIM:

- Coordenação do Setor de EaD – coordena a execução pedagógica dos cursos;
- Administrador Ava – administra a inclusão de estudantes e de turmas no sistema; a replicação de salas virtuais; a criação e a restauração de senhas de estudantes.

➤ CÂMPUS NOVO PARAÍSO:

- Coordenação do Setor de EaD – coordena a execução pedagógica dos cursos;
- Administrador Ava – administra a inclusão de estudantes e de turmas no sistema; a replicação de salas virtuais; a criação e a restauração de senhas de estudantes.

➤ CÂMPUS AMAJARI:

- Coordenação do Setor de EaD – coordena a execução pedagógica dos cursos;

- Administrador Ava – administra a inclusão de estudantes e de turmas no sistema; a replicação de salas virtuais; a criação e a restauração de senhas de estudantes.

➤ CÂMPUS ZONA OESTE:

- Coordenação do Setor de EaD – coordena a execução pedagógica dos cursos;
- Administrador Ava – administra a inclusão de estudantes e de turmas no sistema; a replicação de salas virtuais; a criação e a restauração de senhas de estudantes.

2.4.4 Programa de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)

O PROEJA é uma política inovadora na história da educação brasileira, que traz como concepção estratégias de inclusão e a expansão da oferta de cursos de formação profissional.

O PROEJA no IFRR se coaduna com a política nacional para a educação de jovens e adultos, trazendo uma proposta educacional na perspectiva da *inclusão social emancipatória*, que não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral.

O atingimento da premissa pedagógica traz os seguintes postulados:

- O reconhecimento, respeito e diálogo com o saber do estudante trabalhador;
- O respeito ao tempo e espaços de aprendizagem diferenciados;
- A contínua construção coletiva de conhecimentos.

O IFRR é parte integrante e atuante nas dinâmicas sociais atentas às vocações produtivas e potencialidades de desenvolvimento regional comprometidas com ações de sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o Decreto nº 5.840/06, o PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I – Formação inicial e continuada de trabalhadores;

II – Educação profissional técnica de nível médio.

Em atenção ao que preconiza o Parecer CNE/CEB nº 011/2000, os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características específicas dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I – ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada;

II – ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante.

Os cursos do PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

I – a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;

II – a carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA, assegurando-se cumulativamente:

- a) a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas de formação geral;
- b) a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica;

- c) a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos;
- d) a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

O estudante que demonstrar, a qualquer tempo, aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

Todos os cursos e programas de PROEJA devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

O IFRR, nos cursos e programas do PROEJA, poderá aferir e reconhecer, mediante avaliação individual, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extraescolares.

Os diplomas de cursos técnicos de nível médio desenvolvidos no âmbito do PROEJA terão validade nacional, conforme a legislação aplicável.

Com base nos marcos legais e documento base do PROEJA, admite-se como diretrizes:

I – Promover o acesso com qualidade, o respeito às diferenças na construção do

currículo e a igualdade de oportunidade de estudos;

II – Capacitar docentes e os demais servidores em diferentes campos do conhecimento que podem gerar e gerir novas alternativas e ações para o PROEJA;

III – Dotar o IFRR com as condições necessárias para a oferta de cursos do PROEJA, observando os aspectos de ensino, pesquisa, inovação tecnológica e extensão;

IV – Fomentar as estratégias de atendimento às demandas dos diversos segmentos da sociedade e difundir a importância das diferentes experiências que podem subsidiar os componentes das propostas pedagógicas;

V – Desenvolver estudos e viabilizar condições para a ampliação de número de vagas e a criação de novos cursos na modalidade PROEJA;

VI – Promover programas de formação docente, com currículos adequados às necessidades, interesses e peculiaridades da clientela do PROEJA;

VII – Promover a construção de processos pedagógicos inovadores e importantes para uma educação voltada para a realidade do PROEJA;

VIII – Estimular e acompanhar experiências nas áreas da pesquisa, extensão, inovação tecnológica e tecnologias sociais, sistematizando os seus resultados, divulgando-os, em âmbito nacional e internacional, e ampliando, assim, a capacidade de pesquisa e de difusão dos conhecimentos;

IX – Criar estratégias de atendimento descentralizado, atingindo polos e outros municípios por meio da formação inicial e continuada;

X – Sistematizar concepções político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuação do processo de formação inicial e continuada da clientela do PROEJA;

XI – Estabelecer as normas que orientem e determinem o acesso aos cursos do PROEJA, prioritariamente para estudantes que ainda não concluíram o ensino médio;

XII – Estabelecer que a avaliação da clientela atendida nos cursos do PROEJA do IFRR utilizará múltiplas dimensões, tais como diagnóstica, processual, formativa e somativa. Entende-se que avaliar é reconhecer criticamente a razão da situação em que se encontra o estudante e os obstáculos que o impedem de ser mais. É necessário vencer a prescrição, a imposição de uma consciência sobre a outra, desocultando dos procedimentos avaliativos o que Freire (1996) denomina de “consciência hospedeira” da consciência opressora;

XIII – Consolidar a educação profissional de nível médio na modalidade educação de jovens e adultos, atendendo à oferta determinada pela legislação vigente;

XIV – Referenciar a oferta dos cursos, nas áreas profissionais, que guardem maior sintonia com as demandas locais e regionais e com a responsabilidade social do IFRR;

XV – Desenvolver mecanismos de articulação entre a educação de jovens e adultos e a formação inicial e continuada de trabalhadores, no sentido de melhorar a escolaridade desse segmento;

XVI – Evitar o processo de aligeiramento da formação profissional, garantindo a formação integral dos estudantes na perspectiva da formação sustentável;

XVII – Garantir o respeito às particularidades, vinculando a escola à realidade dos educandos;

XVIII – Integrar as diferentes ações do programa já implantadas (curso técnico e curso de especialização) e novas ações, como grupos de pesquisa, seminários e *workshops*, visando à sensibilização da comunidade e à ampliação do programa na instituição;

XIX – Garantir a participação de profissionais da área pedagógica na elaboração dos planos de curso e no acompanhamento dos cursos técnicos, além de realizar reuniões pedagógicas periódicas;

XX – Garantir, na elaboração dos planos de curso, que as especificidades desse segmento, bem como o tempo necessário para o nivelamento, sejam respeitados;

XXI – Garantir o acesso dos estudantes aos laboratórios, para o desenvolvimento de projetos práticos, assessorados por um laboratorista ou docente.

2.4.5 Educação do Campo

Educação é um direito social e não uma questão de mercado. Ela, enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo e produzida por uma cultura – a cultura do campo –, não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos.

A educação recria o campo porque, por meio dela, se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de permanência na terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas para o modelo de desenvolvimento rural vigente.

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, e ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo, e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como o lugar do atraso, da não cultura. O campo é, acima de tudo, o espaço da cultura.

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil. As análises apontam para o fato de que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população. A maior evidência dessa afirmação é o aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

Nesse processo, a educação é um vetor estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável; é uma força mobilizadora capaz de articular as inovações que se pretendem para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

Assim, a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores, famílias, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro.

Essa concepção está expressa no Parágrafo Único do Art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 01/2002.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais, em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

Dessa forma, o IFRR adota como princípios da educação do campo:

- I – O princípio pedagógico do papel da escola enquanto formadora de sujeitos, articulada a um projeto de emancipação humana;
- II – O princípio pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- III – O princípio pedagógico dos espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem;
- IV – O princípio pedagógico do lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos;
- V – O princípio pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável;
- VI – O princípio pedagógico da autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

São diretrizes para a Educação do Campo:

I – Promover o acesso com qualidade, o respeito às diferenças regionais na construção do currículo, a igualdade de oportunidade de estudos e a equidade entre os gêneros;

II – Capacitar os servidores em diferentes campos do conhecimento que podem gerar e gerir novas alternativas e ações no campo, estabelecendo sempre a terra como mediadora desse conhecimento;

III – Dotar o IFRR com as condições necessárias para a oferta de educação do campo nas várias modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

IV – Estimular e ampliar participação colegiada das comunidades do campo no direcionamento das atividades, na gestão e no controle social da qualidade da educação;

V – Fomentar as estratégias de atendimento às demandas dos movimentos sociais e das comunidades do campo, e difundir a importância das diferentes experiências que podem subsidiar os componentes da proposta pedagógica;

VI – Desenvolver estudos e viabilizar condições para a ampliação do número de vagas e criação de novos cursos;

VII – Promover programas de formação de educadores, com currículos adequados às necessidades, interesses e peculiaridades dos sujeitos do campo;

VIII – Promover a construção de processos pedagógicos inovadores e importantes para uma educação voltada para a realidade dos sujeitos do campo;

IX – Estimular e acompanhar experiências nas áreas da pesquisa, extensão, inovação tecnológica e tecnologias sociais, sistematizando os seus resultados, divulgando-os em âmbito nacional e internacional, e ampliando, assim, a capacidade de pesquisa e de difusão dos conhecimentos;

X – Articular e atuar com os diferentes órgãos públicos e privados, movimentos sociais e organizações não governamentais, visando à implementação da política da Educação do Campo.

2.4.6 Educação Indígena

No Brasil, as bases legais para a educação escolar indígena foram estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, a partir da instauração dos princípios do reconhecimento, valorização e manutenção do pluralismo cultural e linguístico, nas relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas.

Em relação à educação escolar, os direitos constitucionais consagrados são a garantia do uso das línguas indígenas no ensino fundamental e o reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem. Assim, tais direitos abrem espaço para o reconhecimento e valorização dos mecanismos de produção e reprodução sociocultural dos povos indígenas, com relevo para os recursos de memória oral em face das práticas letradas que caracterizam o funcionamento institucional da sociedade nacional e a educação escolarizada.

O Decreto Presidencial nº 26/1991 transferiu a responsabilidade pela oferta de educação escolar em comunidades indígenas da FUNAI para o Ministério da Educação, atribuindo a este a coordenação das ações referentes à educação escolar indígena a serem executadas pelas secretarias de Educação, em articulação com o órgão indigenista.

A Portaria Interministerial nº 559, do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação, de abril de 1991, detalhou princípios e objetivos para a nova política de educação escolar indígena, com foco em mecanismos operacionais, para efetivar os direitos decorrentes do reconhecimento da diversidade cultural e linguística e do direito à participação das sociedades indígenas. Em 1991, também foi nomeado um *Comitê Nacional de Educação Indígena*, no âmbito da então Secretaria de Educação Fundamental do MEC.

Em março de 1993, o Comitê de Educação Escolar Indígena produziu um documento intitulado “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”. Discorrendo sobre a legislação recentemente promulgada, o documento discutia pela primeira vez, para um público mais amplo, conceitos norteadores da nova Educação Escolar Indígena, tais como: *Especificidade e Diferença; Escolas Indígenas Específicas e Diferenciadas; Interculturalidade; Língua Materna e Bilinguismo;*

Globalidade dos Processos de Aprendizagem; Escola Indígena: Específica e Diferenciada, Intercultural e Bilíngue.

A LDB (1996) regulamentou o reconhecimento da diversidade sociocultural no âmbito educacional, elencando entre os princípios norteadores do ensino:

- O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- A gestão democrática do ensino;
- A valorização da experiência extraescolar.

Além disso, a LDB afirma a autonomia dos docentes e estabelecimentos de ensino para a formulação do projeto político-pedagógico, ancorados nas perspectivas das comunidades onde esses agentes educativos se inserem, sob padrões de maior associação e compromisso.

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CEB nº 14, com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, e a Resolução CNE/CEB nº 03/99, com as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. O Parecer CNE/CEB nº 14 orienta os sistemas de ensino quanto às concepções e tratamento a serem dispensados às escolas indígenas a partir do disposto na LDB. O ponto de partida das análises contidas no texto foram os complexos processos de educação indígena conduzidos pelas comunidades na formação de suas crianças e jovens a partir de padrões, modelos e perspectivas próprias. A educação escolar deve necessariamente dialogar com essas perspectivas, conformando o que se chama de *Pedagogia Indígena*.

A Resolução CNE/CEB nº 03/99, que estabelece a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas no âmbito da educação básica, define que os princípios, conceituações e normatizações das diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena se estendem a todas as etapas e modalidades deste nível de ensino.

Em janeiro de 2001, foi promulgado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei

nº 10.172, que dedicou um capítulo à educação escolar indígena, já que o direito dos povos indígenas a uma educação escolar intercultural, específica e diferenciada era uma inovação dentro do sistema de ensino brasileiro e, portanto, exigia dos órgãos e técnicos responsáveis pela sua gestão um grande engajamento para a transformação de concepções, práticas e procedimentos administrativos tradicionais, avessos ao reconhecimento da sociodiversidade indígena.

Em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), que é vinculada ao Ministério da Educação. Ela é composta por dez representantes de organizações de professores indígenas, quatro representantes de organizações indígenas regionais e pela representação indígena no Conselho Nacional de Educação.

No campo do direito internacional, o governo brasileiro, por meio do Decreto nº 5152, de 19 de abril de 2004, ratificou a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho. Esse documento tem como conceitos básicos o respeito à diversidade sociocultural e a exigência de participação dos povos indígenas nas decisões legislativas ou Poder Executivo, na medida em que essas decisões afetam suas vidas, crenças, instituições, bem-estar social e cultural.

Assim, está garantido a esses povos o direito de participarem da formulação, implementação e avaliação de programas, projetos e ações que os atinjam diretamente, ampliando a extensão da participação indígena já disposta em outros textos da legislação brasileira.

O Processo nº 63/09 e o Parecer nº 53/09, aprovados em 1º/09/2009, propõem as alterações das Matrizes Curriculares Indígenas e a instituição de uma Matriz Curricular Indígena na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

No Brasil, encontramos uma grande diversidade de processos de escolarização vivenciados pelos povos indígenas. Muitos deles já possuem uma longa experiência com educação formal ofertada por agências governamentais e não governamentais. Alguns a iniciaram mais recentemente, e outros ainda resistem em aceitar a escola que lhes é oferecida em suas comunidades, temendo o impacto dessa ação sobre a

organização tradicional dos processos de aprendizagem e de educação dos sujeitos indígenas.

A educação diferenciada se realiza como espaço de “fronteira”, erigido nos contextos dos encontros interétnicos. São exemplos desses encontros os espaços relacionais multifacetados, polifônicos e dinâmicos constituídos por múltiplos agentes – governamentais e não governamentais; nacionais e internacionais – que ofertam serviços e projetos aos povos indígenas. Os povos indígenas têm se apropriado e redefinido a educação escolar convencional, para colocá-la a serviço de seus projetos sociais e políticos.

A educação profissional integrada à educação indígena deve ser encarada como uma oportunidade para a reflexão e a ação relacionadas com a autonomia dos povos indígenas em setores essenciais à sua subsistência e para a sua continuação étnica. Não se trata apenas de dar acesso aos povos indígenas à modalidade de educação profissional, mas também de reinventar o processo, a fim de torná-lo mais aberto, revendo seus métodos e princípios e realmente abraçando a sua construção de maneira dialógica e interessada no outro.

A educação profissional e tecnológica no País passou por uma mudança recente, tal qual a educação escolar indígena, que é resultado de uma luta levada à frente por educadores e forças políticas interessadas na construção de um novo projeto de sociedade. A educação profissional e tecnológica agora assume como princípio a formação integral do cidadão, considerando a diversidade e a inclusão social. É possível traçar-se, então, um paralelo entre a trajetória da educação profissional e a da educação indígena, pelo fato de que ambas veem os limites de sua destinação marcados por lutas e proposições políticas.

Na sua proposta acadêmica para a educação indígena, o IFRR tem como diretrizes:

I – Apoiar e/ou fomentar ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região, a partir do reconhecimento das potencialidades, para a criação de alternativas econômicas sustentáveis baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais

indígenas e os métodos científicos, os quais podem produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas;

II – Manter um relacionamento respeitoso com as comunidades indígenas, visando ajudá-las nas suas dificuldades e na defesa de seus interesses e direitos;

III – Demonstrar interesse pela inter-relação entre os saberes próprios referentes ao mundo social e natural e os saberes de outras culturas, para a valorização e ampliação de seu próprio universo cosmológico e de suas práticas culturais;

IV – Fomentar discussões e estudo acerca da construção da educação profissional integrada à educação indígena, considerando a necessidade de uma organização curricular específica e sua permanente avaliação, além da reflexão sobre questões variadas de natureza didática, que subsidiarão as múltiplas escolhas e definições possíveis para a formação de profissionais indígenas voltada para a vida social presente e futura de suas comunidades;

V – A educação profissional integrada à educação escolar indígena deverá observar os princípios, já reconhecidos para esta, de respeito aos saberes indígenas, às suas especificidades linguísticas, aos processos indígenas próprios de aprendizagem e, sobretudo, à construção do projeto político-pedagógico com as comunidades indígenas;

VI – Expressar o interesse, enquanto instituição de ensino representante do governo federal e do Ministério da Educação no Estado de Roraima, de fomentar e apoiar o processo de implantação e consolidação de educação profissional integrada à educação indígena;

VII – Participar, como instituição pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com os sistemas de ensino, da proposição de cursos de formação profissional integrada à educação indígena;

VIII – Divulgar, convidar e estimular o debate amplo com os povos indígenas, comunidade acadêmica, sistemas de ensino, organizações indígenas e de apoio aos povos indígenas.

O IFRR, dentro da sua proposta pedagógica, apresenta algumas possibilidades de organização dos cursos de educação profissional e tecnológica integrados à educação escolar e/ou acadêmica indígena que precisam ser formulados, considerando-se as diversas realidades. Nesse sentido, os níveis da educação profissional e tecnológica poderão compreender:

- Formação profissional inicial e continuada;
- Formação técnica de nível médio;
- Formação tecnológica de graduação e pós-graduação.

A educação profissional e tecnológica vinculada à educação básica permite os seguintes arranjos:

- Formação inicial e continuada com ensino fundamental para jovens e adultos indígenas (PROEJA);
- Formação inicial e continuada com ensino médio – podendo ser para jovens e adultos indígenas (PROEJA) ou para a classe etária anterior;
- Formação profissional técnica de nível médio com ensino médio (ensino médio integrado) – podendo ser para jovens e adultos indígenas (PROEJA) ou para a classe etária anterior.

Assim, o IFRR, integrado à rede de Instituições Federais de Educação Tecnológica, tem procurado seguir a recomendação de criar um campo de discussão, tendo em vista responder aos desafios acerca da educação intercultural, se possível com a criação de núcleos de pesquisa e extensão para a educação intercultural, prevendo-se a dedicação exclusiva da equipe coordenadora. Faz-se necessário elaborar e implementar um programa e/ou projeto de pesquisa e extensão, para que haja real inserção nas realidades das comunidades indígenas.

A situação vivenciada pelos povos indígenas nos tempos atuais requer da escola uma nova proposta pedagógica e curricular para atender aos diferentes anseios e necessidades de desenvolvimento econômico nos territórios, a fim de possibilitar a interação com a sociedade ocidental, mas garantindo a diferença indígena. A escola tem sido para os povos indígenas o espaço necessário para a interação com o mundo externo.

A educação profissional e tecnológica, como modalidade, deverá estar integrada à educação escolar indígena de forma a assegurar, nos projetos político-pedagógicos, que as competências e habilidades da formação profissional venham ao encontro do desenvolvimento coletivo e da melhoria da qualidade de vida, respeitando e valorizando as especificidades sociais e culturais.

Logo, deve-se assegurar, no contexto da proposta curricular, a educação profissional associada à pesquisa e estabelecer critérios para o seu acompanhamento. A pesquisa é instrumento importante para a produção do conhecimento nas áreas definidas coletivamente e para a interação com os conhecimentos indígenas. Além disso, ela é o princípio para a construção da autonomia intelectual. É, portanto, princípio educativo. A formação em serviço, nessa modalidade, facilitará a consolidação da formação com a atuação do cursista no campo.

São diretrizes para a Educação Escolar Indígena:

- I – Avançar no tratamento das especificidades dos povos indígenas e suas demandas educacionais de maneira sistêmica;
- II – Implantar o ensino médio integrado para adolescentes e para a formação de jovens e adultos, de acordo com as demandas das populações indígenas, observada a capacidade resolutiva do IFRR;
- III – Fomentar a realização de cursos de formação de docentes indígenas.

2.5 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

No que concerne à construção das Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, o IFRR pauta-se nos documentos oriundos das discussões ocorridas na Rede de Educação Científica e Tecnológica, acercando-se de novos caminhos da EPT no contexto nacional, regional e local. Dentro dessa perspectiva, a articulação e a integração sinérgica entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve ser uma preocupação constante no âmbito dos IFs e estar presente na implementação de um projeto educacional que tenha como fim a formação ampla e multilateral do indivíduo [...]; que se tome o trabalho como expressão do estágio de desenvolvimento das relações sociais contemporâneas em que a ciência se faz operativa e a técnica se faz complexa, reunificando cultura e produção (KUENZER, 1997).

Enquanto pilares de sustentação do princípio educativo dentro da nova institucionalidade, ensino, pesquisa e extensão precisam desenvolver políticas e ações conjuntas, numa perspectiva dialética, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, atentos aos processos de mudanças nos contextos político, econômico, cultural e social, peculiares ao Estado de Roraima, nos quais sugiram novos fatores determinantes da nossa política educacional no que diz respeito à atenção aos processos produtivos e aos avanços tecnológicos.

Dentro dessa perspectiva, os princípios elencados para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica não podem ser construídos de maneira dissociada do ensino e da extensão. Assim, apontamos os princípios gerais e, em seguida, as diretrizes que nortearão o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica.

Princípios gerais:

- Sinergia entre ensino e pesquisa, atendendo, de maneira equitativa, às diversas modalidades de ensino.
- Atenção a todos os níveis de ensino com função transdisciplinar estratégica.

- Sintonia com o contexto externo e com os arranjos do APSCL. Desenvolvimento de pesquisas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional.
- Produção e transferência de inovação e tecnologia. Transferência de tecnologia para a sociedade na forma de competências científicas e tecnológicas dos egressos e pesquisadores; comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual.
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais.
- Articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Articulação das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação e extensão com as necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o IFRR tenha potencial de atuação nos âmbitos tecnológico, artístico, ambiental, cultural, político e educacional.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, trata, no Capítulo II, Seções II e III, respectivamente, das finalidades, características e objetivos dos institutos federais. No que se refere especificamente à pesquisa, pós-graduação e inovação, a lei aponta os seguintes:

- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, a cultura, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Ministar em nível de educação superior:
 - a) Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - b) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica. (2008: Seção II e III, pág. 02).

Considerando as finalidades, características e os objetivos dos institutos elencados acima e a compreensão do papel fundamental da instituição na construção e produção do conhecimento, a pesquisa encontra-se como uma das principais atividades na busca por soluções de problemas sociais, além de promover o desenvolvimento local e regional na áreas econômica, cultural, política e ou ambiental.

No IFRR, a atividade de pesquisa também desempenha a função de despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os estudantes por meio da participação em projetos, da criação e difusão de tecnologias geradas na própria instituição. Com o apoio aos pesquisadores em suas atividades, a instituição contribui para o crescimento das contribuições científicas e, conseqüentemente, para o seu reconhecimento no âmbito nacional e/ou internacional.

No que se refere à pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica no IFRR, apontam-se as seguintes diretrizes:

I – Institucionalizar ações para implantar/consolidar a pesquisa e a pós-graduação;

II – Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de ensino;

III – Capacitar servidores para a pesquisa aplicada;

IV – Regulamentar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;

V – Construir a cultura de pesquisa, no contexto dos institutos, para que a pesquisa aplicada e a inovação sejam práticas permanentes como fonte de retroalimentação curricular;

VI – Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional;

VII – Desenvolver programas institucionais de estímulo à produção científica e tecnológica voltados para a pesquisa, pós-graduação e inovação;

VIII – Estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos de pesquisa, pós-graduação e inovação em sinergia com o ensino e a extensão;

XI – Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados;

X – Alocar recursos para a pesquisa aplicada, de acordo com os indicadores e com as prioridades institucionais;

XI – Organizar as atividades de pesquisa, vinculadas às linhas e aos grupos de pesquisa;

XII – Estimular a formação e a consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;

XIII – Implementar programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa e pós-graduação;

XIV - Estimular a socialização e a divulgação interna e externa da produção científica do IFRR;

XV – Criar programa de valorização do pesquisador, como base na produção científica;

XVI – Estimular a internacionalização da pesquisa via parcerias com universidades e centros de pesquisa, visando à ampliação da inserção científica internacional;

XVII – Apoiar a divulgação dos resultados dos projetos de pesquisas institucionais;

XVIII – Criar programa de mobilidade internacional de pesquisadores;

XIX – Apoiar a criação e a consolidação de periódicos do IFRR, com indexação;

XX – Apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas críticas para o desenvolvimento da região e do País, com ênfase na inovação tecnológica;

XXI – Criar ambientes de inovação e uma empresa júnior de inovação tecnológica, com a finalidade de desenvolver pesquisas nessa área e realizar a transferência de tecnologia, visando institucionalizar o setor de apoio a patentes e a registros do conhecimento gerado no âmbito dos projetos de pesquisa do IFRR;

XXII – Divulgar fontes alternativas de financiamento à pesquisa, ampliando as fontes de captação de recursos para o fundo de pesquisa da instituição.

2.6 Políticas de Extensão

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), a extensão é concebida como um processo educativo que integra a educação nos âmbitos cultural, social, científico e tecnológico, de modo a tornar acessível o conhecimento produzido em seu bojo, seja por meio da sistematização, seja do estudo do conhecimento universal disponível. Esse processo se coloca ainda como eixo nucleador de integração entre ensino, extensão e pesquisa, quer disseminando a produção do conhecimento, por meio da troca de saberes, quer democratizando o conhecimento.

A extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabiliza uma relação transformadora de forma a estender os

conhecimentos e as técnicas para converter-se, científica e concretamente, em benefícios à sociedade.

A extensão no IFRR tem como princípio exercer um conjunto de atividades que promovam a articulação entre o saber fazer e a realidade da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural da região onde está inserido. Ainda tem como princípios: a contextualização, a flexibilidade e a interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico das ações/atividades e das ciências e tecnologias a elas vinculadas.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa-inovação e a extensão deve ser garantida e materializada na execução das atividades de extensão na perspectiva de que seja contemplada uma relação dinâmica entre os saberes, ensejando uma relação dialógica com a comunidade. Dessa forma, educação, ciência e tecnologia precisam articular-se de forma a priorizar o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a necessária dinamização do conhecimento.

Essa concretização dá-se por intermédio das seguintes ações e políticas:

I – Aproximação do IFRR com a sociedade via parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada, contribuindo para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

II – Contribuição para a elaboração e execução de políticas públicas de inclusão social, como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os programas e projetos de extensão, disseminando a produção do conhecimento, por meio de trocas de saberes, e democratizando-o.

III – Promoção de ações extensionistas na área de atuação do IFRR.

IV – Oferta de programas para a capacitação docente nas diversas áreas de interesse do IFRR.

V – Realização de estudos de demanda para a oferta de cursos à comunidade, seja de atualização científica, seja de aperfeiçoamento profissional, seja de especialização técnica, entre outros.

VI – Realização de eventos (ciclos de debates, *workshops*, seminários, palestras, mesas redondas) que abordem temas do cotidiano e outros de interesse geral, integrando comunidade acadêmica, setores governamentais, não governamentais e a sociedade civil organizada.

VII – Realização de ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONGs e outras organizações, em benefício das comunidades atendidas.

VIII – Ampliação e renovação de convênios, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria.

O planejamento e a organização das atividades extensionistas serão desenvolvidas pelas Diretorias de Extensão e Coordenações de Extensão de cada Câmpus, coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão, que se responsabilizará pela formulação da política de extensão – por conta de sua função de planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão –, bem como pelo estreitamento de suas relações com a sociedade, vinculadas ao ensino e à pesquisa, em parceria com os diversos segmentos sociais ligados ao IFRR.

O IFRR fortalece sua relação com a comunidade, por meio das ações de extensão, participando de ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. À medida que socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, em cumprimento à sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por intermédio da educação. As atividades de extensão têm as seguintes dimensões, conforme orientações da SETEC/MEC para a extensão da rede federal:

São consideradas como atividades de extensão no IFRR as ações que envolvam:

- Projetos tecnológicos: atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.
- Serviços tecnológicos: consultoria, assessoria e prestação de serviços para o mundo produtivo.
- Eventos: ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna, assim especificados: campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações.
- Projetos sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
- Estágio e emprego: todas as atividades de monitoramento de estágio/emprego.
- Cursos de extensão (FIC – Formação Inicial e Continuada): ações pedagógicas de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.
- Projetos culturais, artísticos e esportivos: ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.
- Visitas técnicas e gerenciais: ações que visam à interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
- Empreendedorismo: apoio à formação empreendedora.

- Acompanhamento de egressos: conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

As Diretrizes para a Extensão do IFRR serão estruturadas em cinco eixos que devem estar sempre presentes em todas as ações dessa natureza:

I – Impacto e transformação: estabelecimento do vínculo entre o IFRR e outros setores da sociedade, fazendo com que as ações de extensão tenham um caráter transformador e promovam a autonomia das comunidades. Para isso, é importante estabelecer uma articulação com as administrações públicas, nas esferas federal, estadual, municipal, e com a sociedade civil organizada.

II – Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre o IFRR e setores sociais, marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica, para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e de exclusão.

III – Interdisciplinaridade: integração de áreas distintas do conhecimento, mobilizando diferentes competências para o desenvolvimento de ações na comunidade.

IV – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa-inovação e extensão: promoção de uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo estudantes e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização de saberes.

V – Avaliação formativa: acompanhamento e avaliação processual e qualitativa, a fim de que os processos alcancem seus objetivos e sejam executados de acordo com o que foi previamente planejado. Essa avaliação, em algum momento, deverá ter a participação da comunidade externa.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão (PNEExt) 2011-2014, existem oito áreas temáticas das ações extensionistas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. A caracterização de cada área

temática e suas derivações em linhas será explicitada em cartilha da extensão do IFRR a ser elaborada pela Pró-Reitoria de Extensão, em conformidade com o referido plano.

As dimensões da extensão do IFRR permeiam as ações ou atividades que envolvam indicadores – programas, projetos, serviços, produtos e processos tecnológicos; eventos, fomento a estágio e emprego; cursos de formação profissional e tecnológica; produção e publicação; empreendedorismo e projetos para o fomento de emprego e renda – propostos individual ou coletivamente pela comunidade acadêmica e realizados com envolvimento de parceiros internos ou externos:

I – Programas: conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes e orientadas para um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino e da pesquisa-inovação.

II – Projetos: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, artístico, esportivo e/ou de grupo de estudos, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria-prática e envolvam docentes e/ou servidores administrativos, estudantes e a comunidade, com prazo definido, devendo ser projeto tecnológico, social, cultural, artístico, esportivo e/ou de grupo de estudos.

III – Serviços, produtos e processos tecnológicos: atividades não rotineiras de consultoria, assessoria e laudos técnicos, com agregado tecnológico, para o mundo produtivo.

IV – Eventos: ações que implicam a apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto tecnológico, científico, social, cultural e/ou artístico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFRR, com classificação por interesse, número de participantes e metodologia.

V – Fomento a estágio e emprego: ações que visam à inserção dos estudantes do IFRR

no mundo do trabalho, propiciando-lhes o contato com atividades específicas do perfil de seu curso de formação, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como à captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio e emprego do setor produtivo.

VI – Cursos de formação profissional e tecnológica: ações pedagógicas de oferta não regular, com carga horária, ementa e critérios de avaliação definidos. São ainda um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial, semipresencial ou a distância, planejado e organizado de maneira sistemática, com carga horária mínima de oito horas. Consideram-se, nessa categoria, as oficinas e atividades de ensino acadêmico, técnico, cultural, artístico, experimental ou de criação de produtos.

VII – Produção e publicação: elaboração de materiais didáticos, tais como livros, apostilas, manuais, cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs e outros, dada a devida ciência às Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão.

VIII – Empreendedorismo: promoção da constituição e da gestão de pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, empreendimentos solidários, cooperativismo e outras ações voltadas à identificação; aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a proatividade.

IX – Relação interinstitucional: intercâmbio e acordos de participação e cooperação nacional e internacional, como instrumento de melhoria do ensino, da pesquisa, inovação e da extensão.

X – Acompanhamento de egressos: ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

XI – Prestação de serviços: atividades de transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado no interior do IFRR, mediante contrato de terceiros (comunidade ou empresa).

XII – Bolsas de extensão interna e externa: programa de concessão de bolsa de extensão do IFRR que visa incentivar a participação de estudantes das modalidades de ensino técnico, tecnológico e superior, conforme proposto em regulamento de concessão de bolsas e em edital específico para cada modalidade de ensino.

2.7 Política de Gestão

A política de gestão adotada pelo IFRR tem por base, como princípio norteador, a gestão democrática fundamentada no planejamento participativo, tendo como elementos principais a desburocratização, a descentralização e a desconcentração dos circuitos de decisão, melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a gestão da informação, visando garantir a prestação eficiente, eficaz e efetiva dos serviços públicos.

A gestão participativa será concretizada a partir da institucionalização de conselhos e colegiados que garantam a participação de estudantes, servidores e comunidade em geral.

Da avaliação da gestão, destaca-se a importância de avaliações semestrais, visando ao aperfeiçoamento do desempenho dos gestores, por meio de um processo de autoavaliação e avaliação pelos servidores e estudantes.

Tendo em vista a sustentação da qualidade e transparência, os gestores, tanto docentes quanto técnicos, não são isentos da avaliação periódica de desempenho da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), no que tange à progressão na carreira.

A avaliação institucional do IFRR deverá ser alicerçada na Constituição Federal de 1988, que nomeia como um dos princípios da Educação a garantia do Padrão de Qualidade do Ensino (Art.206,VII); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Art. 9º, que assegura o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino; e na Lei nº 10.861/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A avaliação institucional a ser realizada no IFRR, no que tange ao ensino de graduação, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), terá por objetivo avaliar as condições físicas, materiais, financeiras, administrativas e acadêmicas que implicam o desenvolvimento das dimensões pedagógicas, políticas, éticas, sociais e culturais oferecidas aos cursos e demais atividades educacionais desenvolvidas pelo IFRR, considerando a Reitoria e cada um de seus câmpus, a partir da análise do desempenho global da instituição; considerando ainda os objetivos institucionais e o contexto socioeconômico e cultural no qual está inserido. Trata-se de um processo sistêmico permanentemente em busca da excelência institucional.

A metodologia a ser adotada para a realização das avaliações institucionais e de gestão, para além das exigidas do MEC e dos órgãos de controle, contemplará toda a equipe de gestão e terá os princípios norteadores apresentados a seguir:

I – Prévia sensibilização dos sujeitos envolvidos, servidores, estudantes e segmentos representativos da comunidade externa, em todas as etapas do processo, por meio da realização de seminários, oficinas, palestras, divulgações de textos via e-mail, cartazes, entre outros.

II – Pesquisa bibliográfica e documental, de forma sistemática, visando garantir a credibilidade científica e imparcialidade ética necessária, em que devem ser considerados fundamentalmente os pressupostos do SINAES, CONAES, INEP e MEC.

III – Estruturação de uma Ouvidoria no âmbito dos Câmpus e Reitoria.

IV – Realização de pesquisa sistemática de campo, com levantamento de dados quantiqualitativos e informações, por meio da realização de entrevistas, aplicação de questionários, dinâmica de grupo, enquetes no site institucional, caixas de sugestões e críticas, entre outros instrumentos.

V – Análise e interpretação dos dados, com elaboração de relatórios, constando análise crítica contextualizada.

VI – Divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica e a externa.

Considerando os resultados obtidos na avaliação institucional, pretende-se:

- Gerar um relatório com conhecimentos relativos às condições globais existentes que influenciam positiva ou negativamente o cumprimento da missão e os objetivos estratégicos descritos no PDI, impactando, portanto, o atendimento às metas acordadas com o MEC;
- Fomentar a cultura de avaliação institucional de forma ética, impessoal e focada nas metas institucionais;
- Instituir uma comissão própria e permanente de avaliação, por câmpus, para dar continuação ao processo de avaliação contínua, sendo ela provida por profissionais de diferentes segmentos da instituição, contando-se preferencialmente com a participação de membros que detenham experiência na área da pesquisa científica;
- Subsidiar a análise e a realimentação de programas e ações a serem executados, para melhorar a qualidade social e educacional do IFRR;
- Apontar necessidades de adequações nos processos e posturas da gestão;
- Convidar servidores para cargos de gestão, a partir da análise do perfil, trajetória profissional, competência técnica e habilidade humana, utilizando-se, prioritariamente, de consultas à comunidade acadêmica para sugestões, garantindo-se transparência e imparcialidade;
- Divulgar, por meio de um relatório e de reuniões, os resultados da investigação.

2.8 Responsabilidade Social da Instituição

O IFRR compreende que “responsabilidade social” significa promover condições igualitárias de oportunidades educacionais e profissionais.

Para tanto, a instituição deve estar articulada internamente, bem como com as organizações civis, os segmentos empresariais e as demais esferas do poder público, tendo por norte o compromisso com processos de desenvolvimento humano, desde a forma ética e comprometida de atender seus servidores até os estudantes e a comunidade do entorno.

Tal conduta ética e responsável reveste-se em manifestação necessária para o alcance de sua missão institucional e da disseminação das práticas de responsabilidade social em relação à comunidade interna e externa, considerando os segmentos organizados, corporações empresariais e instituições de ensino, focalizando sua atuação em torno de áreas de direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, a instituição educacional é um espaço fundamental para a formação do cidadão pleno, sujeito consciente, com visão crítica e, sobretudo, atuante na sociedade.

São diretrizes da Responsabilidade Social do IFRR:

I – Promover o acesso ao ensino gratuito e de qualidade em todos os seus níveis e modalidades;

II – Contribuir para a minimização das desigualdades sociais de gênero, econômica, raça-etnia, orientação sexual, religiosa, cultural, de localidade, entre outras, a partir do atendimento igualitário e ético;

III – Garantir condições de acesso, permanência e atuação de qualidade nas atividades educacional e profissional por meio de condições estruturais, técnicas e atitudinais adequadas às pessoas com deficiência ou necessidades específicas;

IV – Assistir os jovens e adultos em situação de risco social – baixa renda e escolaridade –, objetivando sua inclusão no mundo do trabalho por meio do Programa de Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA);

V – Promover ações de sensibilização quanto à responsabilidade ambiental, por

intermédio da atuação cotidiana na instituição e na comunidade;

VI – Realizar as ofertas educacionais, a partir de estudos das demandas oriundas dos arranjos produtivos locais e sociais, incentivando o empreendedorismo;

VII – Realizar audiências públicas nas comunidades do entorno dos câmpus do IFRR, visando conhecer as expectativas dos sujeitos e obter subsídios, os quais, amalgamados aos estudos de demandas voltados aos arranjos produtivos locais, irão orientar melhor as definições de cursos;

VIII – Oferecer oportunidade de acesso às políticas de assistência estudantil, visando garantir o ingresso, a permanência e o êxito de estudantes que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

3. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI

3.1.1 Programação de expansão e abertura de cursos

3.1.1.1 Câmpus Amajari

Quadro 16 – Oferta de cursos subsequentes (Câmpus Amajari)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Agropecuária	1	0	35	0	35	0	35	0	35	35	0
	2	35	0	35	0	35	0	35	0	35	35
	3	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
TOTAL		35	70	35	70	35	70	35	70	70	70
Técnico em Aquicultura	1	0	35	0	35	0	35	0	35	35	0
	2	0	0	35	0	35	0	35	0	35	35
	3	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
TOTAL		0	35	35	70	35	70	35	70	70	70
Técnico em Informática	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	0	0	35	35	70	35	70	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 17 – Oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio (Câmpus Amajari)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Agricultura	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	34	30	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	34	30	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		64	64	30	0	0	0	0	0	0	0
Técnico em Agropecuária	1	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
TOTAL		70	70	105	105	105	105	105	105	105	105
Técnico em Aquicultura	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 18 – Oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio (Câmpus Amajari) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Informática	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica.

Quadro 19 – Oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio – EJA/PROEJA (Câmpus Amajari)

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Agricultura	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		13	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 20 – Oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio – EJA/PROEJA (Câmpus Amajari) – CONTINUAÇÃO

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Agropecuária	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	105	105	105	105
Técnico em Aquicultura	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica.

Quadro 21 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Amajari)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Curso Superior de Tecnologia em Produção Pesqueira	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 22 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Amajari) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Curso Superior de Tecnologia em Horticultura	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Naturais	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	70	70	140	140	175	175	210	210

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica.

Quadro 23 – Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (Câmpus Amajari)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
PROEJA	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	0	0	35	35	70	70	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica.

Quadro 24 – Oferta de cursos EaD (Câmpus Amajari)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Licenciatura em Informática	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	70	70	70	70
Tecnologia em Turismo	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	70	70	70	70
Técnico em Informática	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	70	70	70	70
Licenciatura em Educação Física	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	70	70	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 25 – Oferta de cursos EaD (Câmpus Amajari) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Licenciatura em Pedagogia	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	0	0	35	35	70	70	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 26 – Oferta de cursos FIC (Câmpus Amajari)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Apicultor	1	35	0	35	0	0	0	0	0	0	0
Fornagicultor	1	0	35	0	35	0	0	0	0	0	0
Agricultor Familiar	1	0	35	0	35	0	0	0	0	0	0
Avicultor	1	0	0	0	0	35	0	35	0	0	0
Criador de Peixes em Viveiros Escavados	1	0	0	35	0	35	0	0	0	0	0
Operador de Beneficiamento de Pescado	1	0	0	35	0	35	0	0	0	0	0
Piscicultor	1	0	35	0	35	0	0	35	0	35	0
Produtor de Plantas Aromáticas e Medicinais	1	0	0	35	0	35	0	0	0	0	0
Viveiricultor	1	0	0	35	0	35	0	0	0	0	0
Bovinocultor de Corte	1	0	0	0	0	35	0	35	0	0	0
Criador de Peixes em Tanque Rede	1	0	0	0	0	35	0	35	0	0	0
Auxiliar em Administração	1	35		35	0	0	0	35	0	35	0
Operador de Computador	1	35	0	35	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 27 – Oferta de cursos FIC (Câmpus Amajari) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Instalador e Reparador de Redes de Computadores	1	0	35	0	35	0	0	0	0	0	0
Montador e Reparador de Computadores	1	0	35	0	35	0	0	0	0	0	0
Programador Web	1	0	0	0	0	35	0	35	0	0	0
Programador de Dispositivos Móveis	1	0	0	0	0	35	0	35	0	0	
TOTAL		105	175	245	175	315	0	245	0	70	0

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

3.1.1.2 Câmpus Boa Vista

Quadro 28 – Oferta de cursos subsequentes (Câmpus Boa Vista)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Secretariado – NOTURNO	1	0	35	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	37	0	35	35	0	35	0	35	0	35
	3	21	37	0	35	35	0	35	0	35	0
TOTAL		58	72	70	70	70	35	70	35	70	35
Técnico em Secretariado – VESPERTINO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		20	20	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 29 – Oferta de cursos subsequentes (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Análises Clínicas – NOTURNO	1	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	14	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	0	14	0	35	0	35	0	35	0	35
	4	24	0	14	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		38	49	49	70	70	70	70	70	70	70
Técnico em Enfermagem – NOTURNO	1	0	35	35	0	0	70	0	35	0	70
	2	0	0	35	35	0	0	70	0	35	0
	3	0	0	0	35	35	0	0	70	0	35
	4	21	0	0	0	35	35	0	0	70	0
TOTAL		21	35	70	70	70	105	70	105	105	105
Técnico em Eletrônica – NOTURNO	1	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	3	35	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	4	0	35	0	0	0	0	35	0	35	0
TOTAL		35	35	0	35	35	70	70	70	70	70
Técnico em Edificações – NOTURNO	1	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	35	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	4	0	35	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		35	70	35	70	70	70	70	70	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 30 – Oferta de cursos subsequentes (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Eletrotécnica – NOTURNO	1	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	20	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	0	20	0	35	0	35	0	35	0	35
	4	0	0	20	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		55	55	90	70	70	70	70	70	70	70
Técnico em Informática – NOTURNO	1	35	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	25	35	0	0	35	0	35	0	35	0
	3	0	25	35	0	0	35	0	35	0	35
	4	0	0	25	35	0	0	35	0	35	0
TOTAL		60	60	60	70	35	70	70	70	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 31 – Oferta de cursos EJA (Câmpus Boa Vista)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Análises Clínicas – NOTURNO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	23	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	23	0	0	0	0	0	0	0
	5	17	0	0	23	0	0	0	0	0	0
	6	0	17	0	0	23	0	0	0	0	0
TOTAL		40	40	23	23	23	0	0	0	0	0

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 32 – Oferta de cursos EJA (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Enfermagem – NOTURNO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	31	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	31	0	0	0	0	0	0	0
	5	13	0	0	31	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	31	0	0	0	0	0
TOTAL		44	31	31	31	31	0	0	0	0	0
Técnico em Edificações – NOTURNO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	17	0	0	0	0	0
TOTAL		17	17	17	17	17	0	0	0	0	0
Técnico em Informática – NOTURNO	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	23	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	23	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	23	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	23	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	23	0	0	35	0	35
TOTAL		23	23	58	58	93	70	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 33 – Oferta de cursos EJA (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Radiologia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	0	35	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 34 – Oferta de cursos integrados ao ensino médio (Câmpus Boa Vista)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Secretariado	1	70	0	70	0	35	0	35	0	35	0
	2	66	70	0	70	0	35	0	35	0	35
	3	61	66	70	0	70	0	35	0	35	0
	4	55	61	66	70	0	70	0	35	0	35
TOTAL		252	197	206	140	105	105	70	70	70	70
Técnico em Eletrônica	1	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	37	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	27	37	35	0	35	0	35	0	35	0
	4	32	27	37	35	0	35	0	35	0	35
TOTAL		131	99	77	70	70	70	70	70	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 35 – Oferta de cursos integrados ao ensino médio (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Eletrotécnica	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	37	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	34	37	0	0	0	35	0	35	0	35
TOTAL		71	37	35	35	70	70	70	70	70	70
Técnico em Informática	1	70		35		35		70		70	
	2	36	70		35		35		70		70
	3	31	36	70		35		35		70	
	4	62	31	36	70		35		35		70
TOTAL		199	137	141	105	70	70	105	105	140	140

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 36 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Boa Vista)

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Bacharel em Turismo Binacional	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 37 – Oferta de cursos superior (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Tecnologia em Gestão de Turismo – VESPERTINO e NOTURNO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	20	0	12	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	20	0	12	0	0	0	0	0	0
	6	30	0	20	0	12	0	0	0	0	0
	7	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0
TOTAL		62	32	32	32	32	0	0	0	0	0
Licenciatura em Matemática	1	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	4	10	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	5	0	10	0	0	35	0	35	0	35	0
	5	0	0	10	0	0	35	0	35	0	35
	6	12	0	0	10	0	0	35	0	35	0
	7	0	12	0	0	10	0	0	35	0	35
8	0	0	12	0	0	10	0	0	35	0	
TOTAL		57	57	92	115	115	115	140	140	175	140

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 38 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Licenciatura em Ciências Biológicas	1	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	26	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	26	0	35	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	26	0	35	0	35	0	35	0
	5	13	0	0	26	0	35	0	35	0	35
	6	23	13	0	0	26	0	35	0	35	0
	7	0	23	13	0	0	26	0	35	0	35
	8	0	0	23	13	0	0	26	0	35	0
TOTAL		107	107	107	109	131	131	166	140	175	140
CST em Gestão Hospitalar	1	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	4	25	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	5	25	25	0	0	35	0	35	0	35	0
	6	0	25	25	0	0	35	0	35	0	35
TOTAL		85	85	85	70	105	105	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 39 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Licenciatura em Letras – Espanhol e Literatura Hispânica	1	35	35	35	35	35	0	35	35	35	0
	2	23	35	35	35	35	35	0	35	35	35
	3	28	23	35	35	35	35	35	0	35	35
	4	0	28	23	35	35	35	35	35	0	35
	5	24	0	28	23	35	35	35	35	35	0
	6	22	24	0	28	23	35	35	35	35	35
	7	20	22	24	0	28	23	35	35	35	35
	8	0	20	22	24	0	28	23	35	35	35
TOTAL		152	187	202	215	226	226	233	245	245	210

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 40 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Licenciatura em Letras – Inglês e suas Literaturas	1	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	35	35	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 41 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS)	1	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	18	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	18	18	35	0	35	0	35	0	35	0
	4	13	18	18	35	0	35	0	35	0	35
	5	14	13	18	18	35	0	35	0	35	0
	6	11	14	13	18	18	35	0	35	0	35
TOTAL		109	98	119	106	123	105	105	105	105	105
Saneamento Ambiental	1	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	4	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	5	0	0		0	0	35	0	35	0	35
	6	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
TOTAL		0	35	35	70	70	105	105	105	105	105
Licenciatura em Química	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	5	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
TOTAL		0	0	35	35	70	70	105	105	140	140

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 42 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Boa Vista) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Educação Física – 1 turma por semestre alternando V/M	1	35	35	0	35	35	0	35	35	35	35
	2	34	35	35	0	35	35	0	35	35	35
	3	30	34	35	35	0	35	35	0	35	35
	4	29	30	34	35	35	0	35	35	0	35
	5	13	29	30	34	35	35	0	35	35	0
	6	27	13	29	30	34	35	35	0	35	35
	7	21	27	13	29	30	34	35	35	0	35
	8		21	27	13	29	30	34	35	35	0
TOTAL		189	224	203	211	233	204	209	210	210	210

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 43 – Oferta de cursos de pós-graduação (Câmpus Boa Vista)

CURSO	Módulo	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Pós-graduação em planejamento e gestão de destinos turísticos sustentáveis	0	0	0	35	35	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	35	35	35	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	35	35	35	0	0	0	0
TOTAL		0	0	70	105	70	35	35	0	0	0
Especialização em Educação Ambiental: Sustentabilidade e Qualidade	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	35	35	35	
Especialização em Matemática	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	35	35	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

3.1.1.3 Câmpus Novo Paraíso

Quadro 44 – Oferta de cursos subsequentes (Câmpus Novo Paraíso)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Agropecuária	1	0	70		0	0	0	0	70	0	0
	2	56	0	70		0	0	0	0	70	0
	3	0	56	0	70		0	0	0	0	70
TOTAL		56	126	70	70	0	0	0	70	70	70
Agroindústria	1	0	0	0	0	70	0	0	0		0
	2	0	0	0	0	0	70	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	70	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	70	70	70	0	0	0

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 45 – Oferta de cursos integrados ao ensino médio (Câmpus Novo Paraíso)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Agropecuária	1	105	0	0	30	90		90	0	60	0
	2	60	105	0	0	30	90		90	0	60
	3	90	60	105	0	0	30	90	30	90	0
	4	16	90	60	105	0	0	30	90	30	90
	5	54	16	90	60	105	0	0	30	90	30
	6	0	54	16	90	60	105	0	0		90
TOTAL		325	325	371	285	285	225	210	240	270	270

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 46 – Oferta de cursos integrados ao ensino médio (Câmpus Novo Paraíso)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Agricultura	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agroindústria	1	0	30	0	0	60	0	90	0	0	60
	2	0	0	30	0	0	60	0	90	0	0
	3	0	0	0	30	0	0	60	0	90	0
	4	0	0	0	0	30	0	0	60	0	90
	5	0	0	0	0	0	30	0	0	60	0
	6	0	0	0	0	0	0	30	30	0	60
TOTAL		0	30	30	30	90	90	180	180	150	1210
Gestão Ambiental	1	0	0	30	0	0	30	0	0	30	0
	2	0	0	0	30	0	0	30	0	0	30
	3	0	0	0	0	30	0	0	30	0	0
	4	0	0	0	0	0	30	0	0	30	0
	5	0	0	0	0	0	0	30	0	0	30
	6	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0
TOTAL		0	0	30	30	30	60	60	60	60	60

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 47 – Oferta de cursos integrados ao ensino médio (Câmpus Novo Paraíso) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Aquicultura	1	0	0	0	0	0	0	30	30	30	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	30	30	30
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	30	30
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	30	60	90	90

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 48 – Oferta de cursos EJA (Câmpus Novo Paraíso)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Agropecuária	1	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0
TOTAL		0	0	30	30	30	30	30	30	0	0

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 49 – Oferta de cursos EJA (Câmpus Novo Paraíso) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Agroindústria	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 50 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Novo Paraíso)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Bacharel em Medicina Veterinária	1	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	30	30	30	30

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 51 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Novo Paraíso) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Tecnólogo em Alimentos	1	0	30	0	0	30	0	30	0	30	0
	2	0	0	30	0	0	30	0	30	0	30
	3	0	0	0	30	0	0	30	0	30	0
	4	0	0	0	0	30	0	0	30	0	30
	5	0	0	0	0	0	30	0	0	30	0
TOTAL		0	30	30	30	60	60	60	60	90	60
Tecnólogo Agroecologia	1	0	0	0	30	0	0	30	0	0	
	2	0	0	0	0	30	0	0	30	0	0
	3	0	0	0	0	0	30	0	0	30	0
	4	0	0	0	0	0	0	30	0	0	30
	5	0	0	0	0	0	0	0	30	0	
TOTAL		0	0	0	30	30	30	60	60	30	30

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 52 – Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (Câmpus Novo Paraíso)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Agricultura Familiar	1	0	0	35	0	0	0	35	0	0	0
	2	0	0	0	35	0	0	0	35	0	0
	3	0	0	0	0	35	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	0	0	35
TOTAL		0	0	35	35	35	35	35	35	35	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 53 – Oferta de cursos EaD (Câmpus Novo Paraíso)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Pró-Funcionário: Alimentação Escolar	1	35	0	0	0	35	0	0	0	70	0
	2	0	35	0	0	0	35	0	0	0	70
	3	0	0	35	0	0	0	35	0	0	0
	4	0	0	0	35	0	0	0	35	0	0
TOTAL		35	35	35	35	35	35	35	35	70	70
Pró-Funcionário: Infraestrutura Escolar	1	35	0	0	0	35	0	0	0	70	0
	2	0	35	0	0	0	35	0	0	0	70
	3	0	0	35	0	0	0	35	0	0	0
	4	0	0	0	35	0	0	0	35	0	0
TOTAL		35	35	35	35	35	35	35	35	70	70
Pró-Funcionário: Técnico em Informática	1	0	0	35	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	0	0	35	0	70	0	70	0	70
	3	0	0	0	0	35	0	70	0	70	0
	4	0	0	0	0	0	35	0	70	0	70
TOTAL		0	0	35	35	105	105	140	140	140	140
Pró-Funcionário: Secretariado Escolar	1	35	0	0	0	35	0	0	0	70	0
	2	0	35	0	0	0	35	0	0	0	70
	3	0	0	35	0	0	0	35	0	0	0
	4	0	0	0	35	0	0	0	35	0	0
TOTAL		35	35	35	35	35	35	35	35	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

3.1.1.4 Câmpus Avançado de Bonfim

Quadro 54 – Oferta de cursos subsequentes (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Comércio Exterior	1	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	2	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	3	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
TOTAL		0	35	35	70	35	70	35	70	35	70
Técnico em Eletrônica	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	35	35	70	35	70	35	70	35
Técnico em Administração	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	35	35	70	35	70	35	70	35
Técnico em Enfermagem	1	0	0	0	35		35		35		35
	2	0	0	0		35		35		35	
	3	0	0	0			35		35		35
TOTAL		0	0	0	35	35	70	35	70	35	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 55 – Oferta de cursos integrados ao ensino médio (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Comércio Exterior	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	35	35	70	35	70	35	70	35
Técnico em Eletrônica	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	35	35	70	35	70	35	70	35
Técnico em Agropecuária	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	0	0	35	35	70	35	70	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 56 – Oferta de cursos concomitantes (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Eletrônica	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	35	35	70	35	70	35	70	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 57 – Oferta de cursos concomitantes (Câmpus Avançado de Bonfim) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Agropecuária	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	0	0	35	35	70	35	70	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 58 – Oferta de cursos EJA (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Comércio	1	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	35	35	70	35	70	35	70	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 59 – Oferta de cursos EJA alternância (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Agricultura	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	0	0	70	35	70	35	70	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 60 - Oferta de cursos EJA alternância (Câmpus Avançado de Bonfim) - CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Piscicultura	1	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
TOTAL		0	0	0	0	70	35	70	35	70	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 61 – Oferta de cursos superiores (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
TOTAL		0	0	0	0	0	0	35	35	70	70
Licenciatura em Letras – Inglês e suas Literaturas	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
TOTAL		0	0	0	0	0	0	35	35	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 62 – Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
PROEJA	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	35	35	70	35
Especialização em Gestão de Turismo Sustentável	1	0	0	0	0	0	0	0	35		35
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	35	
	3	0	0	0	0	0	0		0	0	35
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	35	35	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 63 – Oferta de cursos EaD (Câmpus Avançado de Bonfim)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Pró-Funcionário: Alimentação Escolar	1	35	0	0	0	35	0	0	0	35	0
	2	0	35	0	0	0	35	0	0	0	35
	3	0	0	35	0	0	0	35	0	0	0
	4	0	0	0	35	0	0	0	35	0	0
TOTAL		35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Pró-Funcionário: Infraestrutura Escolar	1	35	0	0	0	35	0	0	0	35	0
	2	0	35	0	0	0	35	0	0	0	35
	3	0	0	35	0	0	0	35	0	0	0
	4	0	0	0	35	0	0	0	35	0	0
TOTAL		35	35	35	35	35	35	35	35	35	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 64 – Oferta de cursos EaD (Câmpus Avançado de Bonfim) – CONTINUAÇÃO

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Pró-Funcionário: Técnico em Multimeios	1	35	0	0	0	35	0	0	0	35	0
	2	0	35	0	0	0	35	0	0		35
	3	0	0	35	0	0	0	35		0	0
	4	0	0	0	35	0	0		35	0	0
TOTAL		35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Pró-Funcionário: Técnico em Secretaria Escolar	1	35	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	2	0	35	0	0	0	35	0	35	0	35
	3	0	0	35	0	0	0	35	0	35	0
	4	0	0	0	35	0	0	0	35	0	35
TOTAL		35	35	35	35	35	35	70	35	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 65 – Oferta de cursos de qualificação profissional e formação continuada (FIC) – Câmpus Avançado de Bonfim

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Auxiliar Administrativo	1	35	0	35	0	0	0	0	35	0	0
Agente Social de Saúde	1	0		0	35	0	0	0	0	0	35
Agente de Saúde Indígena	1	35	0	0	35	0	0	0	35	0	0
Cuidador Infantil	1	35	0	0	0	35	0	35	0	0	0
Desenhista da Construção Civil	1	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0
Recepcionista em Unidade de Saúde	1	0	0	35	0	0	0	0	35	0	0
Informática Básica	1	35	0	0	0	35	0	0	0	35	0
Manutenção de Computador	1	35	0	0	0	0	0	35	35	0	35

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 66 – Oferta de cursos de qualificação profissional e formação continuada (FIC) – Câmpus Avançado de Bonfim - (CONTINUAÇÃO)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Eletricista Predial	1	35	0	0	0	35	0	35	0	0	0
Pedreiro	1	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
Bombeiro Hidráulico	1	0	0	0	0	0	0	0	35	35	0
Agricultura Familiar	1	35	0	0	0	0	0	0	0	0	35
Criação de Animais de Pequeno Porte	1	35	0	0	0	35	0	35	0	0	35
TOTAL		280	0	105	70	140	35	140	210	70	175

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

3.1.1.5 Câmpus Zona Oeste

Quadro 67 - Oferta de cursos técnicos subsequentes - Câmpus Zona Oeste

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Comércio	1	0	35	35	0	35	35	35	35	35	35
	2	0	0	35	35	0	35	35	35	35	35
	3	0	0	0	35	35	0	35	35	35	35
TOTAL		0	35	70	70	70	70	105	105	105	105
Técnico em Serviços Públicos	1	0	35	35	0	35	35	35	35	35	35
	2	0	0	35	35	0	35	35	35	35	35
	3	0	0	0	35	35	0	35	35	35	35
TOTAL		0	35	70	70	70	70	105	105	105	105

Quadro 68 - Oferta de cursos técnicos subsequentes - Câmpus Zona Oeste - (CONTINUAÇÃO)

Técnico em Logística	1	0	0	0	0	35	35	35	35	35	35
	2	0	0	0	0	0	35	35	35	35	35
	3	0	0	0	0	0		35	35	35	35
TOTAL		0	0	0	0	35	70	105	105	105	105
Técnico em Vendas	1	0	0	0	0	35	35	35	35	35	35
	2	0	0	0	0	0	35	35	35	35	35
	3	0	0	0	0	0	0	35	35	35	35
TOTAL		0	0	0	0	0	70	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 69 - Oferta de cursos técnicos integrado à EJA (PROEJA) - Câmpus Zona Oeste

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Comércio	1	0	0	0	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	0	0	0	0	70	0	70	0	70
	3	0	0	0	0	0	0	70	0	70	0
	4	0	0	0	0	0	0		70	0	70
TOTAL		0	0	0	0	70	70	140	140	140	140
Técnico em Serviços Públicos	1	0	0	0	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	0	0	0	0	70	0	70	0	70
	3	0	0	0	0	0	0	70	0	70	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	70	0	70
TOTAL		0	0	0	0	70	70	140	140	140	140

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 70 - Oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio - Câmpus Zona Oeste

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Vendas	1	0	0	0	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	0	0	0	0	70	0	70	0	70
	3	0	0	0	0	0	0	70	0	70	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	70	0	70
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	70	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70
TOTAL		0	0	0	0	70	70	140	140	210	210
Técnico em Serviços Públicos	1	0	0	0	0	70	0	70	0	70	0
	2	0	0	0	0	0	70	0	70	0	70
	3	0	0	0	0	0	0	70	0	70	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	70	0	70
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	70	0
	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70
TOTAL		0	0	0	0	70	70	140	140	210	210

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 71 - Oferta de cursos superiores - Câmpus Zona Oeste

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Tecnólogo em Gestão Comercial	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
TOTAL		0	0	0	0	0	0	35	35	70	70
Tecnólogo em Gestão Pública	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
TOTAL		0	0	0	0	0	0	35	35	70	70
Tecnólogo em Logística	1	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
TOTAL		0	0	0	0	0	0	35	35	70	70

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 72 - Oferta de cursos EaD - Câmpus Zona Oeste

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico em Administração	1	0	105	0	0	105	0	0	0	0	0
	2	0	0	105	0	0	105	0	0	0	0
	3	0	0	0	105	0	0	105	0	0	0
TOTAL		0	105	105	105	105	105	105	0	0	0
Técnico em Serviços Públicos	1	0	105	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	0	105	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	105	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	105	105	105	0	0	0	0	0	0
Técnico em Gestão Pública	1	0	0	105	0	0	0	105	0	0	0
	2	0	0	0	105	0	0	0	105	0	0
	3	0	0	0	0	105	0	0	0	105	0
TOTAL				105	105	105		105	105	105	
Especialização PROEJA	1	105	0	105	0	0	0	0	0	0	0
	2	0	105	0	105	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	105	0	105	0	0	0	0	0
TOTAL		105	105	210	105	105	0	0	0	0	0
Graduação em Recursos Humanos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	105	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	105
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	0	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

Quadro 73 - Oferta de cursos EaD - Câmpus Zona Oeste - (CONTINUAÇÃO)

CURSO	MÓDULO	ANO									
		2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Especialização em Tecnologia Educacional	1	0	0	0	0	0	0	105	0	0	0
	2	0	0	0	0	0	0	0	105	0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	105	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	105	105	105	105

Fonte: Subcomissão de Implementação da Instituição e Organização Acadêmica

3.1.2 Programação de Mestrados e Doutorados

No período de 2014 a 2018, a PROPESQ buscará alternativa de parceria com outras instituições para apresentar à CAPES Aplicativo para Proposta de Cursos Novos e Pós-Graduação (APCN) de Mestrado Profissional em Ciências Agrárias e Doutorado em Educação.

4. CORPO DOCENTE

4.1 Plano de Carreira

Os docentes do IFRR fazem parte da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que é regulamentada pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, no qual consta o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é estruturada da seguinte forma:

I – Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

CARGO	CLASSE	NÍVEL
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Titular	1
	D IV	4
		3
		2
		1
	D III	4
		3
		2
		1
	D II	2
		1
	D I	2
		1

Fonte: Lei nº 12.772/12

II – Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

CARGO	NÍVEL
Professor Titular-Livre	Único

Fonte: Lei nº 12.772/12

4.1.1 Desenvolvimento na Carreira

O desenvolvimento da carreira ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma que dispõe o regulamento.

Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe; e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos no regulamento e observará, cumulativamente:

I – o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível;

II – aprovação em avaliação de desempenho individual.

A promoção ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e ainda as seguintes condições:

I – para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II – para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III – para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV – para a Classe Titular:

- a) possuir o título de doutor;
- b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem aos seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

I – de qualquer nível da Classe D I para o Nível 1 da Classe D II, pela apresentação de título de especialista;

II – de qualquer nível das Classes D I e D II para o Nível 1 da Classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 1^o de março de 2013 ou na data de publicação do regulamento, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no cargo.

4.2 Regime de Trabalho

Conforme o regulamento da carreira, o professor do IFRR, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I – 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;

II – tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, o IFRR poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta lei.

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I – ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos;

II – participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo Conselho Superior da instituição.

4.3 Critérios de Seleção e Contração

O ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dá-se mediante aprovação em concurso público de provas objetiva, de desempenho didático e títulos.

4.4 Requisito de Titulação para Ingresso na Carreira

Para o ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e

Tecnológico, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação. E, para o ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, será exigido título de doutor e 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do respectivo título, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior do IFRR.

Os professores que não possuem formação em licenciatura deverão realizar a complementação pedagógica nos termos do Art. 62 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e do Art. 40 da Resolução nº 6, de 20/09/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

4.5 Experiência Acadêmica no Magistério e Experiência Profissional não Acadêmica

A experiência acadêmica no magistério do IFRR se dá por meio de sua atuação na execução de:

- Cursos de formação inicial e continuada;
- Cursos técnicos de nível médio;
- Cursos de graduação (licenciaturas e tecnologias);
- Cursos de pós-graduação.

A experiência profissional não acadêmica se dá por intermédio da participação em comissões institucionais que possam possibilitar ao docente o exercício de suas habilidades e competências profissionais.

4.6 Política de Capacitação e Qualificação

A Política de Capacitação e Qualificação dos servidores docentes do IFRR será

regulamentada por meio de resolução do Conselho Superior e terá como diretrizes básicas:

I – promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, capacitando-os, aperfeiçoando-os, especializando-os e atualizando-os;

II – incentivar e apoiar os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

III – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externa no seu local de trabalho;

IV – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;

V – incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pela própria instituição, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;

VI – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

VII – incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional nas carreiras dos servidores;

VIII – avaliar periódica e permanentemente os resultados das ações de capacitação;

IX – promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação;

X – priorizar, nos casos de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo o investimento da União na capacitação de servidores por meio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Para fins da capacitação e qualificação dos servidores, o IFRR considera os seguintes conceitos, de acordo com os Decretos nº 5.707/2006 e nº 5.825/2006:

I – Eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudo, intercâmbios, estágios, seminários e congressos que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II – Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

III – Desenvolvimento: processo continuado que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e as habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos;

IV – Qualificação: processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira;

V – Educação formal: educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira;

VI – Aperfeiçoamento: processo de aprendizagem baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas.

São consideradas modalidades de capacitação as ações de capacitação presenciais e/ou a distância, assim definidas como cursos e eventos internos e externos de curta duração, com cargas horárias diversificadas, que proporcionem o desenvolvimento e a atualização do servidor em consonância com as necessidades da instituição.

Tais capacitações poderão ser executadas por meio das seguintes ações, entre outras:

I – Visitas técnicas: observação sistemática de atividades similares ou correlatas ao cargo e ao ambiente organizacional do servidor;

II – Eventos internos ou externos: ações de curta duração que auxiliam na reciclagem do conhecimento, bem como na troca de ideias e aprendizagem continuada. São exemplos dessas ações: congressos, encontros, seminários, conferências, fóruns, palestras, oficinas, simpósios e similares;

III – Grupos formais de estudos: aquisição de conhecimentos específicos de forma coletiva, propiciando a interpretação do objeto do estudo e o intercâmbio de ideias entre os membros do grupo, sob supervisão específica, sendo validados mediante registro no setor de pesquisa do IFRR.

São consideradas modalidades de qualificação, presenciais e/ou a distância:

I – Cursos técnicos;

II – Cursos de graduação;

III – Cursos de pós-graduação *lato sensu*;

IV – Cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Para a implementação da política de capacitação de qualificação dos servidores, o IFRR estabelecerá:

I – Plano Anual de Capacitação (PAC): elaborado anualmente, definirá os investimentos em capacitação e qualificação que o IFRR realizará por meio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição.

II – Plano de Qualificação Docente (PLANFOR): elaborado periodicamente, definirá os investimentos em qualificação que o IFRR realizará, voltados especificamente aos

docentes, por intermédio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição, com base nas projeções de cursos a serem implantados no IFRR.

III – Programa Institucional de Bolsa Auxílio à Capacitação (PIBAC): regulamentado por resolução do Conselho Superior, visa investir, por meio de auxílio financeiro, na formação dos servidores que são aprovados em cursos de qualificação, estabelecendo os procedimentos e critérios de participação.

4.6.1 Capacitação dos Docentes

A promoção da capacitação dos servidores docentes será implementada por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC) do IFRR. Trata-se de um plano voltado para todos os servidores da instituição, que definirá os investimentos anuais que o IFRR realizará com vistas a estimular o aperfeiçoamento das capacidades e habilidades de seus servidores, visando ao seu desenvolvimento individual e da instituição.

Os detalhamentos do PAC estão apresentados no item Corpo Técnico-Administrativo.

4.6.2 Qualificação dos Docentes

A qualificação dos servidores docentes do IFRR será estruturada por intermédio do Plano de Qualificação Docente (PLANFOR), o qual garantirá o investimento na formação dos docentes no âmbito de uma política institucional que enfatize a qualificação e a atualização sistemática do servidor para o exercício pleno e eficaz de suas atividades.

O PLANFOR definirá, com base nos levantamentos das necessidades de qualificação atual e projeção de cursos a serem ofertados pelo IFRR, as grandes áreas que sofrerão investimentos com o propósito de qualificação de seu quadro docente. O PLANFOR definirá as áreas a serem investidas, nos seguintes níveis:

I – Cursos de pós-graduação *lato sensu*;

II – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado);

III – Cursos de pós-doutorado;

IV – Estágios, intercâmbios e aperfeiçoamentos.

4.7 Procedimentos para Substituição Eventual

Poderá haver contratação de professor substituto por prazo determinado, por intermédio de processo seletivo simplificado, regulamentado pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para suprir a falta de professor efetivo em razão de vacância do cargo, afastamento ou licença, na forma do Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011; ou de nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor de câmpus.

4.8 Cronograma de Expansão do Corpo Docente

O IFRR possui atualmente **221** docentes em seu quadro de servidores, composto conforme segue:

Quadro 74 - Quantitativo de servidores por Câmpus

CARGO	QUANTITATIVO					
	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Zona Oeste	Bonfim	TOTAL
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	155	36	28	02	00	221

Fonte: DGP/SIAPE

Quadro 75 - Quantitativo de servidores por regime de trabalho

REGIME	QUANTITATIVO					
	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Zona Oeste	Bonfim	TOTAL
20 horas	02	00	00	00	00	02
40 horas	11	00	00	00	00	11
40 horas com dedicação exclusiva	142	36	28	02	00	208
TOTAL	155	36	28	02	00	221

Fonte: DGP/SIAPE

Quadro 76 - Quantitativo de servidores por titulação

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO					
	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Zona Oeste	Bonfim	TOTAL
Aperfeiçoamento	01	00	00	00	00	01
Graduação	08	07	04	00	00	19
Especialização	68	16	09	01	00	94
Mestrado	71	12	09	01	00	93
Doutorado	07	01	06	00	00	14
TOTAL	155	36	28	02	00	221

Fonte: DGP/SIAPE

O IFRR conta ainda com 29 professores substitutos. Destes, 20 desempenham suas atividades no Câmpus Boa Vista; 06 no Câmpus Novo Paraíso e 02 no Câmpus Amajari.

A expansão do quadro de docentes foi definida pelo MEC/SETEC e ficou estruturada da seguinte forma:

Quadro 77 - Projeção de expansão do quadro docente

CÂMPUS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL*	MODELO MEC**
Boa Vista	155	10	00	00	00	00	165	150
Novo Paraíso	36	12	06	06	05	05	70	70
Amajari	28	11	08	08	08	07	70	70
Zona Oeste	02	15	15	15	15	08	70	70
Bonfim	00	10	03	03	02	02	20	20
TOTAL	221	58	32	32	30	22	395	380

Fonte: DGP/SIAPE e MEC/SETEC

* A coluna TOTAL, refere-se ao somatório das projeções até 2018.

** A coluna MODELO MEC, refere-se ao total de docentes que cada câmpus deve ter conforme o quantitativo de alunos. Dessa forma, a projeção é que em 2018 todos os câmpus se adequem ao modelo, inclusive o Câmpus Boa Vista que atualmente o ultrapassa.

*** Para completar a expansão dos demais Câmpus, será também retirado do

quantitativo do Câmpus Boa Vista, de modo a adequação ao modelo de cada Câmpus.

**** A expansão do quadro docente está condicionada à atualização do Banco de Professor-Equivalente e à distribuição dos códigos de vaga a serem realizadas pelo MEC/SETEC.

5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 Plano de Carreira

Os servidores ocupantes dos cargos administrativos do IFRR fazem parte da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que é regulamentada pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme quadro abaixo:

NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO	NÍVEIS DE CAPACITAÇÃO
A	IV
	III
	II
	I
B	IV
	III
	II
	I
C	IV
	III
	II
	I
D	IV
	III
	II
	I
E	IV
	III
	II
	I

5.2 Desenvolvimento na Carreira

O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, respectivamente.

Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses.

NÍVEIS DE	NÍVEIS DE	CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO
A	I	Exigência Mínima do Cargo
	II	20 horas
	III	40 horas
	IV	60 horas
B	I	Exigência Mínima do Cargo
	II	40 horas
	III	60 horas
	IV	90 horas
C	I	Exigência Mínima do Cargo
	II	60 horas
	III	90 horas
	IV	120 horas
D	I	Exigência Mínima do Cargo
	II	90 horas
	III	120 horas
	IV	150 horas
E	I	Exigência Mínima do Cargo
	II	120 horas
	III	150 horas
	IV	Aperfeiçoamento ou Curso de Capacitação Igual

Fonte: Lei nº 11.091/05

O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento; na mesma posição relativa à que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

O servidor faz jus ainda ao Incentivo à Qualificação por possuir educação formal superior à exigida para o cargo de que é titular. O incentivo terá por base o percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor.

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Ensino fundamental completo	10%	-
Ensino médio completo	15%	-
Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	20%	10%
Curso de graduação completo	25%	15%
Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

Fonte: Lei nº 11.091/05

5.3 Regime de Trabalho

O regime de trabalho para os servidores ocupantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação do IFRR é de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvados os casos regulamentados por lei.

5.4 Critérios de Seleção e Contração

O ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação do IFRR far-se-á no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

5.5 Requisito de Titulação para Ingresso na Carreira

Para ingresso na Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação do IFRR serão observadas a escolaridade e experiência exigidas para cada cargo, conforme estabelecido no Anexo II da Lei nº 11.091/2005.

5.6 Política de Capacitação e Qualificação

A Política de Capacitação e Qualificação dos servidores técnico-administrativos do IFRR será regulamentada por meio de resolução do Conselho Superior e terá como diretrizes básicas:

- I – promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, capacitando-os, aperfeiçoando-os, especializando-os e atualizando-os;
- II – incentivar e apoiar os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- III – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externa no seu local de trabalho;
- IV – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;
- V – incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pela própria instituição, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio

quadro de pessoal;

VI – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

VII – incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional nas carreiras dos servidores;

VIII – avaliar periódica e permanentemente os resultados das ações de capacitação;

IX – promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação;

X – priorizar, nos casos de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo o investimento da União na capacitação de servidores por intermédio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Para fins da capacitação e qualificação dos servidores, o IFRR considera os seguintes conceitos, de acordo com os Decretos nº 5.707/2006 e nº 5.825/2006:

I – Eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudo, intercâmbios, estágios, seminários e congressos que contribuam para o desenvolvimento do servidor e atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II – Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

III – Desenvolvimento: processo continuado que visa ampliar os conhecimentos e as capacidades e habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos;

IV – Qualificação: processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal,

por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira;

V – Educação formal: educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira;

VI – Aperfeiçoamento: processo de aprendizagem baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas.

São consideradas modalidades de capacitação as ações de capacitação presenciais e/ou a distância, assim definidas como cursos e eventos internos e externos de curta duração, com cargas horárias diversificadas, que proporcionem o desenvolvimento e atualização do servidor em consonância com as necessidades da instituição.

Tais capacitações poderão ser executadas por meio das seguintes ações, além de outras:

I – Visitas técnicas: observação sistemática de atividades similares ou correlatas ao cargo e ao ambiente organizacional do servidor;

II – Eventos internos ou externos: ações de curta duração que auxiliam na reciclagem do conhecimento, bem como na troca de ideias e de aprendizagem contínua. São exemplos desses eventos: encontros, seminários, conferências, fóruns, palestras, oficinas, simpósios e similares;

III – Grupos formais de estudos: aquisição de conhecimentos específicos de forma coletiva, propiciando a interpretação do objeto do estudo e intercâmbio de ideias entre os membros do grupo, sob supervisão específica, sendo validados mediante registro no setor de pesquisa do IFRR.

São consideradas modalidades de qualificação, presenciais e/ou a distância:

I – Cursos técnicos;

II – Cursos de graduação;

III – Cursos de pós-graduação *lato sensu*;

IV – Cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Para a implementação da política de capacitação de qualificação dos servidores, o IFRR estabelecerá:

I – Plano Anual de Capacitação (PAC): elaborado anualmente, definirá os investimentos em capacitação e qualificação que o IFRR realizará, por meio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição.

II – Plano de Qualificação Docente (PLANFOR): elaborado periodicamente, definirá os investimentos em qualificação que o IFRR realizará, especificamente voltados para os docentes, por meio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição, com base nas projeções de cursos a serem implantados no IFRR.

III – Programa Institucional de Bolsa Auxílio à Capacitação (PIBAC): regulamentado por meio de Resolução do Conselho Superior, visa investir, por meio de auxílio financeiro, na formação dos servidores que são aprovados em cursos de qualificação, estabelecendo os procedimentos e critérios de participação.

5.6.1 Capacitação e Qualificação dos Técnicos Administrativos

A promoção da capacitação e qualificação dos servidores técnicos administrativos será implementada por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC) do IFRR. Trata-se de um plano voltado para todos os servidores da instituição, que definirá quais serão os investimentos anuais que o IFRR realizará com vistas a estimular o aperfeiçoamento das capacidades e habilidades de seus servidores, visando ao seu

desenvolvimento individual e da instituição.

O IFRR elaborará o PAC, até o mês de dezembro de cada exercício, visando orientar as ações de capacitação e incentivar as ações de qualificação, para o exercício seguinte, observando:

- I – o levantamento das necessidades e interesses de capacitação e qualificação dos servidores do IFRR;
- II – o planejamento de curto, médio e longo prazo, referente à capacitação dos servidores;
- III – o mapeamento de competências dos servidores capacitados e a serem capacitados;
- IV – o atendimento das áreas prioritárias dos câmpus, Reitoria e demais unidades que compõem o IFRR;
- V – as linhas e grupos de pesquisas e inovação tecnológica;
- VI – a projeção de servidores a serem capacitados no período de vigência do plano;
- VII – o direcionamento das áreas de relação direta para a qualificação;
- VIII – a apreciação das justificativas dos servidores para qualificação em áreas divergentes de sua formação inicial;
- IX – a ambientação de novos servidores que ingressarem na instituição;
- X – a formação continuada de gestores;
- XI – o desenvolvimento de ações institucionais para incentivar docentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação tecnológica e da gestão.

Para fins de levantamento das necessidades de capacitação e qualificação dos técnicos administrativos, em qualquer nível, serão levadas em consideração as áreas de conhecimento, conforme o Decreto nº 5.824/2006 e a Portaria MEC nº 09/2006.

5.7 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

O IFRR possui atualmente **215** técnicos-administrativos em seu quadro de servidores, composto conforme segue:

Quadro 78 - Quantitativo de técnicos-administrativos por Unidade

CARGO	QUANTITATIVO						
	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Zona Oeste	Bonfim	Reitoria	TOTAL
Técnicos-Administrativos em Educação	107	26	13	01	00	68	215

Fonte: DGP/SIAPE

Quadro 79 - Quantitativo de técnicos-administrativos por titulação

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO						
	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Zona Oeste	Bonfim	Reitoria	TOTAL
Ensino Fundamental Incompleto	02	01	01	00	00	00	04
Ensino Fundamental Completo	05	00	00	00	00	00	05
Ensino Médio	40	11	04	00	00	08	63
Graduação	23	08	03	00	00	19	53
Especialização	30	06	05	00	00	35	76
Mestrado	07	00	00	01	00	06	14
Doutorado	00	00	00	00	00	00	00
TOTAL	107	26	13	01	00	68	215

Fonte: DGP/SIAPE

A expansão do quadro de técnicos-administrativos foi definida pelo MEC/SETEC e ficou estruturada da seguinte forma:

Quadro 80 - Projeção de expansão do quadro técnico-administrativo

UNIDADE	MODELO			2013			2014			2015			2016			2017			2018			TOTAL		
	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E
Reitoria	0	50	50	07	34	27	01	15	17	00	01	03	00	00	03	00	00	00	00	00	00	0	50	50
Boa Vista	14	51	35	45	39	17	07	06	11	00	02	02	00	02	02	00	02	02	00	00	01	14	51	35
Novo Paraíso	11	26	23	05	08	01	04	19	12	02	00	03	00	00	03	00	00	03	00	00	02	11	26	23
Amajari	11	26	23	05	03	05	11	18	11	00	02	02	00	02	02	00	01	02	00	00	01	11	26	23
Zona Oeste	8	22	15	00	00	01	04	10	05	02	03	03	02	03	02	00	03	02	00	03	02	8	22	15
Bonfim	3	5	5	00	00	00	02	03	02	01	02	02	00	00	01	00	00	00	00	00	00	3	5	5
TOTAL	89	180	151	62	84	51	29	71	58	05	10	15	02	07	13	00	06	09	00	03	06	89	180	151

Fonte: DGP/SIAPE e MEC/SETEC

*O total de 2013 de Amajari e Novo Paraíso está considerando as saídas de servidores classificados em remoções. E o total de 2014 da Reitoria e Boa Vista está considerando as entradas decorrentes do concurso e das remoções.

** Para completar a expansão das unidades, além do recebimento de novos códigos de vaga, haverá remanejamento entre as unidades de modo a fazer a adequação ao modelo de cada unidade.

*** O modelo dos cargos de Classe “C” foi ajustado para 89, em razão do total já existente no quadro e dos cargos extintos.

**** A expansão do quadro técnico-administrativo está condicionada à atualização do Quadro de Referência e à distribuição dos códigos de vaga a serem realizadas pelo MEC/SETEC.

6. CORPO ESTUDANTIL

6.1 Políticas de Atendimento aos Estudantes

Os setores de atividade fim e meio do IFRR atuam de forma integrada para garantir acesso democrático e permanência com qualidade a todos os seus estudantes. Nesse sentido, adotam programas de apoio sempre baseados em indicadores que garantam a qualidade da formação.

A implantação da Monitoria no processo acadêmico do IFRR, além de cumprir as recomendações legais, terá como finalidade melhorar o rendimento acadêmico e diminuir índices de repetência e de evasão escolar.

As atividades de monitoria são regulamentadas pelo Conselho Superior e têm por finalidade:

I – Desenvolver, no estudante-monitor, o senso de responsabilidade, de cooperação, de satisfação em ampliar conhecimentos, de formação integral e preparação para o mundo do trabalho, em especial para a docência, nos casos dos estudantes das licenciaturas.

II – Estimular a participação do estudante-monitor no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica do IFRR.

III – Favorecer aos estudantes o desenvolvimento de atividades de reforço escolar com a finalidade de superar problemas de repetência escolar, evasão e falta de motivação.

IV – Criar condições para a iniciação da prática da docência, para os estudantes das licenciaturas, por meio de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias dessa atividade.

V – Propor formas de acompanhamento aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, a partir do compartilhamento de conhecimentos

possibilitado pela interação entre os estudantes.

VI – Valorizar e incentivar os estudantes que apresentam alto rendimento acadêmico, bem como os que se destacam em olimpíadas nacionais de conhecimento.

6.2 Formas de Acesso

O ingresso nos cursos superiores do IFRR far-se-á mediante a realização de:

- Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), uma das formas democráticas de acesso ao ensino superior e de inclusão social;
- Processo seletivo vestibular.

Para o ensino médio e técnico, o acesso ocorre por meio de exame classificatório realizado anualmente.

6.3 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

O IFRR atua dentro de uma política de atendimento integral ao seu corpo estudantil, o que inclui atenção prioritária às suas necessidades de atendimento pedagógico. Não se desenvolve um processo de aprendizagem, sem que o docente esteja atento às dificuldades e peculiaridades apresentadas pelos estudantes. Isso implica um compromisso de atenção cotidiana ao que se passa na sala de aula e em outros ambientes acadêmicos, tendo como base um clima de diálogo e a preocupação em desenvolver autonomia e autoconfiança nos estudantes, preparando-os para um mundo em constante mutação, que exige coragem para enfrentar problemas e para propor soluções criativas.

Nesse sentido, o IFRR desenvolverá os seguintes programas na vigência deste PDI:

- a) Programa de Assistência Estudantil em todos os câmpus, considerando as linhas de ações elencadas na Resolução nº066;

- b) Programa próprio de Moradia Estudantil nos câmpus agrícolas, sem excluir a possibilidade de viabilizar e garantir o auxílio-moradia aos câmpus não agrícolas;
- c) Programa próprio de Auxílio Financeiro para atender estudantes em atividades extracurriculares que envolvam participação e representação do IFRR em congressos nacionais/internacionais, seminários, eventos educacionais de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Programa próprio de Mobilidade Acadêmica em todos os câmpus para atender alunos, considerando sua habilidade técnica e desempenho acadêmico;
- e) Programa de Ação Solidária a fim de permitir a inserção dos estudantes em atividades extracurriculares, nas diversas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, com ações sociais e ambientais em prol da comunidade do entorno dos câmpus.

6.4 Atendimento à Saúde do Estudante

O IFRR oferecerá aos estudantes, de acordo com a disponibilidade no quadro de pessoal do cargo de profissional de saúde, em cada câmpus, os serviços de atendimento médico, de enfermagem, odontológico e psicológico-educacional.

6.5 Auxílio-Transporte

O IFRR manterá seu programa de auxílio-transporte com qualidade e regularidade, para atender os estudantes carentes, em consonância com a legislação em vigor.

6.6 Estímulo à Permanência

As ações de estímulo à permanência do estudante na instituição, com vistas a uma plena convivência acadêmica e à conclusão do curso, estão descritas a seguir:

- a) Intensificação do acompanhamento das atividades acadêmicas (orientação pedagógica, frequência e rendimento).

- b) Implantação de cursos de nivelamento para os estudantes.
- c) Implementação de programas de esporte, artes, lazer e culturais.
- d) Reestruturação dos programas de bolsas de estudo, monitorias, estágios e iniciação científica.
- e) Recuperação de possíveis deficiências constatadas nos currículos e nas práticas pedagógicas dos docentes, tendo em vista o alcance de um padrão de excelência na formação acadêmica.
- f) Implantação de mecanismos para o envolvimento dos estudantes em atividades laboratoriais, de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade.
- g) Implementação de cursos de extensão.
- h) Implementação do programa de combate à repetência, evasão e retenção de estudantes, em módulos e disciplinas.
- i) Melhoria do acervo nos câmpus do IFRR.
- j) Melhoria da internet, oferta da rede sem fio e aumento do número de computadores para atendimento aos estudantes.

6.7 Organização Estudantil

O IFRR tem como premissa o exercício da prática democrática. Assim, tem sido boa a convivência institucional com as entidades de representação estudantil (Grêmios Estudantil e Diretório Acadêmico). Os estudantes têm representatividade no Conselho Superior e, quando da realização dos procedimentos de avaliação institucional e encontros pedagógicos, eles têm garantia de participação.

O IFRR fomentará a auto-organização e a estratégia para os movimentos estudantis, representados pelo Grêmios; para os estudantes do ensino médio,

representados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE); e para os estudantes dos cursos superiores, representados pelos Centros Acadêmicos (CAs). Para tanto, o IFRR disponibilizará condições de infraestrutura e de equipamentos e acesso aos ambientes de aprendizagem, para potencializar, sem obstáculos, as lutas e conquistas oriundas da livre organização dos estudantes.

O processo formativo institucional compreende também o desenvolvimento de competências políticas e de formação de lideranças, ao lado das demais capacidades já abordadas. A vivência plural, respeitosa e ética, o debate das ideias, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a instigação ao pensamento próprio e a liberdade à organização da representatividade estudantil serão incentivados, por meio da criação de Centros Acadêmicos e Diretório Acadêmico.

É importante ressaltar que, além desses espaços, o corpo estudantil tem assento nos órgãos colegiados institucionais, por meio de representantes eleitos.

Assim sendo, os Centros Acadêmicos e o Diretório Acadêmico têm por finalidade:

- a) promover a integração da comunidade acadêmica;
- b) colaborar para a consecução dos objetivos institucionais;
- c) defender interesses dos estudantes;

d) preservar e zelar pelo desenvolvimento de suas atividades em harmonia com os objetivos traçados pelo IFRR.

Os meios necessários para a manutenção das representações estudantes são aprovados pelo Conselho Superior. A instituição disponibiliza instalações físicas e equipamentos para o funcionamento dos Centros Acadêmicos (CAs) e do Diretório Acadêmico (DA).

6.8 Acompanhamento dos Egressos

O IFRR tem como meta desenvolver um sistema de acompanhamento de egressos por meio da interlocução com os setores responsáveis pelas relações interinstitucionais e visa aos seguintes objetivos:

a) cadastrar os egressos do IFRR de modo a mantê-los informados sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela instituição por meio do portal dos egressos;

b) promover encontros periódicos para a avaliação e a adequação dos currículos dos cursos, por intermédio das instituições e organizações sociais, especialmente dos ex-estudantes;

c) possibilitar as condições de avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho;

d) ter indicadores para a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela instituição no processo de ensino-aprendizagem;

e) disponibilizar aos formados as oportunidades de emprego encaminhadas à instituição por empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal;

f) promover atividades festivas, artísticas, culturais e esportivas que visem à integração dos egressos com a comunidade interna;

g) promover o intercâmbio entre ex-estudantes;

h) identificar nas empresas e organizações os seus critérios de seleção e contratação;

i) incentivar a leitura de bibliografia especializada disponível nas bibliotecas.

A instituição pretende identificar, por meio do portal de egressos, suas dificuldades e coletar informações do mundo do trabalho, tendo em vista formar

profissionais cada vez mais capacitados para interpretar e atuar com competência na realidade produtiva.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O IFRR tem sua estrutura organizacional definida nos termos da Lei nº 11.892/08, em Estatuto próprio e em Regimento Geral, compreendendo os seguintes órgãos:

I. Órgão colegiado de caráter deliberativo:

- a) Conselho Superior

II. Órgãos executivos:

2.1. Reitoria:

- a) Gabinete
- b) Pró-Reitorias:
 - i) Pró-Reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-Reitoria de Extensão;
 - iii) Pró-Reitoria de Pesquisa Pós Graduação e Inovação;
 - iv) Pró-Reitoria de Administração;
 - v) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
- c) Diretorias Sistêmicas:
 - i) Diretoria de Gestão de Pessoas;
 - ii) Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil.

2.2. Unidades de ensino, pesquisa e extensão:

- a) Câmpus Boa Vista;
- b) Câmpus Novo Paraíso;
- c) Câmpus Amajari;
- d) Câmpus Zona Oeste.

III. Órgãos colegiados de caráter consultivo:

- a) Colégio de Dirigentes;
- b) Conselho Comunitário Escolar de Câmpus.

IV. Órgãos de controle:

- a) Auditoria Interna;
- b) Procuradoria Jurídica;
- c) Comissão de Ética.

V. Órgãos de assessoramento:

- a) Assessoria Executiva;
- b) Assessoria Jurídica;
- c) Assessoria de Relações Internacionais;
- d) Assessoria de Políticas Inclusivas;

- e) Assessoria de Mobilidade e Frota;
- f) Ouvidoria.

VI. **Comissões permanentes:**

- a) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- b) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Salários dos Técnicos-Administrativos em Educação (CISPCCTAE);
- c) Comissão Própria de Avaliação;
- d) Comissão Permanente de Licitação.

VII. **Comissões especiais e temporárias:**

- a) Comissão de Processo Seletivo;
- b) Comissão de Concurso Público;
- c) Comissão de Sindicância;
- d) Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
- e) Outras comissões criadas no interesse da gestão.

7.1 Organograma Institucional

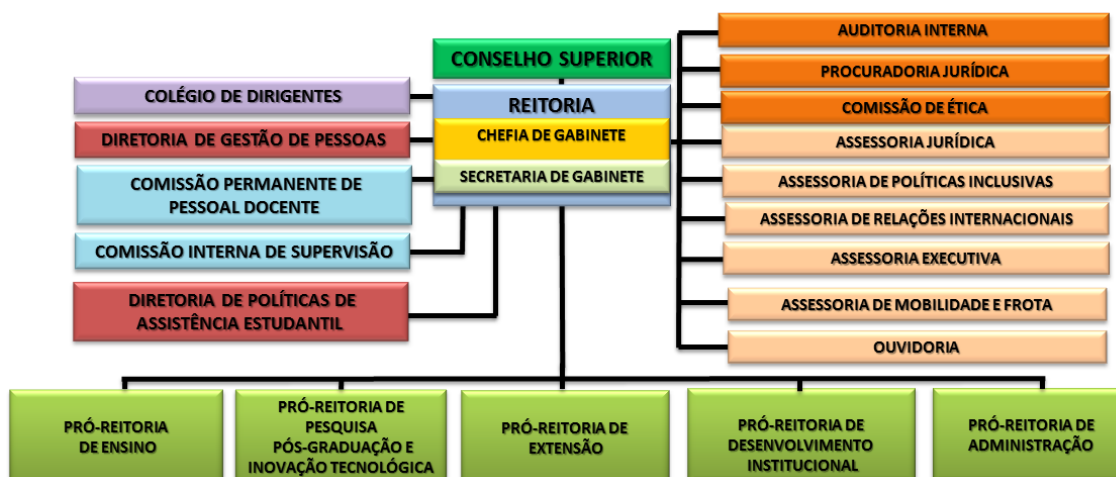
O Organograma Institucional do IFRR, com base na estrutura de cargos do Ministério da Educação, foi estabelecido a partir das necessidades da instituição, visando ao melhor funcionamento para cumprir com sua missão, visão, valores e objetivos.

7.1.1 Reitoria

A **Reitoria** é o órgão executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da autarquia. Ao reitor compete representar o IFRR, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da instituição. O **Gabinete**, dirigido por um chefe nomeado pelo reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

A Reitoria possui a seguinte estrutura:

Figura 6 - Organograma da Reitoria



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

O **Conselho Superior**, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão de deliberação máxima do IFRR, com estrutura, atribuições e funcionamento definidos na Lei nº 11.892/08, no Estatuto do IFRR e em Regimento Interno próprio.

O Conselho Superior é composto pelo reitor, que o preside; pelos representantes dos servidores docentes, técnico-administrativos e corpo estudantil; dos egressos, da sociedade civil e do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e pelos diretores-gerais dos câmpus.

Conforme definido no Estatuto do IFRR, compete ao Conselho: aprovar as

diretrizes para a atuação do IFRR e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do reitor do IFRR e dos diretores-gerais dos câmpus, em consonância com o estabelecido nos Artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; entre outros.

O **Colégio de Dirigentes**, de caráter consultivo, é composto pelo reitor, que o preside, pró-reitores e diretores-gerais das Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Conforme definido no Estatuto, o órgão possui competência para apreciar e emitir parecer sobre a distribuição interna de recursos; apreciar e emitir parecer sobre normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; apresentar à Reitoria proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRR; aprovar, por delegação do Conselho Superior, o calendário de referência anual; apreciar e emitir parecer sobre normas de aperfeiçoamento da gestão; e apreciar e emitir parecer sobre outros assuntos de interesse da administração do IFRR a ele submetidos.

A **Diretoria de Gestão de Pessoas** é o órgão seccional do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, subordinado ao reitor, responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de gestão de pessoas do IFRR. Possui a seguinte estrutura:

- Coordenação de Desenvolvimento do Servidor – compete-lhe manter atualizado o quadro demonstrativo da formação profissional dos servidores; elaborar e executar planos de capacitação destinados aos servidores da Reitoria; acompanhar a execução dos planos de capacitação nos câmpus; entre outras funções.
- Coordenação de Seguridade Social e Benefícios – possui a função de analisar e encaminhar para pagamento a concessão de auxílios natalidade e pré-escolar; analisar e encaminhar para pagamento a concessão de licença à gestante e adotante, adicionais de insalubridade e periculosidade; extrair e enviar para a operadora do plano de saúde a fita

espelho do SIAPE para desconto em contracheque da mensalidade do plano; entre outras.

- Coordenação de Qualidade de Vida do Servidor – compete-lhe realizar programas e projetos que promovam a qualidade de vida e bem-estar dos servidores do IFRR em seu ambiente de trabalho, enfocando as dimensões física, psicológica e social; programas e projetos que promovam a saúde, controlem os riscos ambientais e atendam às necessidades físicas, bem como desenvolvam a autoestima e as capacidades pessoais e profissionais; entre outros.
- Coordenação de Cadastro – compete-lhe coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas a cadastro, aposentadoria e pensão; cadastrar novos servidores no sistema SIAPE; manter atualizados registros cadastrais e de pessoal; entre outras atribuições.
- Coordenação de Pagamento – compete-lhe coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas a pagamento, aposentadoria e pensão; manter atualizados registros financeiros de pessoal; executar, no sistema SIAPE, as ocorrências das frequências, progressões funcionais, concessão de auxílios, incentivos e adicionais; entre outros serviços.

Figura 7 - Organograma da Diretoria de Gestão de Pessoas



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

A **Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)** e a **Comissão Interna de Supervisão (CIS) do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE)** são órgãos de assessoramento da Reitoria vinculados à Diretoria de Gestão de Pessoas e terão sua composição e funcionamento definidos em Regimento Interno, elaborado por seus pares e aprovado pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições legais, o Estatuto do IFRR e o Regimento Geral.

Os órgãos de controle interno, dirigidos por diretores nomeados pelo reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação. São eles:

I – **Auditoria Interna** – é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRR e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

II – A **Procuradoria Federal** – é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; pela apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

A **Ouvidoria** é um órgão de assessoramento da Reitoria responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações da comunidade interna ou externa.

A **Assessoria Executiva** é vinculada ao Gabinete da Reitoria, e compete a ela assessorar o reitor nos assuntos de interesse da gestão institucional, em colaboração com as pró-reitorias e demais órgãos de assessoramento.

A **Assessoria de Políticas Inclusivas**, vinculada ao Gabinete da Reitoria, é composta por um por um assessor(a) de Políticas Inclusivas e uma equipe permanente constituída de profissionais com perfis voltados para as diferentes áreas de inclusão de PNEEs. Em relação ao campo de atuação, abrange políticas inclusivas e o atendimento aos PNEEs, bem como a pessoas com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais de desenvolvimento; políticas étnico-racial; políticas de direitos humanos para inclusão de jovens e adultos; políticas de gênero e diferença sexual e políticas inclusivas para educação no campo, educação ambiental, educação para a pesca, educação de apenados, educação de idosos e outras situações correlatas.

A **Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER)**, vinculada ao Gabinete da Reitoria, é o órgão de assessoramento responsável pela definição, planejamento, execução, acompanhamento, registro e avaliação das ações de mobilidade acadêmica e estudantil do IFRR no âmbito internacional.

A **Assessoria de Mobilidade e Frota**, vinculada ao Gabinete da Reitoria, é o órgão central do IFRR responsável pela gestão, manutenção, conservação e controle de uso da frota de veículos oficiais do IFRR.

As **Pró-Reitorias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima**, dirigidas por pró-reitores nomeados pelo reitor, são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades do IFRR. São cinco: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional; Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica e Pró-Reitoria de Administração.

7.1.1.1 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

A **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional** é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as pró-reitorias e os câmpus. Possui a seguinte estrutura:

- Comissão Própria de Avaliação – é composta por representante dos docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos e organização civil organizada. Tem como atribuições planejar, desenvolver, coordenar e supervisionar a execução da política da Avaliação Institucional; promover e apoiar os processos de avaliação internos, entre outras.

- Coordenação de Informações Institucionais – tem como atribuições auxiliar o reitor e os pró-reitores com informações institucionais; inserir os atos constitutivos da instituição; manter atualizado o cadastro dos coordenadores de curso, como também abrir e acompanhar os processos de atualização do Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI), Regimento e Estatuto, no MEC, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.773/2005, entre outras.

- Diretoria de Tecnologia da Informação – é o órgão responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de Tecnologia da Informação do IFRR. Fazem parte de sua estrutura as Coordenações de Suporte e Administração de Redes e Manutenção e Desenvolvimento de Programas, bem como o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e o Comitê de Segurança da Informação.

- Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – possui como atribuições coordenar o processo de planejamento institucional em articulação com as pró-reitorias e as direções-gerais dos câmpus, acompanhando a sua execução; elaborar, juntamente com a Pró-Reitoria de Administração, a proposta orçamentária do instituto, em articulação com as Pró-Reitorias e as Direções-Gerais dos Câmpus, acompanhando a sua execução; entre outras. Em sua estrutura, estão as Coordenações de Observatório do Mundo do Trabalho, para subsidiar as ações do IFRR com dados e informações socioeconômicas, e a Coordenação de Planejamento, criada a fim de assessorar e apoiar as atividades do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, consolidar relatórios, entre outras.

- Coordenação de Comunicação Social – é responsável pela definição, planejamento execução, acompanhamento, registro e avaliação dos processos relacionados às políticas de comunicação do IFRR.

- Coordenação de Marketing – é responsável pela definição, planejamento, execução, acompanhamento, registro e avaliação dos processos relacionados às políticas de *marketing* do IFRR.

Figura 8 - Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN)



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

7.1.1.2 Pró-Reitoria de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão. Possui a seguinte estrutura:

- Núcleo Pedagógico – responsável por fomentar, acompanhar e avaliar a execução de procedimentos didático-pedagógicos, visando à melhoria do ensino ofertado no IFRR, sendo constituído por profissionais da Pedagogia.
- Núcleo de Programas e Projetos de Ensino – responsável por acompanhar o planejamento, coordenar e avaliar a execução de programas e projetos especiais de ensino.
- Diretoria de Políticas de Educação a Distância, com os seguintes núcleos:
 - i) Núcleo de Produção de Material Didático – sua atribuição é definir, analisar e acompanhar o desenvolvimento de materiais didáticos adequados à oferta de cursos de educação a distância em consonância com a legislação educacional vigente, entre outras;

ii) Núcleo Administrativo e Financeiro – tem a função de gerenciar financeiramente a distribuição de material de apoio, mobiliários e equipamentos aos setores envolvidos na execução das políticas de EaD, entre outras;

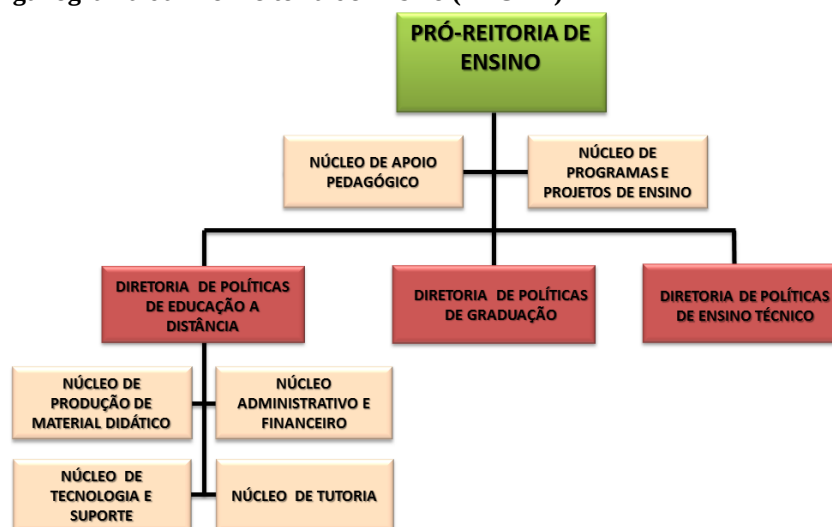
iii) Núcleo de Tecnologia e Suporte – foi criado para manter atualizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem e rede de dados, além de cumprir outros objetivos;

iv) Núcleo de Tutoria – é destinado a promover e acompanhar o recrutamento, seleção e formação continuada do corpo de tutores, além de executar outras atividades.

➤ Diretoria de Políticas de Graduação – é o órgão responsável por planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução de atividades do ensino de graduação.

➤ Diretoria de Políticas de Ensino Técnico – tem a responsabilidade de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução de atividades do ensino técnico.

Figura 9 - Organograma da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

7.1.1.3 Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPESQ) é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as

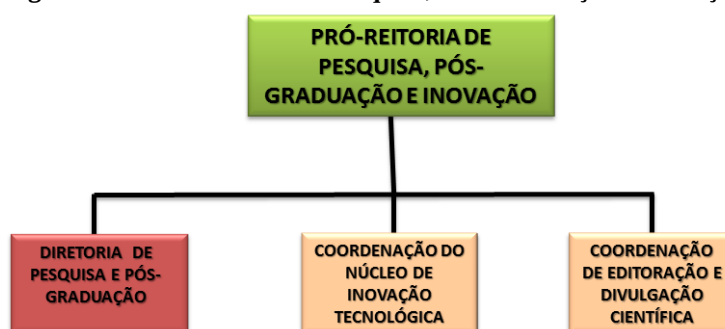
atividades e políticas de pesquisa integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica. Possui a seguinte estrutura:

- Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – compete-lhe assessorar o pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pesquisa e pós-graduação; executar as políticas de pesquisa e pós-graduação definidas pela Pró-Reitoria e pelo CONSUP; prestar apoio e orientação às Unidades de Ensino no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*; organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, entre outras atribuições.

- Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica – compete-lhe zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovações e outras formas de tecnologia; avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei nº 10.973/2004; avaliar a solicitação do inventor independente para adoção de invenção na forma do Art. 22 da Lei nº 10.973/2004 e do Artigo 23 do Decreto nº 5.563/2005; orientar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas no IFRR passíveis de proteção intelectual, entre outras funções.

- Coordenação de Editoração e Divulgação Científica – compete-lhe planejar e organizar os mecanismos e canais adequados para a divulgação científica do IFRR; sistematizar e garantir a execução das atividades de produção e divulgação científica do IFRR, entre outras funções.

Figura 10 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - (PROPESQ)



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

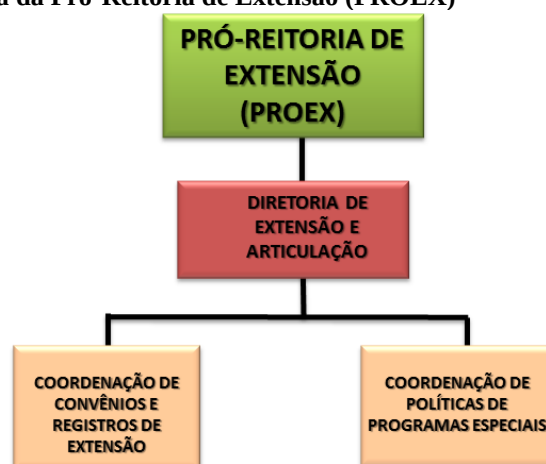
7.1.1.4 Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão, relações com a sociedade e interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa. Possui a seguinte estrutura:

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – foi criado pelo governo federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- Diretoria de Extensão e Articulação – compete-lhe definir as políticas de elaboração e gestão de projetos de extensão no IFRR; colaborar na viabilização, elaboração e gestão de projetos de extensão do IFRR, com foco na efetividade e eficiência, tanto na Reitoria quanto nos câmpus; promover a sistematização e o aperfeiçoamento contínuo dos processos inerentes a projetos de extensão, entre outras funções.
- Coordenação de Convênios e Registros de Extensão – possui como atribuição coordenar, articular e orientar os câmpus com relação à elaboração e monitoramento de termo de celebração de convênios, parcerias, termos de cooperação, acordos, adesão, concessão de estágios; analisar os projetos enviados para registro; formalizar o registro das ações de extensão, bem como orientar quanto aos procedimentos no desenvolvimento das atividades relacionadas à extensão dentro dos câmpus.
- Coordenação das Políticas de Programas Especiais – compete-lhe fomentar e acompanhar as políticas que deem oportunidade de acesso a programas especiais, estabelecendo mecanismos de inclusão pertinentes aos diversos cursos, ações e atividades do IFRR; apoiar e acompanhar o desenvolvimento da elaboração de projetos, Planos de Trabalho ou Termos de Cooperação Técnica; articular com os órgãos competentes, via Câmpus, políticas que atendam às necessidades da sociedade de forma a contribuir com o social; entre outras funções.

- Coordenação do Programa Mulheres Mil – tem a função de orientar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos projetos dos câmpus; articular, com as pró-reitorias e com as parcerias externas e internas, ações que contribuam para a viabilização da execução dos projetos nos câmpus com vistas à otimização das relações adquiridas, entre outras atribuições.

Figura 11 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

7.1.1.5 Pró-Reitoria de Administração

A Pró-Reitoria de Administração é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Possui a seguinte estrutura:

- Diretoria de Administração – é responsável pelas atividades relacionadas à administração, à supervisão, à execução e à avaliação da política de administração do IFRR.
- Comissão Permanente de Licitação – compete-lhe receber o projeto básico/termo de referência, devidamente autorizado pela autoridade superior, escolhendo a modalidade a ser adotada, em conformidade com os critérios previstos na Lei nº 8.666/93; elaborar os editais, cartas-convite e manifestações nos casos de

dispensa e inexigibilidade de licitação, em conformidade com o pedido formulado pela unidade interessada na aquisição do bem ou serviço ou obra, utilizando, quando necessário, o assessoramento técnico exigível; e encaminhar o processo às áreas competentes para elaboração da minuta do contrato e parecer jurídico, entre outras atribuições.

➤ Coordenação de Compras – sua atribuição é coordenar e acompanhar a execução dos processos licitatórios; elaborar normas e procedimentos com objetivo de uniformizar e organizar os processos de compras; e coordenar os lançamentos no SIASG por meio do cronograma físico-financeiro dos contratos relativos aos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, entre outras funções.

➤ Coordenação de Almojarifado e Patrimônio – tem a função de examinar, conferir e receber o material adquirido de acordo com as notas de empenho, podendo, quando for o caso, solicitar o exame dos setores técnicos requisitantes ou especializados; conferir os documentos de entrada de material, e liberar as notas fiscais para pagamento; atender às requisições de materiais dos setores da Reitoria do IFRR; controlar e manter os registros de entrada e saída dos materiais sob sua guarda; entre outras atribuições.

➤ Coordenação de Pesquisa de Preços – compete-lhe realizar, no âmbito do IFRR, pesquisa de preços de mercado, a fim de subsidiar os procedimentos licitatórios; buscar alternativas para obter a comprovação de que o preço está em conformidade com os praticados no mercado, em situações em que não há como realizar 3 (três) orçamentos na pesquisa de mercado, como é o caso do Artigo 25, inciso I, da Lei de Licitações, que trata do fornecedor exclusivo; elaborar mapa comparativo de preços, a fim de subsidiar a alocação de recursos; e controlar o cadastro de preços mantidos pelo poder público, entre outras funções.

➤ Coordenação de Protocolo – tem a função de receber os documentos encaminhados ao seu setor; encaminhar os documentos de âmbito externo à unidade; fazer a triagem dos documentos recebidos e verificar se o destinatário pertence àquela unidade; em caso negativo, devolver ao remetente, apondo o carimbo no envelope e identificando o motivo da devolução; entre outras funções.

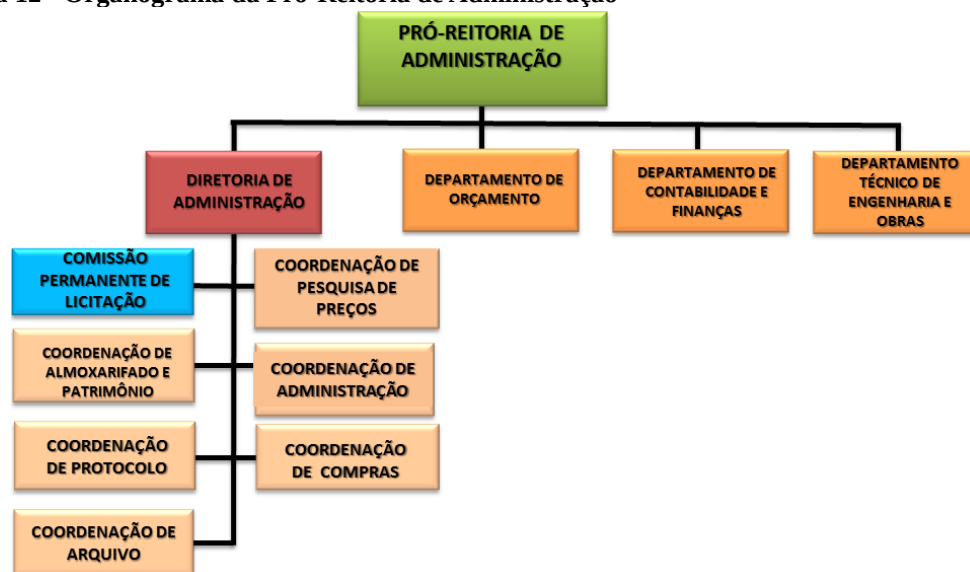
- Coordenação de Arquivo – compete-lhe organizar e modernizar o arquivo temporário da unidade, quando não houver o setor específico, controlando a produção, trato, prazos de guarda e formas de armazenamento da massa documental, por meio da aplicação da legislação vigente, entre outras.

- Departamento de Orçamento – tem a função de alocar e acompanhar as despesas nos processos administrativos da Reitoria e de seus câmpus, conforme determinação legal; efetuar os destaques e provisões para os câmpus e outros órgãos; elaborar relatórios orçamentários para fins de tomada de decisões administrativas; assessorar a Pró-Reitoria de Administração na elaboração da proposta orçamentária e da prestação de contas; assessorar, analisar e emitir parecer sobre as solicitações de auditoria, recomendações e determinações aos órgãos de controle interno e externo; entre outras.

- Departamento de Contabilidade e Finanças – compete-lhe acompanhar e controlar as cauções; analisar as despesas de exercícios anteriores confrontando com os restos a pagar, observando balancetes mensais, balanços patrimoniais, orçamentários, financeiros e demonstrativos das necessidades de reconhecimento de dívidas; analisar variações patrimoniais, os processos de despesas e proceder à emissão de notas de empenhos, ordens bancárias e outros documentos correlatos; coordenar e executar as atividades da área de contabilidade e finanças, visando atender os objetivos da instituição e ao público em geral; entre outras.

- Departamento Técnico de Obras – compete-lhe acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços no âmbito do IFRR; informar à autoridade competente da administração o descumprimento de prazo da realização dos serviços ou etapas de serviços, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão da administração quanto ao descumprimento contratual, inclusive a agilização de penalidades vinculadas às obrigações da contratada; antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual; entre outras.

Figura 12 - Organograma da Pró-Reitoria de Administração

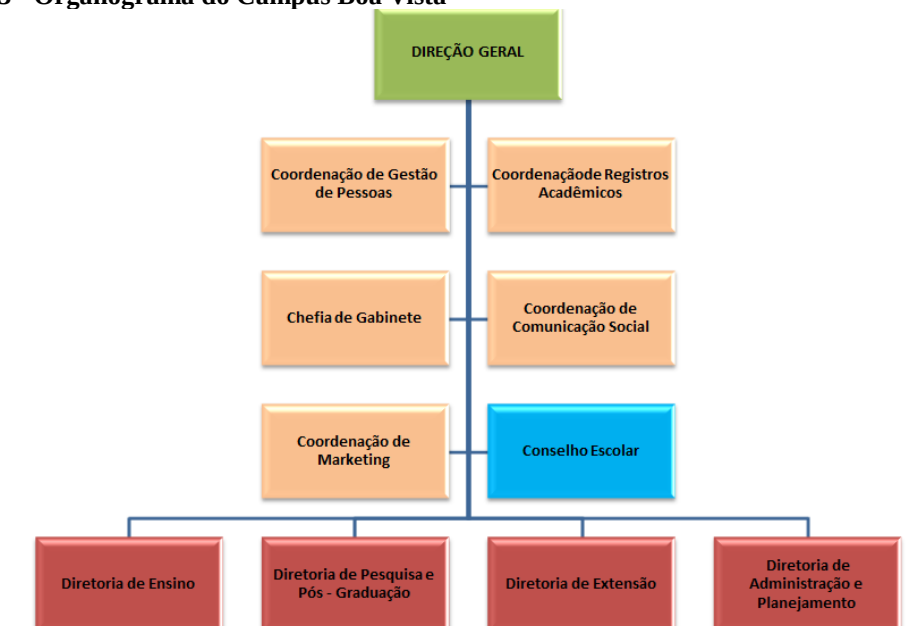


Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

7.1.2 Câmpus Boa Vista

O Câmpus Boa Vista, com capacidade instalada para receber até 3.200 estudantes presenciais, tem sua estrutura de cargos e funções definida pelo MEC/SETEC, conforme padrão estabelecido para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Possui a seguinte estrutura: Direção-Geral – Chefia de Gabinete; Coordenação de Gestão de Pessoas; Coordenação de Registros Acadêmicos; Coordenação de Comunicação Social; Coordenação de Marketing e Conselho Escolar; Diretoria de Ensino; Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Diretoria de Extensão; Diretoria de Administração e Planejamento; bem como coordenações ligadas aos departamentos, conforme organograma abaixo:

Figura 13 - Organograma do Câmpus Boa Vista



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

7.1.3 Câmpus Novo Paraíso

O Câmpus Novo Paraíso, com capacidade instalada para receber até 1.200 estudantes presenciais, tem sua estrutura de cargos e funções definida pelo MEC/SETEC, conforme padrão estabelecido para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Possui a seguinte estrutura: Direção-Geral: Coordenações e Chefia de Gabinete; Coordenação de Comunicação Social; Coordenação de Gestão de Pessoas; Coordenação de Registros Escolares; Conselho Escolar; Departamento de Ensino; Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; Coordenação de Extensão; Departamento Técnico; Departamento de Administração e Planejamento; bem como coordenações ligadas aos departamentos, conforme organograma abaixo:

Figura 14 - Organograma do Câmpus Novo Paraíso



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

7.1.4 Câmpus Amajari

O Câmpus Amajari, com capacidade instalada para receber até 1.200 estudantes presenciais, tem sua estrutura de cargos e funções definida pelo MEC/SETEC, conforme padrão estabelecido para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Possui a seguinte estrutura: Direção-Geral: Coordenações e Chefia de Gabinete; Coordenação de Comunicação Social; Coordenação de Gestão de Pessoas; Coordenação de Registros Escolares; Conselho Escolar; Departamento de Ensino; Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; Coordenação de Extensão; Departamento de Administração e Planejamento; bem como coordenações ligadas aos departamentos, conforme organograma abaixo:

Figura 15 - Organograma do Câmpus Amajari



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2013.

7.1.5 Câmpus Zona Oeste

O Câmpus Zona Oeste, localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, com capacidade instalada para receber até 1.200 estudantes presenciais, tem sua estrutura de cargos e funções definida pelo MEC/SETEC, conforme padrão estabelecido para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Possuirá estrutura administrativa similar à dos Câmpus Amajari e Novo Paraíso.

8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 Estrutura e Composição das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs)

A Comissão Própria de Avaliação no IFRR será estruturada com uma Comissão Central, constituída pelos presidentes das CPAs Setoriais, definidas em cada câmpus; e representantes das pró-reitorias e da comunidade externa. Terá como competências: o acompanhamento e elaboração dos instrumentos de autoavaliação a serem aplicados em cada câmpus; o assessoramento às CPAs de cada câmpus na realização da avaliação interna; sistematização da avaliação do IFRR, a partir dos resultados das CPAs setoriais; divulgação dos resultados, articulação com o INEP, além do envio do Relatório Final de Avaliação Institucional, conforme preconiza a Resolução CONAES nº 01/2005.

Cada câmpus terá uma Comissão Própria de Avaliação Setorial, que será responsável pela condução do processo de avaliação e elaboração de relatório final com os resultados que serão encaminhados à CPA Central.

As CPAs Setoriais serão instituídas pelo diretor-geral de cada câmpus, tendo assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade interna, a serem escolhidos por seus pares, sendo composta pelos seguintes representantes:

I – Mínimo de 02 docentes e máximo de 03, com suplentes eleitos pelos pares e sem função de gestão;

II – Mínimo de 02 representantes do corpo técnico-administrativo e máximo de 03, com suplentes eleitos pelos pares e sem função de gestão;

III – Mínimo de 02 estudantes e máximo de 03, com suplentes eleitos pelos pares;

IV – Mínimo de 01 representante da Diretoria de Ensino e máximo de 02, com suplente(s) eleito(s) pelos pares e sem função de gestão;

V – Mínimo de 01 representante da comunidade externa e máximo de 02, com suplente(s) indicado(s) pelas instituições parceiras;

VI - Mínimo de 01 representante da Diretoria de Administração e Planejamento e máximo de 02, com suplente(s) eleito(s) pelos pares e sem função de gestão.

8.2 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Autoavaliação

A metodologia da autoavaliação no IFRR baseia-se em dois princípios norteadores: o da globalidade, que envolve todas as dimensões da instituição, e o da legitimidade, que significa o reconhecimento da importância da realização dessa avaliação por parte da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, o processo avaliativo deverá considerar as avaliações no âmbito da Reitoria, pró-reitorias e câmpus, realizadas nos respectivos encontros e reuniões, possibilitando que a comunidade escolar participe, por meio da socialização da realidade, do conhecimento e análise da instituição em sua globalidade, propondo medidas para seu aperfeiçoamento, tendo em vista a melhoria da instituição como um todo.

Como forma de validação da autoavaliação, serão utilizadas as seguintes dimensões definidas pelo SINAES:

- Dimensão 1 – A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
- Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição;
- Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade;
- Dimensão 5 – As políticas de pessoal;
- Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição;

- Dimensão 7 – Infraestrutura física, biblioteca e recursos de informação;
- Dimensão 8 – Planejamento e avaliação;
- Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes;
- Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira.

O instrumento a ser aplicado é elaborado por meio de discussões realizadas no âmbito da CPA Central. Na atualidade, propõe-se a seguinte escala de avaliação para todas as dimensões a serem avaliadas:

- Não é atendido;
- Atendido em até 25%;
- Atendido em até 50%;
- Atendido em até 75%;
- Atendido em 100%;
- Não se aplica.

A metodologia adotada na autoavaliação do IFRR, conforme preconiza o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES), busca atingir todos os segmentos de forma global e integrada, caracterizando-se ainda como um processo de apreensão do conhecimento, diálogo entre saberes e atores e de intervenção na realidade. É composta por docentes, pessoal técnico-administrativo, estudantes e representantes da sociedade civil organizada, tendo como função a autoavaliação institucional nos seus aspectos de estrutura física, estrutura gerencial, corpo docente, corpo estudantil e currículo.

A avaliação institucional consiste na avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e está a cargo das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) a serem constituídas em cada câmpus, em que os presidentes das CPAs Setoriais dos câmpus farão parte da composição da Comissão Central do IFRR, que será constituída mediante portaria expedida pela Reitoria.

As CPAs constituídas em cada câmpus deverão realizar o processo interno e, após a consolidação dos resultados, encaminhá-los à Comissão Central, que será constituída pelos presidentes de cada CPA, de cada câmpus; e pelos representantes das pró-reitorias e da comunidade externa.

8.3 Formas de Participação da Comunidade Acadêmica, Técnica e Administrativa, Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com a proposta de ser o mais transparente possível, além de considerar as análises desenvolvidas pelos diversos setores, para o cumprimento da autoavaliação institucional, serão aplicados questionários *on-line*, visando verificar as percepções de professores, estudantes, técnicos-administrativos e gestores, os quais, ao emitirem julgamento sobre a prática da instituição, devem estar se autoavaliando. Além disso, a proposta possibilita a participação da comunidade externa no processo de avaliação.

O questionário contempla as dez dimensões estabelecidas pelo SINAES, para cuja aplicação estão previstas as seguintes etapas:

- Sensibilização, preparação e divulgação;
- Desenvolvimento;
- Autoavaliação;
- Consolidação do relatório global de autoavaliação.

O IFRR, preocupado em garantir que as atividades de autoavaliação possam

retratar realmente o status em que se encontra, adota o critério de escolha dos membros da CPA, a partir do interesse espontâneo dos servidores e estudantes em querer coordenar o processo da autoavaliação, submetendo, em assembleia geral dos servidores e entre representantes dos estudantes, o *referendum* da escolha dos membros da comissão, para posteriormente baixar portaria de nomeação.

No caso de representantes da comunidade externa, eles serão indicados pelas respectivas instituições parceiras.

8.4 - Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Por compreender que o conhecimento da realidade é dinâmico, os resultados alcançados, após análise e publicização, são encaminhados a todas as instâncias do IFRR para ser utilizados na elaboração dos planos de trabalho com a finalidade de fortalecer e implementar o que está sendo visto como bom para a instituição. E, nos casos que requerem intervenção, que a busca de soluções seja feita de forma coletiva.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA

9.1 Infraestrutura Acadêmica Atual

9.1.1 Acervo Bibliográfico

CÂMPUS \ ÁREA CNPQ	Boa Vista		Novo Paraíso		Amajari	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas	1220	3660	-	-	55	201
Ciências Biológicas	560	2800	-	-	21	58
Engenharias	420	1260	-	-	4	11
Ciências de Saúde	830	3320	-	-	31	80
Ciências Sociais Aplicadas	1440	4320	-	-	111	193
Ciências Humanas	1320	3960	-	-	199	642
Linguística, Letras e Artes	2260	4520	-	-	172	439
Ciências Agrárias	120	360	-	-	115	377
Outros	340	1020	-	-	7	19
Total	8510	25220	-	-	715	2020

9.1.2 Câmpus Amajari

Quantidade	Instalação
01	Biblioteca
01	Laboratório de Biologia
02	Laboratórios de Informática

9.1.3 Câmpus Boa Vista

Quantidade	Instalação
01	Biblioteca

ENSINO SUPERIOR	
Quantidade	Instalação
01	Laboratório de Georreferenciamento
01	Laboratório de Desenvolvimento de Sistemas
01	Laboratório de Redes
01	Laboratório de Hardware/Sistemas Distribuídos
01	Laboratório de Línguas

ENSINO TÉCNICO	
Quantidade	Instalação
01	Central de Esterlização
02	Laboratório de Análises Clínicas
01	Laboratório de Anatomia
01	Laboratório de Bacteriologia
01	Laboratório de Bioquímica
01	Laboratório de Hematologia
01	Laboratório de Meio de Cultura
01	Laboratório de Parasitologia/Uroanálise
01	Laboratório de Procedimentos Básicos
01	Laboratório de Procedimentos Complexos
01	Laboratório de Saúde Coletiva
01	Laboratório de UTI

9.1.4 Câmpus Novo Paraíso

Quantidade	Instalação
01	Biblioteca
01	Laboratório de Agroindústria
01	Laboratório de Biologia/Química
01	Laboratório de Informática
01	Laboratório de Sementes
01	Laboratório de Solos

9.2 Plano Diretor de Obras 2014-2018

REITORIA			
Item	Objeto	Valor Total	Previsão de execução
1	Retomada da construção do prédio da Reitoria	R\$6.060.000,00	2014/2015
CÂMPUS BOA VISTA			
Item	Objeto	Valor Total	Previsão de execução
1	Retomada da construção do prédio do ensino superior	R\$6.060.000,00	2014/2015
2	Construção de uma nova subestação	Projeto em elaboração	2014
3	Construção do Restaurante	R\$1.423.572,77	2015
4	Reforma da Biblioteca	R\$1.991.884,22	2015
5	Construção do Núcleo de Inclusão Social	R\$2.156.040,28	2016
6	Reforma do Almoxarifado e Patrimônio	R\$1.102.878,59	2016
7	Construção do Centro de Convivência	Projeto em elaboração	2016
8	Reforma do Bloco dos Laboratórios do DEINF	R\$1.061.799,60	2017
9	Construção do Bloco II do Ensino Superior	Projeto em elaboração	2017
10	Reforma da pista de atletismo e campo de futebol	Projeto em elaboração	2017
11	Construção do prédio da Coordenação de Manutenção e Transporte	Projeto em elaboração	2017
12	Reforma do Auditório	R\$2.137.949,92	2018
13	Reforma do Ginásio Pedagógico e Poliesportivo	R\$931.166,93	2018
14	Ampliação do estacionamento e áreas de acesso	R\$928.170,13	2018
15	Reforma de ambiente para o Certifiq	Projeto em elaboração	2018
16	Construção do Centro de Pesquisa	Projeto em elaboração	2018

17	Construção da cobertura da piscina	Projeto em elaboração	2018
18	Reforma e ampliação do Complexo de Artes	Projeto em elaboração	2018
CÂMPUS NOVO PARAÍSO			
Item	Objeto	Valor Total	Previsão de execução
1	Construção de um galpão de máquinas	R\$4.989.058,10	2014/2015
2	Construção da rede de cabeamento estruturado e monitoramento eletrônico	R\$5.231,89	2014
3	Construção do acesso principal, estacionamento e pavimentação	R\$2.450.000,00	2014
4	Construção da casa de mel	Projeto em elaboração	2014
5	Construção de aprisco	Projeto em elaboração	2014
6	Construção de tanques de piscicultura	Projeto em elaboração	2014
7	Construção de galpão para codornas de postura	Projeto em elaboração	2014
8	Construção de casa de vegetação	Projeto em elaboração	2014
9	Construção de um alojamento com três módulos com capacidade para 100 estudantes cada	R\$81.276,00	2015
10	Construção de galpão para unidade hidropônica	Projeto em elaboração	2015
11	Construção da fábrica de ração	Projeto em elaboração	2015
12	Construção de frigorífico	Projeto em elaboração	2015
13	Construção de suinocultura com biodigestor	Projeto em elaboração	2015
14	Construção de bovinocultura de leite	Projeto em elaboração	2015
15	Construção de bovinocultura de corte	Projeto em elaboração	2015
16	Construção de galpão para produção de aves para postura	Projeto em elaboração	2015
17	Construção de bloco para laboratório	Projeto em elaboração	2015
18	Ampliação do bloco administrativo	Projeto em elaboração	2015
19	Construção do bloco administrativo para ensino, pesquisa e extensão	Projeto em elaboração	2015

20	Construção do complexo de artes	Projeto em elaboração	2016
21	Construção do auditório	Projeto em elaboração	2016
22	Construção de bloco dos cursos superiores	Projeto em elaboração	2016
23	Construção de vestiários	Projeto em elaboração	2016
24	Ampliação do refeitório	Projeto em elaboração	2016
25	Construção da piscina	Projeto em elaboração	2016
26	Construção pista de atletismo e campo de futebol	Projeto em elaboração	2016
CÂMPUS AMAJARI			
Item	Objeto	Valor Total	Previsão de execução
1	Construção de um galpão de máquinas	R\$4.875.000,00	2014/2015
2	Construção da rede de cabeamento estruturado e monitoramento eletrônico	Projeto em elaboração	2014
3	Construção de um alojamento com três módulos com capacidade para 100 estudantes cada	R\$81.276,00	2014/2015
4	Construção de cerca, guarita, muro, abrigo, grupo gerador	Projeto em elaboração	2014
5	Construção de estufas e viveiros	Projeto em elaboração	2014
6	Construção de piscina	Projeto em elaboração	2014
7	Pavimentação e estacionamento do câmpus	Projeto em elaboração	2014
8	Construção do laboratório de matemática e física	Projeto em elaboração	2014
9	Construção de laboratório para suporte de pesquisas agrícolas	Projeto em elaboração	2015
10	Laboratório de solos e sementes, alojamentos, casa de apoio	Projeto em elaboração	2015
11	Construção de auditório com capacidade para 250 pessoas	Projeto em elaboração	2015
12	Construção do ambiente de convivência	Projeto em elaboração	2015
13	Construção do campo de futebol	Projeto em elaboração	2015
14	Construção de ambiente para o grêmio estudantil	Projeto em elaboração	2015

15	Construção de ambiente para a rádio escola	Projeto em elaboração	2015
16	Construção da CAES	Projeto em elaboração	2015
17	Construção de ambiente para a cooperativa	Projeto em elaboração	2015
18	Construção do laboratório de microscopia	Projeto em elaboração	2015
19	Construção de laboratório de reagentes	Projeto em elaboração	2015
20	Construção de laboratório para atividades didáticas	Projeto em elaboração	2015
21	Construção de salas para professores	Projeto em elaboração	2015
22	Construção de quatro salas de aula	Projeto em elaboração	2015
23	Construção de ambiente de exposição da produção	Projeto em elaboração	2016
24	Construção de laboratório para preparação do aluno	Projeto em elaboração	2016
25	Construção do galpão de criação de avicultura de corte e postura	Projeto em elaboração	2016
26	Construção de sala de aula para desenho técnico e topografia	Projeto em elaboração	2016
27	Construção de aprisco para caprino e ovinos	Projeto em elaboração	2016
28	Construção de tanques para piscicultura	Projeto em elaboração	2016
29	Construção de laboratório de agroindústria e beneficiamento do mel	Projeto em elaboração	2016
30	Construção de pocilga	Projeto em elaboração	2016
31	Construção de apiário e silvicultura	Projeto em elaboração	2016
32	Construção de curral para bovinocultura de corte	Projeto em elaboração	2016
33	Construção de duas estufas para horticultura	Projeto em elaboração	2016
34	Construção de dois viveiros para produção de mudas	Projeto em elaboração	2016

CÂMPUS ZONA OESTE			
Item	Objeto	Valor Total	Previsão de execução
1	Construção da segunda etapa do câmpus, referente a um bloco administrativo, refeitório, restaurante e pórtico.	R\$12.834.000,00	2015/2016
2	Construção da terceira etapa do câmpus, referente a um bloco administrativo, EaD, ginásio, auditório e almoxarifado.	R\$16.458.215,58	2015/2016
CÂMPUS AVANÇADO DO BONFIM			
Item	Objeto	Valor Total	Previsão de conclusão
1	Reforma do galpão	R\$1.267.970,00	2014
2	Execução de acessibilidade do galpão	Projeto em elaboração	2014
3	Construção do muro	Projeto em elaboração	2015
4	Construção do Câmpus Avançado	R\$26.226.563,00	2015

10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

No início do século XX, iniciou-se uma luta mundial com a finalidade de combater qualquer tipo de exclusão das pessoas com deficiência. Dessa forma, houve uma busca incessante para garantir o acesso, permanência e sucesso escolar para todos. Foram criadas ações para garantir a inclusão em todos os níveis escolares. As conferências realizadas problematizaram as situações nas escolas, nas quais se percebeu que a escola “comum” seria o cenário ideal para se realizar o processo inclusivo, por ser um ambiente que propicia o encontro de diversas culturas. O marco da inclusão ocorreu em 1994 com o documento da Declaração de Salamanca e a linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais, ressaltando que as escolas devem receber todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou de outras.

As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica devem garantir o pleno acesso, baseado em leis que regem a educação, em específico: a Constituição Federal de 1988, Art. 205, que garante a educação como um direito de todos; a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o uso, o ensino e a difusão da Libras de forma ampla como a 2ª língua oficial do País; o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, que estabelecem normas e critérios de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; a Portaria nº 3.284/2003; o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre a regulamentação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino; o Decreto nº 6.949/2009, que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e na Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

Dados estatísticos indicam a presença e o crescimento no número de educandos com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica, necessitando de um olhar mais sensível a esses dados. De acordo com o modelo social, pode-se afirmar que pessoas com deficiência são aquelas que têm um impedimento de natureza física, sensorial e intelectual, que, em interação com as barreiras atitudinais e ambientais,

poderão ter obstruída sua participação em condições de igualdade com as demais pessoas, portanto não se restringindo às ações de caráter clínico e assistencial. No entanto, é necessário ressaltar que o processo inclusivo deve levar em conta as questões raciais, culturais, religiosas, de gênero, sociais, territoriais, entre outras.

De acordo, com as diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), constituem-se políticas inclusivas as políticas de inclusão de pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação, e transtornos globais do desenvolvimento, ou seja, o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEEs); as políticas étnico-raciais, políticas de direitos humanos para a inclusão de jovens e adultos; as políticas de gênero e diferença sexual; as políticas para a educação no campo, educação ambiental e educação para a pesca, e educação de apenados e de idosos, entre outras.

Essas ações devem ser desenvolvidas, conforme as necessidades internas e com as realidades das comunidades locais e regionais onde cada câmpus está inserido, contribuindo para a democratização do conhecimento dentro de cada especificidade.

Entende-se que as políticas de inclusão de PNEEs devem ser contempladas neste PDI com o desenvolvimentos de:

- Acessibilidade Atitudinal: prevenção e eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.
- Acessibilidade Arquitetônica: quebra de barreiras físicas e ambientais por meio da projeção de novas construções, as quais devem feitas em todos os ambientes da instituição e adequadas de acordo com a ABNT-NBR 9050 e o Desenho Universal.
- Acessibilidade Comunicacional: adequação de códigos e sinais, páginas *Web* da instituição, dispositivos auxiliares, *folders* e panfletos às necessidades do segmento PNEEs;

- **Acessibilidade Metodológica:** adequação de técnicas, teorias, abordagens e metodologias promissoras ao segmento PNEEs;
- **Acessibilidade Instrumental:** adaptação de materiais, aparelhos, equipamentos, utensílios e aquisição e desenvolvimento de tecnologias assistivas;
- **Acessibilidade Programática:** detecção e eliminação de barreiras invisíveis existentes nas políticas, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins.

Nessa perspectiva o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), sensível à realidade, está comprometido em proporcionar uma educação inclusiva, como um conjunto de princípios e procedimentos implementados por meio de um setor na Reitoria, o qual concentrará as políticas de inclusão regido por um documento norteador e com uma equipe permanente composta de profissionais com perfis voltados para as diferentes áreas de inclusão.

Essas políticas devem ser desenvolvidas pela gestão de cada câmpus e têm como meta prioritária não permitir que nenhum educando seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão e, por consequência, do mundo do trabalho. Para a efetivação disso, caso não exista, deve ser criada em cada câmpus uma coordenação de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou uma coordenação de inclusão, que atenderá o público alvo, entre estes:

10.1 Pessoas com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento

A participação dessa clientela na educação profissional deve assegurar o pleno desenvolvimento profissional, e a deficiência não poderá limitar sua área de interesse. Para garantir esses direitos, O IFRR deve disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade que promovam a formação plena do educando, tais como:

➤ **Serviços:**

- Atendimento eficiente para o bom andamento do ensino, aprendizagem e avaliação;
- Respeito às necessidades educacionais por todos os integrantes e instâncias da comunidade do instituto;
- Sondagem e identificação de educandos com necessidades educacionais especiais;
- Apoio técnico-pedagógico disponibilizado por setor específico;
- Acesso aos recursos tecnológicos, inclusive aos ambientes virtuais;
- Contratação de profissionais docentes e técnicos:
- Intérprete-Tradutor em LIBRAS, professor ouvinte de Libras, professor surdo de Libras, transcritor de Leitura e Escrita em Braille, pedagogo com formação inicial e/ou continuada na área da Educação Especial ou Inclusiva, professor de Educação Física Adaptada, entre outros, de acordo com a demanda;
- Capacitação e formação continuada de servidores nas áreas da deficiência auditiva e surdez-LIBRAS, visual-Braille, mental, transtornos globais, altas habilidades, múltiplas deficiências, surdos-cegueiras e síndromes.

➤ **Recursos**

- Tecnologia Assistiva (TA):

A Tecnologia Assistiva (TA) é um mecanismo importante para as pessoas com deficiência em qualquer faixa etária, e em qualquer situação do cotidiano. Diz respeito à pesquisa, compra, fabricação, uso de equipamentos, recursos, metodologias ou

estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais dessas pessoas. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana.

O IFRR, ao implementar as tecnologias assistivas, agregará, em sua estrutura de gestão, a política e a administração de recursos dessas tecnologias, objetivando difundir essas ações, articulando-as com o ensino, a pesquisa e a extensão, e tornando-as mais um instrumento para a equiparação de oportunidades e promoção dos direitos humanos.

10.2 Étnico-Racial

Para a realização de políticas étnico-raciais, deve-se considerar o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o qual tem como objetivos:

- Cumprir e institucionalizar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conjunto formado pelo texto da Lei nº 10639/03, Resolução CNE/CP nº 01/2004 e Parecer CNE/CP nº 03/2004; e, onde couber, da Lei nº 11645/08.
- Desenvolver ações estratégicas, no âmbito da política de formação de professores, a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do País;
- Colaborar e construir, com os sistemas de ensino, instituições, conselhos de educação, coordenações pedagógicas, gestores educacionais, professores e demais segmentos fins, políticas públicas e processos pedagógicos para a implementação das Leis nº 10639/03 e nº 11645/08;

- Promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira e a diversidade;
- Colaborar na construção de indicadores que permitam o necessário acompanhamento, pelos poderes públicos e pela sociedade civil, da efetiva implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Criar e consolidar agendas propositivas com os diversos atores do Plano Nacional para disseminar as Leis nº 10639/03 e nº 11645/08 aos gestores e técnicos, no âmbito federal e nas gestões educacionais estaduais e municipais, garantindo condições adequadas.

10.3 Educação no Campo

A educação do campo destina-se à população rural: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas, entre outros. Tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da educação básica. Além disso, está vinculada às peculiaridades da vida rural de cada região do País (BRASIL, 1996; 2008b).

A história da educação do campo é marcada por uma proposta pedagógica urbana. Os movimentos sociais pela reforma agrária têm debatido intensamente qual é a identidade da educação do campo. Nessa direção, Arroyo (2005, p. 78) afirma que, para a construção de um projeto e de uma prática de educação básica no campo, é necessário compreender quais são as matrizes culturais do campo:

Há uma cultura da terra, da produção e do trabalho, do modo de vida rural... Sempre foi tensa a relação do homem com a terra; as relações sociais no campo foram e são tensas... Como educadores, temos que pensar na força

que têm as matrizes culturais da terra e incorporá-las a nosso projeto pedagógico. Sobretudo, incorporar as transformações que as lutas no campo provocam nessas matrizes culturais. A cultura é dinâmica. Ao longo da história, a luta pela terra acelerou essa dinâmica cultural. (ARROYO, 2004, p. 79).

Entende-se que direito à educação compreende o ingresso e a permanência na escola, assim como a apropriação, pelo estudante, do conhecimento socialmente produzido. Nessa direção, é necessário discutir, entre outras questões, a formação e as condições de trabalho dos professores, organização da escola e práticas pedagógicas.

10.4 Educação Ambiental e Educação para a Pesca

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. O mundo está chegando num ponto cada vez mais crítico: o aumento do consumo e a exploração incontrolável de produtos e recursos naturais do planeta só aumenta, deixando em dúvida o futuro.

Para reverter essa situação, é preciso pensar na educação ambiental, frisando a sustentabilidade ambiental e o respectivo envolvimento de todos os setores da sociedade, a fim de proporcionar qualidade de vida, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as condições de vida das gerações futuras.

Para resolver o problema da degradação do meio ambiente, toda a sociedade precisa educar suas ações, estabelecendo limites de consumo. Isso envolve não só os consumidores, mas também as empresas, que devem desenvolver produtos ecologicamente corretos, feitos com material que não agride o meio ambiente.

Enfim, as mudanças aconteceram em decorrência, sobretudo do consumismo e da falta de educação ambiental. Agora a sociedade terá que se adequar às novas

necessidades, pois elas garantirão o futuro do planeta para o presente e futuras gerações. Portanto, a hora de realizar uma estratégia de desenvolvimento é agora. Novas habilidades e capacidades de domínio devem ser renovadas sobre a natureza dentro do espaço escolar.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, são princípios e objetivos da Educação Ambiental:

- Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- Vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- Garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- Permanente avaliação crítica do processo educativo;
- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- Reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

O desenvolvimento sustentável deve estar aliado à educação ambiental. A família e a escola devem ser os iniciadores da educação para preservar o ambiente natural. A criança, desde cedo, deve aprender a cuidar da natureza. No seio familiar e na escola é que deve ser iniciada a conscientização do cuidado com o meio ambiente natural.

É fundamental essa educação ambiental, pois responsabilizará o educando, o educador e toda a comunidade para o resto de suas vidas.

A educação ambiental é um processo educacional que envolve o pensar, o sentir e o querer individuais. É um processo que, para ser considerado efetivo, deve levar o indivíduo a uma mudança positiva de postura diante do meio ambiente. Portanto, é necessário adotar atividades curriculares e o uso de diferentes técnicas pedagógicas que despertem o indivíduo intelectual e emocionalmente. Segundo Munhoz (2004), uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares.

Nesse sentido, é muito importante falar sobre a necessidade de mudança na atividade pesqueira, tendo em vista a preservação ambiental, uma vez que ela vem sendo praticada de forma inconsequente, com objetivos cada vez mais capitalistas, causando danos ao ambiente e agravando a situação de pobreza das comunidades de pescadores, colocando-as numa situação de vulnerabilidade social. Isso se torna um grande desafio do ponto de vista da educação ambiental. Por outro lado, são evidentes alguns problemas ligados à educação nas comunidades pesqueiras, tanto do ponto de vista da informalidade quanto da educação escolar.

A educação ambiental informal pode ser feita por meio de projetos sociais, programas e pesquisas realizadas nas localidades onde habitam os pescadores, com a participação deles, por intermédio de associações e/ou comunidades organizadas, seja em igrejas locais, seja em outros locais. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), no seu Artigo 1º, amplia a educação como responsabilidade também da família e de outros setores da sociedade (embora dialeticamente, trata-se de um avanço e de um retrocesso, pois, ao mesmo tempo em que reconhece outros espaços, também retira responsabilidades do Estado). Contudo, essa nova concepção abre espaço aos movimentos sociais, movimentos de pescadores, comunidades, sindicatos, entre outros, para participarem.

Para Marx (1975), o trabalho alienado afeta a constituição do sujeito, separando-o da natureza e de si mesmo. Sendo assim, acredita-se que a ação dialética e transformadora da realidade age no processo da construção sociocultural. Daí a

necessidade de se investigar o contexto e o ofício de pescador e a forma como se organizam socialmente em comunidades. Desse modo, entende-se que o conjunto de desafios e dificuldades apresentado aos pescadores historicamente vem compor o mosaico de conhecimentos acumulados por eles ao longo de anos e que, nesse movimento contraditório, estão engendradas as possibilidades e alternativas que podem ser o embasamento da construção de uma política de educação ambiental.

O papel do Instituto Federal de Roraima, na condução de um projeto de educação ambiental, é parte essencial no processo de mudança da sociedade, para que os indivíduos não apenas falem, teorizem, mas principalmente vivam em sua realidade a ecocidadania. E são as ações concretas de educação ambiental que, sem dúvida, estão fazendo a diferença na sociedade atual, tornando os cidadãos cada vez mais conscientes e, acima de tudo, agentes multiplicadores.

No entanto, mudanças, numa perspectiva global, só serão possíveis se os profissionais envolvidos no processo educacional, que constroem o fazer pedagógico, juntamente com representantes de todos os segmentos da sociedade, se imiscuírem nas questões sociais e ambientais. Para isso, eles precisam de uma formação completa que envolva valores, ética, cidadania, amor à vida e ao próximo, pluralidade cultural, racionalização do consumo, higiene e saúde, entre outros temas, que infelizmente ainda não foram contemplados nos currículos de licenciatura.

O trabalho pedagógico com questão ambiental para o ensino fundamental centra-se no desenvolvimento de atitudes e posturas éticas e no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem escrita de conceitos. A seleção dos conteúdos pode ajudar o educador a trabalhar de maneira a contribuir para a atuação mais consequente diante da problemática ambiental, por meio da compreensão e indicação de formas de proceder. Pode ajudá-lo ainda a encarar os problemas ambientais, como o do agrotóxico, não apenas como um simples objeto do estudo da ciência, mas também como uma questão social cuja solução exige compromisso real.

10.5 Educação de apenados

A Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos. Nesse sentido, cumprindo a determinação legal, bem como seu papel social, cabe ao IFRR promover ações que objetivem a formação e favoreçam a inclusão de apenados no mercado de trabalho, possibilitando geração de renda e produção de conhecimento, contribuindo de forma decisiva para novas perspectivas de vida. Desse modo, deve-se estimular a criação de novas ações direcionadas a esse público, além de continuar apoiando as já existentes, tais como o Programa Mulheres Mil e PRONATEC.

10.6 Educação de idosos

Segundo o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), são consideradas idosas as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade. Assim, tendo em vista a necessidade de inclusão e atendimento aos diversos segmentos da sociedade, visando à democratização do ensino, deve-se fomentar a inclusão de idosos nos cursos do IFRR, possibilitando a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, bem como a ampliação de conhecimentos e domínio de novas situações de vida, inclusive do universo digital, contribuindo para o desenvolvimento da afetividade, da saúde e bem-estar, por favorecer a sua integração estudantil e trocas intergeracionais.

11. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

11.1 Aspectos Financeiros e Orçamentários

O IFRR, assim como outros institutos federais, tem uma estrutura complexa e diversificada, devendo basear as suas atividades acadêmicas, administrativas e financeiras em modelos de planejamento participativo e integrado, cuja eficácia da gestão requer a adoção de princípios de descentralização administrativa e financeira.

Os principais obstáculos à gestão planejada no IFRR, assim como em outros institutos federais, decorrem, direta ou indiretamente, do financiamento insuficiente e da falta de autonomia orçamentária e financeira. A questão do financiamento experimentou um progresso significativo nos últimos anos em face do Programa de Reestruturação e Expansão dos Institutos Federais de Educação, do qual se espera que haja a continuação nos próximos governos federais.

11.1.1 Resumo da Atuação Orçamentária do Período 2009-2013

O detalhamento do orçamento do IFRR, na vigência do último PDI, está apresentado no Quadro 82, considerando até a base de 17 de novembro de 2013 para a despesa executada do exercício de 2013.

Quadro 81 - Histórico da atuação orçamentária no período de 2009 a 2013

Detalhamento	ORÇAMENTO ANUAL				
	2009	2010	2011	2012	2013
Orçamento Inicial	24.470.296,00	37.062.839,00	52.613.134,00	60.544.484,00	98.890.402,00
Pessoal e Encargos	15.719.021,00	22.088.569,00	26.322.249,00	33.201.669,00	38.332.773,00
Custeio	5.174.337,00	9.536.088,00	15.027.493,00	17.416.649,00	21.858.964,00
Capital	3.576.938,00	5.438.182,00	11.263.392,00	9.726.166,00	38.698.665,00
Inversão Financeiras	-	-	-	200.000,00	-
Orçamento Final	32.604.184,00	44.499.229,00	60.043.879,00	75.848.071,00	113.533.714,00
Pessoal e Encargos	23.699.108,00	28.547.569,00	33.279.994,00	40.808.313,00	44.971.689,00
Custeio	5.815.124,00	10.513.478,00	15.500.493,00	19.918.605,00	25.675.612,00
Capital	3.089.952,00	5.438.182,00	11.263.392,00	14.921.153,00	42.746.034,00
Inversão Financeiras	-	-	-	200.000,00	200.000,00

Orçamento Executado	29.395.316,74	42.814.494,48	53.048.587,26	60.865.128,59	78.662.850,39
Pessoal e Encargos	23.499.496,89	28.341.829,47	32.840.143,58	38.680.725,54	44.436.488,81
Custeio	5.086.608,47	10.069.222,85	12.436.150,92	15.593.509,35	21.536.228,76
Capital	809.211,38	4.403.442,16	7.772.292,76	6.590.893,70	12.690.132,82

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento.

O IFRR tem captado, com maior vigor nos últimos anos, créditos orçamentários de órgãos governamentais, entre os quais merecem destaque as dotações obtidas de órgãos públicos – em especial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A captação desses créditos tem contribuído significativamente para o crescimento do orçamento anual do IFRR (variação entre o valor da abertura e do fechamento do orçamento anual), que, no ano de 2010, atingiu em torno de 7 (sete) milhões de reais, conforme o quadro abaixo. Esses créditos também viabilizaram diversos projetos de infraestrutura (construção do Câmpus Amajari, por exemplo) e de apoio a grupos de pesquisa, unidades acadêmicas e outros setores do IFRR.

Quadro 82 - Resumo de créditos recebidos no período de 2009 a 2013.

ANO	CRÉDITOS RECEBIDOS
2009	3.563.620,25
2010	7.365.076,47
2011	2.156.655,04
2012	1.000.884,73
2013	4.124.518,67

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento.

O IFRR, como autarquia federal vinculada ao MEC, é uma instituição pública de ensino profissional e tecnológico, e suas receitas são provenientes do Orçamento Geral da União, de Emendas Parlamentares e de outras arrecadadas diretamente pela instituição. Considerando a forma existente de distribuição dos créditos, Matriz Orçamentária definida pelo Fórum de Planejamento do Conselho Nacional das

Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o IFRR, entre os Institutos Federais, terá, em futuro próximo, acréscimos significativos no seu orçamento, principalmente quanto aos créditos destinados a programas específicos, como a Expansão e Reestruturação da Rede Profissional e Tecnológica. Nesse contexto, tomando por base os critérios adotados na projeção do Orçamento Geral da União dos anos anteriores, estimamos o orçamento para o ano seguintes em aproximadamente 12% ao ano, como se pode observar no quadro da projeção orçamentária para o período entre 2014 a 2018.

Quadro 83 - Projeção orçamentária para o período de 2014 a 2018.

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
TIPO	2014	2015	2016	2017	2018
Pessoal e Encargos	42.832.705,76	48.084.630,45	53.854.786,10	60.317.360,43	67.555.443,68
Custeio	21.595.844,00	24.187.345,28	27.089.826,71	30.340.605,91	33.981.478,62
Capital	18.294.214,00	19.574.808,98	20.945.045,61	22.411.198,80	23.979.982,72
TOTAL	82.722.763,76	91.846.784,71	101.889.658,42	113.069.165,14	125.516.905,02

Fonte: Subcomissão de Capacidade e Sustentabilidade Financeira – PDI

ANEXO I – RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

RESOLUÇÃO Nº 159-CONSELHO SUPERIOR, de 25 de junho de 2014.

**APROVA O PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
– PDI PARA O QUINQUÊNIO 2014-2018
DO IFRR.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Parecer nº 10/2013 do Conselheiro Relator, constante no Processo nº 23231.000397/2014-44 e decisão do colegiado tomada em sessão plenária realizada em 23 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o quinquênio 2014-2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 25 de junho de 2014.


ADEMAR DE ARAÚJO FILHO
Presidente